



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

MARCELO EDUARDO DA SILVA

**A ILUSÃO DE IMPARCIALIDADE E DE NEUTRALIDADE COMO ESTRATÉGIA
DE NÃO ASSUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA:
A COBERTURA JORNALÍSTICA DO CASO BERNAL**

Campo Grande/MS
2017

Marcelo Eduardo da Silva

**A ilusão de imparcialidade e de neutralidade como estratégia de não assunção da
responsabilidade enunciativa: a cobertura jornalística do caso Bernal**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem – Língua e Literatura

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Aline Saddi Chaves

Campo Grande/MS
2017

S581i Silva, Marcelo Eduardo da
A ilusão de imparcialidade e de neutralidade como
estratégia de não assunção da responsabilidade enunciativa: a
cobertura jornalística do caso Bernal/Marcelo Eduardo da Silva.
– Campo Grande, MS: UEMS, 2017.
161f.

Dissertação (Mestrado) – Letras – Universidade Estadual de
Mato Grosso do Sul, 2017.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aline Saddi Chaves

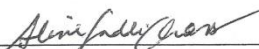
1. Análise do discurso francesa 2. Discurso jornalístico 3.
Caso Bernal I. Título. CDD 23. ed. - 401.41

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM: LÍNGUA E LITERATURA

MARCELO EDUARDO DA SILVA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Linguagem: língua e literatura, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Letras.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 17/03/2017.



Profa. Dra. Aline Saddi Chaves, UEMS,
Orientadora.



Profa. Dra. Gláucia Muniz Proença Lara, UFMG.



Profa. Dra. Maria Leda Pinto, UEMS.

A Terezinha e José, meus pais,
e Marcio, meu irmão.

AGRADECIMENTOS

À professora Aline Saddi Chaves, minha orientadora, por acreditar que a ideia para uma possível iniciação científica pudesse se transformar em um projeto de dissertação de mestrado. Pelos conhecimentos transmitidos, por sempre estar disposta ao diálogo e pela liberdade que me concedeu durante toda esta caminhada.

Aos colegas e amigos do Mestrado, em especial, Dieny Graciely Souto de Souza Melo e Tatiane Feitosa dos Santos, também orientandas da professora Aline, pela companhia, troca de ideias e pelo incentivo em cada fase do aprendizado, em cada apresentação em seminários e congressos.

Aos professores do Mestrado em Letras e da Graduação em Letras da UEMS *Campus* Campo Grande, principalmente, do Bacharelado (tanto da Linguística quanto da Literatura), pelos ensinamentos e pelo apoio durante os momentos em que cursei essa segunda graduação concomitantemente às aulas de pós-graduação.

Aos colegas e amigos do Curso de Letras da UEMS/Campo Grande, sobretudo do Bacharelado, seja pelos debates sempre ricos na hora da aula, seja pelos momentos agradáveis, descontraídos, divertidos, que passávamos, por exemplo, jogando conversa fora na pracinha em frente à mercearia da Dona Dilma ainda na sede provisória da instituição.

SILVA, Marcelo Eduardo da. **A ilusão de imparcialidade e de neutralidade como estratégia de não assunção da responsabilidade enunciativa**: a cobertura jornalística do caso Bernal. 2017. 161 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2016.

RESUMO

Enquanto *campo discursivo*, o jornalismo detém um *posicionamento* que legitima o dizer dos profissionais atuantes na área. Tal condição atribui ao jornalista uma *posição histórica* arraigada na sociedade, o que o torna *sujeito* detentor de uma imagem de si (um *ethos*) ligada à defesa da verdade dos fatos. Muito dessa imagem advém da atividade essencial do jornalismo: informar. Na imprensa, os gêneros discursivos privilegiados de repasse da informação são a notícia e a reportagem, pertencentes aos gêneros ditos informativos em linguagem jornalística, aqueles que preconizam que o jornalista deve reportar os fatos guiando-se por três valores: objetividade, neutralidade e imparcialidade. Na perspectiva adotada nesta pesquisa, esses valores funcionam, discursivamente, como *efeitos de sentido* que favorecem a não assunção da responsabilidade enunciativa. Esses efeitos resultam de estratégias linguístico-discursivas formuladas pela prática profissional, a exemplo do discurso relatado, em que o jornalista/veículo de comunicação se exime de assumir uma opinião explícita, na medida em que imputa o dizer a uma fala alheia, a fonte, no jargão jornalístico. Entretanto, ainda que de forma parcialmente inconsciente, esse *sujeito* cometa falhas ao empregar essas estratégias, podendo, assim, ser responsabilizado enunciativamente, pelo modo como gere as vozes alheias convocadas em seu texto. Partindo dessas hipóteses, o objetivo geral desta dissertação é descrever e analisar essas falhas – não ditos, implícitos, imagens de si, marcados ou sugeridos – a partir do estudo de um acontecimento discursivo-político-midiático: a cobertura jornalística da cassação do mandato do ex-prefeito de Campo Grande (MS) Alcides Bernal, ocorrida entre 2014 e 2015. Os objetivos específicos consistem em demonstrar como os dois webjornais mais acessados da cidade, *Campo Grande News* e *Midiamax*, administraram informações explícitas e implícitas de um modo que não condiz com o *ethos* jornalístico. Nossa base teórico-metodológica é a análise do discurso de linha francesa, e, dentro desse aparato, particularmente, estudos que possuem um vínculo explícito com a enunciação, a partir dos trabalhos de Authier-Revuz e Maingueneau. O *corpus* de análise é formado por trinta enunciados extraídos de doze notícias veiculadas nos *sites* citados, em torno do caso. As categorias de análise são as diferentes modalidades do discurso relatado, o implícito na língua e no discurso (pressupostos e subentendidos), o mecanismo de referência e a noção de *ethos* discursivo. A partir das análises realizadas, foi possível concluir que, embora o profissional do jornalismo coloque em prática técnicas eficazes para corroborar o *posicionamento* em manter-se objetivo, neutro e imparcial, o texto jornalístico informativo deixa pistas de uma *subjetividade* enunciativa, indícios da pseudotransparência do dizer.

Palavras-chave: Análise do discurso francesa. Discurso jornalístico. Caso Bernal.

SILVA, Marcelo Eduardo da. **A ilusão de imparcialidade e de neutralidade como estratégia de não assunção da responsabilidade enunciativa**: a cobertura jornalística do caso Bernal. 2017. 161 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2016.

ABSTRACT

In the *discursive field*, journalism holds a position legitimizing the sayings of professionals working in this area. Such a condition attributes to the journalist a *historical position* rooted in society, thus making *subject* a holder of a self-image (an *ethos*) related to the defense of the truth of facts. Much of this image comes from the essential activity of journalism: to inform. In the press, news and reports are the privileged discursive genres regarding information transfer, belonging to those genres considered informative in journalistic language, advocating that journalists must report facts based on the principles of objectivity, neutrality, and impartiality. In the perspective adopted in the present study, such principles discursively act as *effects of sense* favoring the non-assumption of enunciative responsibility. Such effects result from linguistic-discursive strategies formulated by the professional practice, e.g. the reported speech in which the journalist/communication vehicle excuse (him)itself from taking an explicit opinion, as far as he (it) ascribes sayings to an unrelated speech, i.e. the source in journalistic language. However, even partially unconscious, the *subject* can make mistakes in the use of such strategies. Thus, enunciatively, he can be held responsible for the way of managing unrelated sayings in his text. Based on these hypotheses, the overall aim of the present thesis was to describe and analyze such mistakes – unspoken, implicit, self-images, marked or suggested – from a study on a discursive-political-media event: the journalistic coverage of the mandate nullification of Alcides Bernal, former mayor of Campo Grande Municipality, Mato Grosso do Sul State, Brazil, between 2014 and 2015. Specific aims consisted of demonstrating how the two most accessed online newspapers of Campo Grande (*Campo Grande News* and *Midiamax*) administered explicit and implicit information incompatibly with the journalistic *ethos*. The French discourse analysis corresponded to our theoretical-methodological basis and, in this context, especially studies explicitly linked to enunciation, from the works of Authier-Revuz and Maingueneau. The corpus-based analysis consisted of thirty statements extracted from twelve news on the case divulged in the above-mentioned online newspapers. The categories of analysis were the different modalities of the reported speech, the implicit language (assumptions and implied), the mechanism of referencing, and the notion of discursive *ethos*. The performed analyses allowed us to conclude that, although journalists execute efficient techniques to corroborate the *position* in remaining objective, neutral, and impartial, the informative journalistic text leaves clues of an enunciative *subjectivity*, thus indicating pseudo-transparency of saying.

Keywords: French discourse analysis. Journalistic discourse. Bernal Case.

SILVA, Marcelo Eduardo da. **A ilusão de imparcialidade e de neutralidade como estratégia de não assunção da responsabilidade énonciative**: a cobertura jornalística do caso Bernal. 2017. 161 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2016.

RÉSUMÉ

En tant que champ discursif, le journalisme manifeste un *positionnement* qui légitime le discours des professionnels du domaine. Cette condition attribue au journaliste une *position historique* ancrée dans la société, ce qui le place en tant que *sujet* porteur d'une image de soi (*ethos*) associée à la défense de la vérité des faits. Cette image provient en grande partie de la principale activité du journalisme: informer. Dans la presse, les genres discursifs privilégiés de l'information sont l'article et le reportage, appartenant au genre dit informatif en langage journalistique, celui qui préconise comment le journaliste doit rapporter les faits, en se guidant par trois valeurs: l'objectivité, la neutralité et l'impartialité. Dans la perspective de ce travail de recherche, ces valeurs fonctionnent, discursivement, comme des *effets de sens* qui favorisent la non responsabilité énonciative. Ces effets sont le résultat de stratégies linguistiques et discursives formulées par la pratique professionnelle, telles que le discours rapporté, où le journaliste/moyen de communication s'exempte de prendre en charge un *point de vue*, dans la mesure où le dire d'un discours autre est attribué à la source, pour employer le jargon journalistique. Cependant, même si ce *sujet* agit en partie inconsciemment, son discours fait défaut lorsqu'il emploie ces stratégies, ce qui le rend responsable pour son énonciation, notamment par la manière dont il gère les voix d'altérité convoquées dans son texte. À partir de ces hypothèses, l'objectif principal de ce mémoire de Master est de décrire et d'analyser ces failles – non-dits, implicites, images de soi, marqués ou suggérés – autour d'un événement discursif, politique et médiatique: la couverture médiatique de la révocation du mandat de l'ancien maire de Campo Grande (MS) Alcides Bernal, entre les années 2014 et 2015. Les objectifs spécifiques consistent à démontrer comment les deux sites de presse les plus consultés de la ville, *Campo Grande News* et *Midiamax*, ont géré les informations explicites et implicites d'une manière qui ne correspond pas à l'*ethos* du journalisme. Le cadre théorique et analytique est celui de l'analyse du discours française, plus particulièrement les études qui entretiennent un lien explicite avec l'énonciation, à partir des travaux d'Authier-Revuz et de Maingueneau. Le *corpus* d'analyse est constitué par trente énoncés extraits de douze articles d'information publiés sur les *sites* mentionnés autour de l'affaire. Les catégories de l'analyse sont les différentes modalités du discours rapporté, l'implicite dans la langue et dans le discours (présupposé et sous-entendu), le mécanisme de référenciation et la notion d'*ethos* discursif. Les analyses ont permis de conclure que, malgré les efforts du journaliste/moyen de communication pour marquer un *positionnement* objectif, neutre et impartial, à l'aide de techniques efficaces, le texte journalistique informatif laisse des traces d'une *subjectivité* énonciative, des indices de la *pseudo-transparence* du discours.

Mots-clés: Analyse du discours française. Discours journalistique. L'affaire Bernal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO: AD DE SEGUNDA GERAÇÃO ...	17
1.1 A TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE BENVENISTE.....	25
1.2 PROEMINÊNCIA DAS DISCUSSÕES SOBRE O DISCURSO: FOUCAULT E PÊCHEUX	28
1.3 A TEORIA DO DIALOGISMO E OS GÊNEROS DO DISCURSO EM BAKHTIN	31
1.4 SOBRE LÍNGUA, IDEOLOGIA E SENTIDO: A REVIRAVOLTA DO DISCURSO	35
1.5 INTERDISCURSO E DIALOGISMO: A HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA	39
1.6 SUJEITO DA/NA AD DE SEGUNDA GERAÇÃO E ENUNCIÇÃO	41
1.7 PRESSUPOSTO E SUBENTENDIDO	45
1.8 REFERENCIAÇÃO	46
1.9 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	47
1.10 <i>ETHOS</i> DISCURSIVO	49
1.11 RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA	50
CAPÍTULO 2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O JORNALISMO	52
2.1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO	53
2.1.1 <i>Condições de produção que envolviam a cobertura dos acontecimentos analisados</i>	59
2.2 <i>ETHOS</i> JORNALÍSTICO	61
2.3 A RESPEITO DOS GÊNEROS INFORMATIVOS E DEFINIÇÃO DE NOTÍCIA	71
2.3.1 <i>Forma/estrutura prototípica da notícia</i>	73
2.4 O JORNALISMO NA/PARA A <i>INTERNET</i>	75
CAPÍTULO 3 – A GESTÃO DE VOZES NO DISCURSO JORNALÍSTICO DURANTE A COBERTURA DO CASO BERNAL	79
3.1 DISCURSO RELATADO: UM DISCURSO ALIENADO	80

3.1.1 Discurso direto	81
3.1.2 Discurso indireto: a modalização em discurso segundo e a tentativa de interpretar o outro.....	91
3.1.3 A ilha textual	96
3.2 IMPLÍCITOS QUE (RE)PRODUZEM SENTIDO: PRESSUPOSTO E SUBENTENDIDO	100
3.3 REFERENCIAÇÃO: UM ATO DE NOMEAR PRODUZINDO EFEITOS DE SENTIDO	106
3.4 EFEITOS DE SENTIDO SOBRE A IMAGEM DE SI MESMO E SOBRE A IMAGEM DO OUTRO	113
3.4.1 Ethos do jornalista nas publicações examinadas: as estratégias linguístico-discursivas de manutenção da imagem de si mesmo como imparcial, neutro e objetivo e as falhas desse engenho	114
3.4.2 Representação dos atores políticos: a (re)construção da imagem do outro	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
ANEXOS	148

INTRODUÇÃO

O Jornalismo estabeleceu, ao longo do tempo, por manuais de redação e estilo, por obras científicas, pela formação acadêmica dos futuros profissionais, por códigos deontológicos etc., dois regimes enunciativos para transmitir informação em massa, traduzidos em dois principais gêneros jornalísticos (MELO, 2012):¹ informativo e opinativo. O gênero informativo corresponde a uma atuação profissional que busca efeitos de imparcialidade e neutralidade, por meio da notícia e da reportagem. O gênero opinativo deixa uma abertura explícita para que o enunciador – jornalista ou o veículo, no caso de um editorial – assumam uma opinião.

Partindo dessa observação, o presente trabalho lança a hipótese de que a imparcialidade e a neutralidade, como normas do gênero informativo, constituem efeitos de sentido, isto é, o sentido dos textos não está vinculado única e exclusivamente à materialidade significante, pois, antes de se materializar, está atrelado a um processo histórico e ideológico que é, em essência, simbólico. O que nos leva aos seguintes questionamentos: a) como os textos jornalísticos do gênero informativo,² logo, categorizados como não opinativos, conseguem obter efeitos de sentido de neutralidade e de imparcialidade?; b) como o enunciador-jornalista, transpondo normas e técnicas de escrita próprias da profissão, produz um texto em que se esquivam da responsabilidade por aquilo que escreve?

Sendo assim, o objetivo geral desta dissertação é analisar um acontecimento discursivo-político-midiático – a cobertura jornalística da cassação do mandato do ex-prefeito de Campo Grande (MS) Alcides Bernal – para testar a hipótese de que objetividade, imparcialidade e neutralidade constituem tão somente efeitos de sentido. Busca-se, ainda, responder aos referidos questionamentos e, dessa forma, trazer à tona as representações e relações simbólicas que estão imersas sob a dita transparência do discurso jornalístico.

Especificamente, o objetivo é demonstrar, por meio da metodologia adotada, como alguns webjornais de Mato Grosso do Sul gerem informações explícitas e implícitas que não condizem com a ideia do *ethos* (MAINGUENEAU, 1997; TRAQUINA, 2012) que se tem sobre a imprensa, de que ela possuiria uma aspiração pela verdade. Essa relação desarmoniosa entre o jornalismo preconizado em códigos de ética e manuais de redação, sua *formação discursiva/seu posicionamento*, e o que se pratica estaria, por exemplo, em como o jornalista

¹ José Marques de Melo (2012, p. 22) define que, contemporaneamente, o jornalismo divide-se em cinco gêneros: “informativo (relato dos grandes acontecimentos), opinativo (denúncias, críticas e libelos), interpretativo (mapas, cartas, relatórios), utilitário (tabelas e estatísticas de moedas, preços de mercadorias, ² Melo (2012, p. 21) lembra que as definições teóricas de gêneros jornalísticos começaram a partir da segunda metade do século XX, e que, mesmo existindo algumas diferenças nos parâmetros de classificação, a grande maioria dos autores compreende a notícia, a entrevista e a reportagem como exemplares do gênero informativo.

(ou o veículo de comunicação) gere os vários *pontos de vista* (RABATEL, 2013) presentes em seu discurso. Esse discurso é permeado por uma *heterogeneidade enunciativa* (AUTHIER-REVUZ, 1998; 2004), presente: de modo explícito, nas falas reportadas das fontes, selecionadas pelo jornalista/veículo de comunicação e transmitidas nas variadas modalidades do discurso relatado; ou implícito, como naquelas fontes que deixaram de ser ouvidas/citadas.

A partir desses apontamentos, situamos nossa perspectiva teórica nas novas tendências da análise do discurso (doravante, AD), em um estudo sobre o território³ da mídia: “De nossa parte, nós nos situaremos no lugar em que vêm se articular um funcionamento discursivo e sua inscrição histórica, procurando pensar as condições de uma ‘enunciabilidade’ passível de ser historicamente circunscrita.” (MAINGUENEAU, 2012a, p. 17). O nosso objeto de estudo é o discurso jornalístico de informação. Objeto que é materializado em textos veiculados na imprensa, de onde é retirado o *corpus* do trabalho: trinta enunciados extraídos de doze textos noticiosos publicados nos dois webjornais mais acessados de Campo Grande, a saber, *Campo Grande News* e *Midiamax*.

Esse *corpus* é a materialização da cobertura jornalística de *acontecimentos discursivos* (PÊCHEUX, 2008) ocorridos na capital sul-mato-grossense, entre 2014 e 2015, em torno: da cassação do mandato do então prefeito de Campo Grande, Alcides Bernal; da condução do vice, Gilmar Olarte, ao cargo; e a posterior recondução de Bernal à Prefeitura, depois de um envolvimento do nome de Olarte em uma investigação criminal deflagrada pelo Ministério Público Estadual.

Um *acontecimento discursivo* está relacionado a um episódio, ao mesmo tempo, de ordem situacional e de ordem histórica, portanto, capaz de provocar efeitos de sentido imediatos e de mobilizar lembranças sobre ocorrências anteriores. É, na definição de Pêcheux (2008, p. 17), o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”.

Dessarte, um acontecimento discursivo estaria diretamente ligado a recordações de momentos correlatos ao tempo presente do sujeito, mas, também é um instante único, pois, ligado à enunciação, aparece como não reproduzível.⁴ Nossa concepção de acontecimento não compactua, assim, com a ideia de que a história seria linear, porque esse acontecimento rompe

³ Maingueneau (2015, p. 48-51) afirma que uma pesquisa no âmbito das Ciências Humanas e Sociais guia-se por um caminho que perpassa por selecionar uma disciplina, uma corrente, um território e um objeto. Sendo assim, no nosso caso, temos: a AD como disciplina; a AD de segunda geração – mais ligada à teoria da enunciação – como a corrente escolhida; a mídia como território; e o discurso jornalístico informativo como objeto.

⁴ Se não pode ser repetido exatamente como na sua ‘aparicação original’, só pode ser, então, relembrado, com as falhas e as nuances que toda memória intrinsecamente possui, por não se constituir uma fotografia, mas uma ilustração, um desenho – com traços similares, porém diferentes – daquele momento único.

uma disposição organizada (aparecendo como algo inédito),⁵ mas deixa traços de algo reconhecível, fazendo parte de um encadeamento de sucessões e de retomadas: “O que não deixa de ser, por um lado, notável, pois absorve a hipótese de que algo ocorre fora de uma estrutura, embora não livremente” (POSSENTI, 2011, p. 120).

Sendo esses os acontecimentos discursivos de referência, é possível constatar que eles remetem a lembranças de ocasiões anteriores que estão no imaginário coletivo brasileiro, ou seja, a uma memória histórica dos dizeres ou memória (inter)discursiva, como o *impeachment* do ex-presidente da República Fernando Collor, em 1992, ou mesmo em frases de lugar comum, como “todo político é corrupto”, “Fulano rouba, mas faz” – referindo-se ao senso comum de que todos os políticos seriam desonestos, mas alguns também seriam capazes de trabalhar em prol do povo. No caso específico deste estudo, os acontecimentos discursivos remetem a uma memória de dizeres que aludem a Bernal e a Olarte, assim como as demais notícias que os citam, sejam favoráveis ou desfavoráveis a eles.

Mesmo com uma explanação rápida desses acontecimentos, é possível asseverar que eles são bastante complexos: com idas e vindas, com disputas políticas e judiciais intensas. Além de serem inéditos, esses acontecimentos discursivos, desencadeados por uma cassação nunca vista no município, trouxeram muito furor à sociedade campo-grandense. O que não passou despercebido pela imprensa local.

Por serem de extrema importância para o município como um todo, visto que diziam respeito à sua gestão direta, esses acontecimentos discursivos eram de grande interesse da população e, por extensão, da mídia, seja pela obrigação ética de tornar públicos os detalhes desses eventos, seja pelo caráter mercadológico da imprensa.⁶

Um caso inédito como o composto por esses acontecimentos é apropriado para se tornar notícia,⁷ em conformidade com os preceitos jornalísticos. Mauro Wolf (1999) indica alguns valores-notícia⁸ que agem sobre as escolhas do jornalista:

Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável, quer no que respeita às instituições governamentais, quer aos outros organismos e

⁵ Como a cassação do mandato de Bernal, existiram outras cassações no País, em outros municípios sul-matogrossenses, mas, nunca em Campo Grande – algo com o que a população espantou-se, por ser único até então. Além disso, Olarte, mesmo afastado, foi o primeiro prefeito da Capital a ser detido.

⁶ O fator econômico influencia as tomadas de decisões da imprensa. Como a informação, repassada primordialmente por meio de notícias, é a mercadoria da imprensa, esta busca também fornecer notícias sobre fatos que atraiam a população de leitores/ouvintes/espectadores/internautas.

⁷ Notícia é o produto jornalístico baseado em um acontecimento – é o novo, aquilo que rompe com o corriqueiro. Portanto, de certa forma, é também um acontecimento discursivo. Num grau extremo – não levado a cabo aqui – a própria cobertura (cada nova matéria) feita pela imprensa sobre os acontecimentos discursivos já mencionados (sobre Bernal e Olarte) seria outro acontecimento discursivo.

⁸ Valor-notícia é o termo empregado no vocabulário jornalístico que define as premissas de noticiabilidade de um fato observado/apurado pelo jornalista.

hierarquias sociais. [...] Impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional [podemos fazer uma analogia com o grau de impacto sobre a cidade]. [...] Quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve. [...] Relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação. (WOLF, 1999, p. 200-206)

Esse compêndio de vários valores-notícia foi o fenômeno que ocorreu com os acontecimentos discursivos analisados nesta pesquisa. A imprensa local conferiu-lhes grande ênfase, noticiando diariamente o andamento das disputas entre Bernal ainda prefeito e a Câmara de Vereadores (onde contava com poucos aliados); em seguida, os passos de seu *impeachment*; a entrada de Olarte, a saída deste, sua prisão; e, finalmente, o retorno de Bernal. Tudo acompanhado por uma imprensa ávida por noticiar cada celeuma, cada procedimento jurídico, cada ato de investigação.

Os acontecimentos foram veiculados sob variados regimes genéricos: artigos, editoriais, charges, fotografias, nos registros oral e escrito. Mas, de todas essas formas, as que interessam para o que é proposto nesta dissertação são os textos veiculados sob o regime do gênero jornalístico dito informativo (ver Capítulo “2”), aquele em que o jornalista deve transmitir informações ouvindo todos os envolvidos e abstendo-se de opinar em favor ou em detrimento das partes; sendo assim, aquele em que os enunciados devem, em tese, transmitir imparcialidade e neutralidade.

Embora sejam muitas vezes considerados indistintamente no jornalismo, existe uma diferença crucial entre os dois preceitos. No Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), imparcialidade e neutralidade são definidos de modo diferente. A assimilação de imparcialidade corresponderia ao preceito de que o jornalista necessita “ouvir sempre [...] o maior número de pessoas” (FENAJ, 2007, p. 3). Quanto à noção de neutralidade, ela pode ser compreendida neste trecho do Código de Ética: “[...] o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação” (FENAJ, 2007, p. 1). Assim, ser neutro significa expor a “verdade”, o que presenciou ou ouviu, sem emitir nada além disso, pois o jornalista deve primar por uma divulgação “correta”, reta, sincera, com base em provas cabais.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro abarca o referencial teórico da análise do discurso. Resgatamos os principais pensadores que influenciaram, de modo direto ou indireto, o quadro de constituição da AD, e os que inspiram os pesquisadores contemporâneos. Dentre outros, delineamos conceitos-chave como *sentido*, *língua*, *ideologia* e *condições de produção*.

Esse capítulo aborda, ainda, os novos instrumentos de análise utilizados pela chamada AD de segunda geração, de corrente enunciativa, tais como: *heterogeneidade enunciativa* (AUTHIER-REVUZ, 1998; 2004) e *ethos discursivo* (MAINGUENEAU, 1997; 2013; TRAQUINA, 2012). Ele é finalizado pela explicação do conceito de *responsabilidade enunciativa*, de Marques (2013) e Rabatel (2013).

No segundo capítulo, são apresentados aspectos particulares do jornalismo enquanto disciplina/profissão. São trabalhados conceitos como gênero informativo e notícia. Também há uma explicação mais delimitada sobre o webjornalismo.

No terceiro capítulo, passamos à análise do *corpus*, tendo por base os conceitos trabalhados no referencial teórico.

Por fim, as Considerações Finais apontam novas perspectivas sobre o discurso jornalístico, expõem possibilidades de respostas para as indagações que norteiam esta pesquisa e a rentabilidade da AD enunciativa para o estudo de objetos oriundos do discurso midiático.

CAPÍTULO 1

REFERENCIAL TEÓRICO: AD DE SEGUNDA GERAÇÃO

O referencial teórico da pesquisa é a análise do discurso francesa, particularmente, a de segunda geração, ou novas tendências, designações propostas por Maingueneau (1997) para explicar o conjunto de pesquisas da AD surgidas no início dos anos 1980, caracterizadas por estarem mais ligadas às teorias enunciativas, e nas quais a heterogeneidade é considerada como intrínseca a todo discurso. De acordo com os preceitos dessa corrente, é preciso uma análise que considere o discurso presente na maneira de dizer do jornalista (enunciador), e na de ler/interpretar do leitor (coenunciador) como (re)produtor de efeitos de sentido, amarrados ao contexto amplo (à *história*), marcado ideologicamente, o que reflete sobre a formatação desse discurso, e ao contexto imediato (à *enunciação*), situacional, a que os coenunciadores estão submetidos.

Ao considerarmos que a língua está relacionada aos processos de produção do sentido, que são de ordens histórica e ideológica, a AD é, segundo Gregolin (2007, p. 11), “um campo de pesquisa cujo objetivo é compreender a produção social de sentidos, realizada por sujeitos históricos, por meio da materialidade das linguagens”.

Por isso, a AD estuda a língua além de sua imanência, isto é, da literalidade do signo. Se, muito antes do surgimento da AD, Saussure definia a língua como um sistema,⁹ considerá-la sob o ponto de vista de sua imanência é demasiado limitado para se compreender como acontece a (re)produção de sentidos. Se a ideia de sistema remete à de um autofuncionamento, o fato é que a língua encontra-se em constante movimento. Esse movimento é o discurso, que ultrapassa o entendimento do que venham a ser, como definiu Saussure (2012), os níveis estruturais da língua: fonologia, morfologia e sintaxe. O *discurso* é da ordem da significação, como explica Maldidier na citação a seguir:

Para além dos níveis fonológico, morfológico e sintático, cuja descrição Saussure autoriza, a semântica não é apenas um nível a mais, homólogo aos outros. É que o “laço que liga as significações de um texto às condições sócio-históricas desse texto não é de forma alguma secundária, mas constitutivo das próprias significações”. [...] É neste ponto precisamente que intervém a problemática do discurso e da “mudança de terreno” que ele supõe. (MALDIDIER, 2003, p. 31, grifo da autora)

⁹ “[...] É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. [...]” (SAUSSURE, 2012, p. 41).

Muitos foram os autores que iniciaram uma revisão, direta ou indiretamente, da tese saussuriana. De certa maneira, entender esses autores é também compreender ainda mais sobre a AD. Ao longo de nossas explanações, destacaremos o linguista Émile Benveniste e os filósofos Mikhail Bakhtin, Michel Foucault e Michel Pêcheux.

Esses quatro reconhecidos estudiosos da linguagem são de grande importância para se compreender os desenvolvimentos e as perspectivas contemporâneas da AD. Se a Pêcheux é creditada a origem da AD, aos demais – antes desconsiderados e, hoje, revisitados pelos estudiosos contemporâneos – são creditadas contribuições valiosas para a compreensão do funcionamento dos discursos, considerados, atualmente, mais heterogêneos do que os *corpora* políticos e históricos da AD fundadora. Destacamos, em particular, o funcionamento do discurso midiático, que engloba o discurso jornalístico.

É justamente sobre o discurso jornalístico, caracterizado pela menção explícita ou implícita a discursos alheios, que centramos nossas observações. Neste trabalho, as análises do *corpus* são propostas de interpretação, e não um apontamento definitivo sobre o querer-dizer dos enunciadores (jornalistas/webjornais). Nossa pretensão desde o início não deve ser procurar uma chave escondida que abriria a porta para uma significação única; e sim nos concentrarmos em outras possibilidades de leitura, como esclarece Pêcheux:

[...] a análise de discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando ‘o’ sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a *níveis opacos à ação estratégica de um sujeito* [...]. O desafio crucial é o de *construir interpretações* sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal (PÊCHEUX, 1984, p. 15-17, grifos do autor)¹⁰

A AD trabalha, então, com o homem falando em sociedade (ORLANDI, 2007). O analista do discurso tende a vislumbrar a língua e seu entorno. Isto é, aquilo que está fora da língua (condições de produção) é o que torna o homem capaz de um ato paradoxal: permanecer o mesmo e ainda assim (se) transformar – pois transforma tanto a si como o ambiente que o circunda. O homem permanece o mesmo porque, pela sociedade que nos circunda, somos todos

¹⁰ PÊCHEUX, Michel. Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours. In: **Mots**, Presses de La Fondation Nationale de Sciences Politiques, n. 9. out. 1984, p. 7-17. A citação em português versada a partir do original em francês é apresentada em: MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Tradução de Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997, p. 11. Como tal, a tradução da citação de Pêcheux é, por extensão, de responsabilidade de Freda Indursky, tradutora da citada obra de Maingueneau. Segue o trecho original de Pêcheux, em francês: “L’analyse de discours ne prétend pas s’instituer en spécialiste de l’interprétation, maîtrisant le sens des textes, mais seulement construire des procédures exposant le regard-lecteur à des *niveaux opaques à l’action stratégique d’un sujet* [...] l’enjeu crucial est de *construire des interprétations*, sans jamais les neutraliser, ni dans le n’importe quoi d’un discours sur le discours, ni dans un espace logique stabilisé à prétention universelle.” (PÊCHEUX, 1984, p. 15-17).

“intimados” a nos remeter a uma língua já existente, que nos precede. O homem (se) transforma porque, a cada momento em que tomamos a palavra, nos posicionamos e alteramos a língua por meio de um deslize, de um ato falho, de um chiste, de um neologismo...

Essa tensão entre ‘permanências’ e ‘transformações’ é intermediada pelo *discurso*, e impõe ao homem – e à língua, por conseguinte – um vínculo com o simbólico, que, quando se materializa, aparece sob a forma de um texto, objeto de interpretação do analista do discurso, que procura interpretar não apenas o explicitado pelo enunciador, como também o que não aparece explicitamente mas ainda assim causa *efeitos de sentido*. Portanto, não busca ‘o sentido’, e sim ‘possibilidades de sentido’: “[...] A Análise do Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido único do outro lado.” (ORLANDI, 2007, p. 17). Além disso:

[...] ela não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade. (ORLANDI, 2007, p. 18)

Para fornecer esse método de interpretação, a AD considera, entretanto, exceder os limites da língua, com o auxílio de ferramentas oriundas de várias áreas do conhecimento. Esse é o panorama contemplado pela AD, que irrompe no cruzamento de três grandes disciplinas: Linguística, História (Materialismo Histórico) e Psicanálise.

A interdisciplinaridade da AD foi formulada por Pêcheux a partir de releituras: a que Jacques-Marie Émile Lacan (1901-1981) fez de Sigmund Freud (1856-1939); a que Louis Althusser (1918-1990) fez de Karl Marx (1818-1883); e a que o próprio Michel Pêcheux fez de Ferdinand de Saussure (1857-1913).¹¹

As contribuições dessas disciplinas/ciências se dão da seguinte maneira na AD (ORLANDI, 2007):

a) Linguística: a partir das leituras que Pêcheux fez de Saussure – a ligação entre o homem e o mundo que o rodeia não é direta, com um referencial real, mas sim intermediada pela língua, que possui uma ordem própria. Todavia, a AD vê essa

¹¹ Lacan aprofundou os estudos sobre o conceito de *inconsciente* definido por Freud./ Althusser, mediante sua visão sobre o materialismo histórico-dialético advindo de Marx, criou o conceito de *aparelhos ideológicos de Estado* (AIE): “Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1974, p. 43)./ De Saussure, Pêcheux retirou a ideia de que a língua é um sistema.

ordem como “relativamente autônoma” (ORLANDI, 2007, p. 19), pois depende de uma exterioridade;

b) Marxismo: a partir da leitura que Pêcheux fez de Althusser – embora a língua possua uma ordem própria (que faz dela um sistema), os sentidos não estão ligados a ela imanentemente. Eles são historicamente marcados, possuem uma memória vinculada, mas, ao mesmo tempo, têm propriedades únicas de cada época, de cada geração;

c) Psicanálise: a partir das leituras que Pêcheux fez de Lacan – mesmo sendo o homem capaz de alterar a história, esta não passa de uma janela opaca a seus olhos. Ele enxerga a língua e a história, mas não nitidamente, não tendo ideia de como elas o afetam.

Por conta de sua visão mais voltada para os elementos externos à língua, a AD possui um objeto de estudo singular, distinto das outras disciplinas/ciências que a antecederam, mais precisamente, da Linguística Textual: os *corpora* que possuem laços com uma *formação discursiva/um posicionamento*. Desse modo, “[...] não se trata de examinar um corpus como se estivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa *posição* sócio-histórica [...]” (MAINGUENEAU, 1997, p. 14, grifo do autor).

O modo de essa disciplina lidar com esses *corpora*, todavia, foi modificando-se ao longo do tempo, ocasionando a inclusão de novos conceitos e a revisão de outros. Esses deslocamentos abriram diversos caminhos¹² percorridos pela AD desde sua fundação como disciplina.

Nesta dissertação, como já foi mencionado, situamos nossa perspectiva teórica nas novas tendências em análise do discurso, também dita AD de segunda geração (MAINGUENEAU, 1997), ou, ainda, tendências contemporâneas da AD, que abarcam as contribuições teóricas de autores fundamentais para o avanço das discussões e do quadro metodológico do analista. Com efeito, vejamos como alguns conceitos são elaborados/reformulados por essa AD de segunda geração.

Sua definição de texto é a de que se trata da materialização do discurso, é sua “manifestação” (FIORIN, 2012b, p. 148). O *discurso*, por sua vez, deve ser entendido como maleável, pela compreensão de que a língua/linguagem não permanece estagnada: “A língua definida como sistema de valores virtuais [às afeições de Saussure] opõe-se ao discurso, ao uso da língua em um contexto particular, que filtra esses valores e pode suscitar-lhes novos” (MAINGUENEAU, 2014d, p. 168).

¹² Aquilo que Pêcheux chamou de três épocas da AD – Cf. Pêcheux (1997b).

A partir dessa definição de discurso, temos uma noção de que ele é atravessado por outros discursos a todo o momento. Sendo assim, existe de forma essencial um *interdiscurso*, uma interação entre vários discursos. Para melhor interpretar o *interdiscurso*, Maingueneau (2012a) trabalha esse conceito subdividindo-o em *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*. Se o interdiscurso pode ser concebido como a presença de dizeres precedentes, porque é a relação do discurso com outros discursos, da mesma formação ou de formação diferente, que vieram anteriormente,¹³ Maingueneau (2012a, p. 33-34) afirma que o universo discursivo é o conjunto de formações discursivas. Esse universo se desdobra em um campo discursivo, onde as diversas formações discursivas concorrem entre si, fazendo surgirem os posicionamentos; e em um espaço discursivo, formado por subconjuntos de formações discursivas compostos pelo analista mediante demandas específicas de sua pesquisa.

Outro conceito trabalhado pela AD de segunda geração é o de *posicionamento*. Ele surge a partir das reflexões de Maingueneau (2014) sobre o conceito de *formação discursiva*, proeminente na AD de primeira geração.

Podemos entender como *formações discursivas* as normas (retumbantes ou silenciosas) historicamente estabelecidas (por grupos sociais), que impulsionam o sujeito a selecionar o que deve ou não dizer a partir da posição sócio-histórica (do lugar social) que ocupa. Essa definição, clássica na AD pêcheutiana, surge a partir de uma reformulação do conceito proposto por Foucault. O próprio Pêcheux comenta essa reformulação:

[...] a noção de formação discursiva tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu ‘exterior’: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vem de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais [...]. (PÊCHEUX, 1997a, p. 158)

O *posicionamento* concretiza-se nas estratégias linguístico-discursivas empregadas por um sujeito para impor a seu texto (materialidade do discurso), verbal ou não verbal, uma determinada “*identidade enunciativa*”¹⁴ (MAINGUENEAU, 2014a, p. 392, grifo do autor) que, portanto, o coloca num campo discursivo específico, e não outro. O conceito de posicionamento está intimamente relacionado ao de formação discursiva. O primeiro

¹³ É a existência de “[...] traços no discurso de elementos discursivos anteriores cujo enunciador foi esquecido [...]” (MALDIDIÉ, 2003, p. 51).

¹⁴ Sobre identidade enunciativa, pode ser lido Maingueneau (2012a): “Constituir a discursividade em objeto é supor que, em qualquer circunstância, não é possível dizer não importa o quê, não importa como e não importa em qual lugar, e que essas coordenadas definem uma identidade enunciativa.” (MAINGUENEAU, 2012a, p. 177).

(posicionamento) está ligado diretamente a instituições, ou seja, a campos discursivos (é tópico, é territorial); e o segundo não possui uma instituição específica como referência, mas está disperso nos vários ambientes da sociedade (é não tópico).¹⁵

Se existem esses níveis do interdiscurso mostrados por Maingueneau (2014), é possível afirmarmos que todo texto é fundamentalmente heterogêneo. Partilhando a mesma ideia, Authier-Revuz (1998; 2004) propõe o conceito de *heterogeneidade enunciativa* e traz como princípio que todo discurso é atravessado por outro(s), seja por representações do enunciador (heterogeneidade constitutiva), seja por dizeres alheios invocados de forma direta ou indireta (heterogeneidade mostrada).

Se um texto é constitutivamente heterogêneo (AUTHIER-REVUZ, 1998; 2004), ou seja, se nele convivem diferentes vozes, pode-se afirmar que ele é composto por *ponto(s) de vista*. Conforme Rabatel (2013), linguisticamente, é pelo ponto de vista que se pode determinar a presença de uma subjetividade na enunciação. Por entender que o texto materializa um discurso heterogêneo, esse autor defende que o locutor¹⁶ deve gerir diversos discursos e que, para isso, precisa apresentar-se como um enunciador que administra vários pontos de vista, sendo assim, não deixa de apresentar o seu próprio (mesmo implicitamente), deixando pistas de que se compadece mais de um do que de outro ponto de vista, dentre os que enunciou. Assim, o enunciador também manifesta uma subjetividade.

Existem maneiras de se camuflar a subjetividade em um texto. Pode-se enunciar de forma implícita. Na AD de corrente enunciativa, os conteúdos *implícitos* também são

¹⁵ Maingueneau (2012b, p. 18) cita alguns exemplos de *formações discursivas*: “o ‘discurso racista’, ‘o discurso colonial’, ‘o discurso patronal’”. Cada um desses discursos pode estar vigente em mais de um gênero e em mais de uma instituição: há possibilidade de encontrar discursos desse tipo em empresas, em escolas, em bares, etc. Já um *posicionamento* estaria mais restrito: o discurso jornalístico possui técnicas próprias de escrita e as defende frente às de outras disciplinas que também atuam com a palavra (como Letras e Direito etc.), ou com a comunicação de massa (como Publicidade e Propaganda ou Relações Públicas); advogados possuem uma visão sobre as leis que não é compartilhada pela grande maioria da população (a ponto de defenderem alguém que eles sabem ter culpa). Mas, mesmo havendo essa divisão, é possível verificar que um posicionamento, de certa maneira, é envolvido por uma formação discursiva: pois podemos ter no Jornalismo, um discurso de esquerda ou de direita; e, no Direito, um discurso conservador ou um discurso liberal. Na Literatura, por exemplo, os posicionamentos seriam as escolas literárias, os movimentos literários (MAINGUENEAU, 2014, p. 392-393). Por isso é que Maingueneau (2012a; 2015) define também os conceitos de *universo discursivo* (conjunto de formações discursivas) e de *campo discursivo* (as instituições). Sobre unidades tópicas e não tópicas, Maingueneau (2012b, p. 11) define que as primeiras estão ligadas “a ‘espaços pré-delineados’ pelas práticas verbais”, isto é, são vinculadas a ramos de atividades sociais, como “o discurso administrativo, publicitário, político etc.”. Quanto às não tópicas, pode-se dizer que elas estão diluídas em vários setores sociais, ou, como afirma Maingueneau (2012b, p. 18): “Unidades como ‘o discurso racista’, ‘o discurso colonial’, ‘o discurso patronal’, por exemplo, não podem ser delimitadas por outras fronteiras senão aquelas estabelecidas pelo pesquisador”. Sendo assim, as unidades não tópicas estão em diversos setores e não em específicos; até por isso, o autor faz uma distinção entre *formação discursiva* (ligada às unidades não tópicas) e *posicionamento* (ligado às unidades tópicas).

¹⁶ Rabatel (2013, p. 19) diferencia *locutor* de *enunciador*: este é o que pode ser responsabilizado pelos mecanismos de modalização da linguagem; aquele é o que pode ser responsabilizado pelos mecanismos dêiticos.

responsáveis por criar efeitos de sentido. Os *implícitos* são divididos em pressupostos e subentendidos (DUCROT, 1987; MAINGUENEAU, 1997; 2013).¹⁷ Sendo o posto aquilo que é efetivamente dito pelo enunciador, o pressuposto é um sentido logicamente depreendido do enunciado, mas que não é dado a ver. O clássico exemplo é: “Pedro, atualmente, não fuma” (posto); “Pedro, antigamente, fumava” (pressuposto). O subentendido é um sentido presumido que está nas entrelinhas do texto, porque é determinado com base na situação específica em que o enunciado foi proferido e que depende da interpretação do outro. Por exemplo: “Você faria bem em fazer a mesma coisa [parar de fumar]”.¹⁸

Todavia, mesmo tendo a sua disposição uma amálgama de estratégias linguístico-discursivas que lhe dão uma margem de manobra ao enunciar seu discurso, o sujeito tende a observar o outro (a voz alheia), que atravessa seu próprio discurso, de forma opaca. Há, entre os diversos discursos que interagem entre si, um fenômeno de *interincompreensão* e *simulacro*.¹⁹ Um discurso tem em si uma característica fundamental: ele deriva de um interdiscurso. Assim, um discurso remete a outro (ou diz outro) em configuração de simulacro, que é uma maneira alterada de interpretar esse outro, tornando o dizer alheio um espectro, um arremedo do que era em seu início. Para Possenti, “cada discurso só pode ver o outro como um simulacro” (POSSENTI, 2011, p. 24).

Portanto, para compreendermos os sentidos – ou os efeitos de sentido – que são (re)produzidos por esses discursos heterogêneos em sua essência, é necessário ir além dos níveis do sistema linguístico, no sentido de Saussure (2012), a saber, a fonologia, morfologia e sintaxe. É preciso partir para uma análise semântica. Conforme Maingueneau (2012a), devemos perceber uma semântica de forma ampla, e não somente no interior do texto. A partir desse pensamento, o autor propõe uma *semântica global*, e define que, para abranger um discurso, deve-se compreendê-lo como um todo complexo, sem uma dissociação entre as noções de superficialidade – ou seja, privilegiar a enunciação ou produzir uma análise textual, o que é diferente de fazer AD – e de profundidade – ou seja, privilegiar, na análise, os discursos mais estabilizados, como se fazia na AD de primeira geração –, porque o discurso produz efeitos de sentido ao percebermos não somente um, mas todos os “planos” (MAINGUENEAU, 2012a, p. 75) que o constituem.

¹⁷ Distinção feita por Oswald Ducrot (1987), mas que trabalharemos nesta dissertação segundo as reavaliações de Maingueneau (1997; 2013). A escolha pelos trabalhos de Maingueneau e não de Ducrot, nesta pesquisa, é devido ao fato de o primeiro ter realizado análises em discursos advindos de textos da mídia, do jornalismo (nosso objeto de estudo), e o primeiro ter efetuado estudo sobre textos compostos para testar suas hipóteses. Portanto, foi Maingueneau quem, de modo mais explícito, testou as hipóteses de Ducrot em *corpora* autênticos, isto é, textos produzidos em um dado *campo discursivo*.

¹⁸ Exemplos extraídos de Kerbrat-Orecchioni (2014, p. 270-272).

¹⁹ O conceito de simulacro utilizado por nós advém de uma releitura de Foucault feita por Maingueneau (2012a; 2015).

Cabe ao analista, também, verificar na materialidade discursiva (texto) os itens que remetem à *enunciação* (BENVENISTE, 1976), por exemplo, o vocabulário, a dêixis enunciativa, o modo como o dizer foi enunciado e o modo como o enunciador promoveu a coesão do que disse.²⁰ Assim, a semântica global reconhece que um discurso não privilegia um de seus itens linguísticos (coerência, coesão, etc.) ou extralinguísticos (memória, gênero, etc.), mas se faz real pela concretização em texto verbal ou não verbal de todos eles. São as demandas advindas dos *corpora* selecionados pelo analista que definirão, na sua pesquisa específica, quais itens devem ser mais explorados.

Vimos, então, que nossa base teórico-metodológica é orientada por releituras, em um *ecletismo teórico* (CHAVES, 2012) que visa, antes de mais nada, a uma coerência de estudos que consigam ampliar as possibilidades de análise de objetos explicitamente diversos e heterogêneos: como o é o discurso jornalístico, repleto de discursos outros em sua própria constituição.

Os novos conceitos e as reformulações daqueles trabalhados pela AD histórica só foram possíveis devido a uma guinada, advinda do diálogo com pesquisas e teorias variadas, como o encontro tardio com Bakhtin, cujos textos só foram traduzidos na Europa no final dos anos 1970.²¹ É para melhor compreendermos essas releituras e nossas análises que se faz mister relacionar os conceitos fundamentais das teorias que inspiraram a AD de segunda geração, e, por consequência, da presente pesquisa: a teoria da enunciação do linguista Émile Benveniste, a teoria do dialogismo do Círculo de Mikhail Bakhtin e o pensamento de Michel Foucault sobre linguagem, história, conhecimento e poder.²²

²⁰ Isso tudo, atentando-se que se trata de formulações não somente instantâneas ou momentâneas (pragmáticas), mas ditadas por um sentido histórico, o que relaciona tais conceitos à AD e não à análise de conteúdo ou à pragmática.

²¹ Malidier (2003, p. 59-60) nos lembra que, na análise do discurso, as discussões mais acaloradas em torno de Bakhtin/Volochinov começam em 1977, quando *Marxismo e Filosofia da Linguagem* foi traduzido para o francês, embora os escritos russos já fossem objeto de debates na França desde o final da década de 1960.

²² Vale lembrar que o próprio Pêcheux anunciou que a AD viria a se deparar com análises relacionadas à Enunciação: “O desenvolvimento atual [referia-se ao começo da década de 1980] de numerosas pesquisas sobre os encadeamentos intradiscursivos – ‘interfrásticos’ – permite à AD-3 abordar o estudo da construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos, e também dos ‘pontos de vista’ e ‘lugares enunciativos no fio intradiscursivo’.” (PÊCHEUX, 1997b). Rabatel (2015) trabalha exatamente sobre os “pontos de vista” e Authier-Revuz (1998; 2004), por meio do conceito de *heterogeneidade enunciativa*, aponta caminhos para se estudarem os “lugares enunciativos no fio do intradiscorso”. Estes são autores que exemplificam as contribuições das teorias enunciativas para a AD.

1.1 A TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE BENVENISTE

Émile Benveniste (1902-1976) formulou sua teoria da enunciação também na década de 1960, sendo considerada sua obra mais importante os dois volumes de *Problemas de Linguística Geral*, anterior às primeiras publicações sobre a teoria do discurso. A noção de discurso já aparece em Benveniste (1976), para quem este conceito não se confunde com o de linguagem. Para o linguista, “a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou” (BENVENISTE, 1976, p. 285).

Nesse caso, faz uma crítica ao pensamento da época: de que a linguagem seria um *instrumento* de comunicação do ser humano. Para ele, essa formulação é insustentável: “Não atingimos o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a” (BENVENISTE, 1976, p. 285).²³

Benveniste entende discurso como produto do ato de enunciar, ou seja, da enunciação. É a manifestação concreta da língua, é o uso da língua, é a língua sendo partilhada por um *locutor* (aquele que assume o enunciado) para atingir um *alocutário* (aquele que recebe, e que, portanto, também participa da comunicação), em referência a algo marcado num contexto imediato, pontuado pelas categorias de pessoa, tempo e espaço: ‘eu’ – aquele que fala; ‘aqui’ – o local espacial da fala; e ‘agora’ – o momento da fala, o presente.

Essa é uma noção de linguagem em movimento²⁴ apresentada e defendida por Benveniste: “Para que a palavra assegure a ‘comunicação’, é preciso que esteja habilitada a isso pela linguagem, da qual é apenas atualização” (BENVENISTE, 1976, p. 285).

Dessa forma, não é inoportuno inferir que esse autor reconhece que a língua constitui um sistema de signos, como se pode notar pelos primeiros capítulos do volume 1 de sua obra (partes 1 e 2). No entanto, diferentemente de Saussure, Benveniste afirma que a linguagem não pode existir separada do homem e, estabelece, assim, um estudo sobre o que denominou (inter)subjetividade.²⁵ A noção de subjetividade trabalhada pelo autor é linguística, e assim explicada:

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de “ego”.

²³ Teoria correlata à defendida pela AD, para a qual “[...] a língua não é uma espécie de ferramenta que os falantes utilizam para certos fins (comunicacionais, por exemplo), sujeita, inclusive, a adaptações estilísticas individuais. Aceitar que seja um instrumento significaria tomar a língua como algo completamente exterior ao sujeito” (POSSENTI, 2013, p. 361).

²⁴ Lembremos que, também para a AD, discurso é “palavra [língua] em movimento” (ORLANDI, 2007, p. 15).

²⁵ “[...] É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.” (BENEVENISTE, 1976, p. 285).

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais que um reflexo) mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa “subjetividade”, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que diz *ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo *status* linguístico da “pessoa”. (BENVENISTE, 1976, p. 286, grifos do autor).

Podemos, portanto, assumir que a “pessoa” de que trata Benveniste é linguística, um sujeito-enunciador que maneja a língua sistema. E também é possível afirmar que esse manejo não é consciente, ou seja, pode-se inferir que Benveniste não defendia necessariamente que o *sujeito* era origem de seu próprio dizer – embora essa origem não estivesse em pauta nas teorizações desse autor. Dessa maneira, não há – como interpretaram pesquisadores da AD de segunda geração – uma incoerência entre as ideias desse autor e os conceitos fundadores da AD. A esse respeito, Possenti (2011) explica:

A enunciação tem sido compreendida, tipicamente, ou como um ato individual, como na *leitura mais radical* de Benveniste, que faz dele praticamente um pragmaticista (o que *é um grosseiro equívoco*), ou é compreendida à moda de Foucault (ou melhor, de um simulacro de seu pensamento [...]), ou da AD mais estrita e dura, caso em que enunciação implica a prioridade, ou melhor, a exclusividade do lugar ou da posição, e define fundamentalmente o sujeito como função ou como forma, excluía qualquer conotação de pessoalidade. (POSSENTI, 2011, p. 94, grifos meus)

Benveniste contribui para uma teoria do discurso, na medida em que reabilita a parte rejeitada da linguagem por Saussure, isto é, a fala. Como esse resgate da história, que compreende o sujeito, o tempo e o espaço na descrição linguística, é inovador para a época, entende-se por que o próprio conceito de discurso foi sendo reformulado: em Benveniste, as marcas linguísticas da enunciação; na AD, “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2007, p. 21).

Segundo a teoria da enunciação, o ‘eu’ só se estabelece com relação a um ‘tu’. É no contraste, no convívio – social/histórico –, que se estabelecem os sentidos. O ‘eu’, sujeito de Benveniste, refere-se ao ato individual daquele que está enunciando, designa, especificamente, a instância enunciativa (enunciador, locutor, ‘eu’), e, intersubjetivamente, a instância enunciatária (enunciatário, locutário, ‘tu’). Mas, esse é um posicionamento linguístico, e não puramente de seres de carne e osso,²⁶ na medida em que, quando o ‘tu’

²⁶ Também – porque precisa se materializar (e a concretização, para Benveniste é empírica) –, mas não somente.

passa a falar de si, ele é o ‘eu’, e essas categorias não são atreladas aos seres como um nome próprio.²⁷ Dito de outro modo, a própria língua está organizada em função da reversibilidade dos papéis ocupados, ora por um ‘eu’, ora por um ‘tu’, no contexto de cada enunciação em particular. As categorias linguísticas relacionadas à intersubjetividade da linguagem são, essencialmente, os dêiticos, isto é, signos móveis, presentes em pronomes (pessoais, demonstrativos, possessivos), em advérbios (de tempo, lugar), no sistema verbal, entre outros.

Portanto, essa (inter)subjetividade (esse tornar-se sujeito – ‘eu’= *ego*) é proporcionada pelo exercício da língua, que, para Benveniste, constitui-se no exercício do discurso, ou seja, é a língua em movimento, em funcionamento por um ato individual de fala. É importante notar que “ego” é uma noção que não se compatibiliza com a que Freud definiu em sua conceitualização tripla (*id*, *ego* e *superego*) e que auxiliaram Lacan, inspirador da AD, em seus estudos sobre o *inconsciente*. Benveniste emprega o termo latino “ego” como um termo universal, não restrito a uma língua em particular, indicando, desse modo, que a noção de pessoa é comum à linguagem humana.

A teoria da enunciação trouxe novidades e contribuições inegáveis para o estudo da língua em uma perspectiva discursiva. Juntam-se a esse quadro inovador as ideias de Bakhtin/Volochinov (2006) acerca da enunciação, que, segundo eles, se alimenta das interações sociais mediadas pela linguagem, e não do pensamento individual, como explica Brandão:

O percurso que o indivíduo faz da elaboração mental do conteúdo, a ser expresso à objetivação externa – a enunciação – desse conteúdo, é *orientado socialmente*, buscando adaptar-se ao contexto imediato do ato da fala e, sobretudo, a interlocutores concretos. (BRANDÃO, 2006, p. 8, grifos meus)

Se é “orientado socialmente” (BRANDÃO, 2006, p. 8), esse conteúdo é histórico. Se histórico, é, portanto, ideológico. Nesse sentido, é preciso lembrarmos de dois filósofos que contribuíram para a constituição da AD como disciplina: Foucault e, sobretudo, Pêcheux, que lutou de forma mais enfática para essa constituição.

²⁷ Ainda que isso também seja algo linguístico, mas, serve aqui como afirmação de que a enunciação não é um ato estritamente vinculado a indivíduos biológicos. Talvez aqui possamos verificar também parte do alerta que Possenti (2011, p. 18) fez: trata-se, nesse ponto de vista, mais de uma situação com vínculo simbólico do que com uma circunstância puramente pragmática.

1.2 PROEMINÊNCIA DAS DISCUSSÕES SOBRE O DISCURSO: FOUCAULT E PÊCHEUX

Se o linguista Benveniste, com sua teoria da enunciação, contribuiu para os estudos sobre a atualização da língua-sistema em uma situação real de comunicação, dois filósofos também foram cruciais para que a língua fosse estudada levando-se em consideração seu exterior: Michel Foucault e Michel Pêcheux.

Foucault contribui para os estudos do discurso com a ideia de que nem todos podem fazer uso da língua/linguagem da mesma maneira: existem posições definidas sócio-historicamente, que delimitam quem pode falar em determinada situação.

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1999, p. 8-9)

Existem estratégias de determinados grupos que fundamentam os próprios dizeres e os de terceiros: indicando, ideologicamente, posições sócio-históricas que ganham forma em práticas, por exemplo, em profissões – o médico, o professor, o jurista, o jornalista, etc. –, que estão habilitadas a falar por intermédio do *posicionamento* das instituições que representam – a Medicina, a Educação/a Academia, o Jornalismo, etc. –; as demais posições sócio-históricas que não se encaixam nesse rol teriam essa habilitação negada.

Essa espécie de seleção daqueles que podem ou não falar é uma forma de coerção. Ao existir coibição, há procedimentos para um sujeito ocupante de uma posição, advogado, funcionário público, etc., evocar uma fala: ele deve pensar que é origem do que diz, ou, ao menos, que é coerente com dizeres aceitos por seu grupo.²⁸

De acordo com Maldidier (2003), a entrada de Foucault na AD surge com Jean-Marie Marandin, em 1978,²⁹ que o relacionou às reflexões de Pêcheux:

[Marandin] chegava no domínio da análise de discurso com referências linguísticas e filosóficas próprias. Fora da esfera do marxismo, ele tinha lido Deleuze e sobretudo o Foucault de *A arqueologia do saber*, sobre a qual ele tomava grande apoio. Ele também tinha – e muito bem – lido Michel Pêcheux. (MALDIDIER, 2003, p. 72)

²⁸ Vemos aí, uma coerência com o pensamento de Pêcheux e seus conceitos de *esquecimentos* e de *memória*. Cf. Orlandi (2007).

²⁹ Maldidier (2003) cita, ainda, os trabalhos de Courtine nessa (re)introdução de Foucault: “Sua [de Courtine] pesquisa é uma tentativa de síntese extremamente brilhante entre as proposições de Foucault e a teoria do discurso.” (MALDIDIER, 2003, p. 75).

A AD de corrente enunciativa resgata de Foucault a ideia de que os enunciados não são os mesmos conforme o contexto em que surgem. Sendo assim, as enunciações são distintas, constituindo verdadeiros acontecimentos.

Um enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento; e a relação que mantém com o que enuncia não é idêntica a um conjunto de regras de utilização. Trata-se de uma relação singular: se, nessas condições, uma formulação idêntica reaparece – as mesmas palavras são utilizadas, basicamente os mesmos nomes, em suma, a mesma frase, mas não forçosamente o mesmo enunciado. (FOUCAULT, 2008, 101)

As ideias de Foucault parecem ter casado com a segunda geração da AD, por conta do vínculo maior com a enunciação. Enquanto Pêcheux, em razão de sua herança althusseriana mais arraigada, via a ideologia sendo veiculada por grandes instituições discursivas, Foucault vê relações de poder nas pequenas situações do dia a dia: não se trata de um macropoder, mas, também, de micropoderes, que exercem uma dominação sobre os sujeitos e impõem limitações ao emprego e à circulação dos enunciados:

Por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade. Portanto, não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social. (FOUCAULT, 2009, p. 103)

Daí, a pertinência dos conceitos propostos por Foucault para analisar *corpora* distintos daqueles privilegiados na AD histórica, cujas condições de produção eram, supostamente, estáveis, sobretudo porque reguladas pelo Estado – política, religião, escola, família, imprensa e cultura.³⁰

Foucault trabalha o conceito de *arquivo*, assim explicado por ele: “O arquivo é, de início, *a lei do que pode ser dito*, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares.” (FOUCAULT, 2008, p. 147, grifos meus).

Ao dizer *arquivo*, Foucault não se refere a um conjunto de documentos do passado de uma determinada sociedade, nem às instituições que permitem a conservação de tais documentos, mas:

Trata-se antes, e ao contrário, do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do

³⁰ Esses são, segundo Althusser (1974), os aparelhos ideológicos de Estado. O filósofo francês teve grande influência sobre a constituição da AD histórica, em grande parte em razão de sua leitura renovada do marxismo, destacando-se as reflexões sobre a ideologia para a compreensão da organização da sociedade em classes.

pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias [...] mas que tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo; que em lugar de serem figuras adventícias e como que inseridas, um pouco ao acaso, em processos mudos, nasçam segundo regularidades específicas; em suma, que se há coisas ditas – e somente estas –, não é preciso perguntar sua razão imediata às coisas que aí se encontram ditas ou aos homens que as disseram, mas ao sistema da discursividade, às possibilidades e às impossibilidades enunciativas que ele conduz. (FOUCAULT, 2008, p. 146-147)

Portanto, há marcas (históricas) do *discurso* na enunciação. Se é no *arquivo* que o *sujeito* buscará uma possibilidade de dizer – um enunciado plausível/pertinente para sua *posição sócio-histórica* – é também verdade que o material (enunciado) selecionado em meio aos possíveis deve se mostrar no fio discursivo (num ato de enunciação).

Sendo as ideias de Foucault relevantes para as pesquisas contemporâneas envolvendo o discurso, a AD tornou-se disciplina a partir dos esforços de Pêcheux e seus colaboradores.³¹ E a AD de segunda geração não lhe nega essa outorga, pois: “[...] não há linha de continuidade entre duas concepções, mas também não há vazio. A ciência não começa do nada” (POSSENTI, 2013, p. 357).

Se a AD “nasceu, pode-se dizer, como resposta à questão de como ler” (POSSENTI, 2011, p. 9), Michel Pêcheux é considerado o que mais explicitamente buscou tornar isso uma ciência. Sua ideia era justamente criar uma nova disciplina/ciência: a Análise do Discurso é assim nomeada por ele.

Pelo olhar de Pêcheux (1997a), não basta observar a circulação de um material discursivo (de textos), nem ver nele o que seu autor quis dizer; é preciso compreender como esse texto significa. Esse tipo de leitura tem mais a ver com “a questão mais estrita do sentido, isto é, com o modo de significação do discurso, considerados aspectos como implícitos, a opacidade da língua, a relação dos discursos com seu exterior [...]” (POSSENTI, 2011, p. 12).

É, claramente, uma resposta à tradição filológica de interpretação de textos, que levava em consideração somente o que era possível ser verificado na superfície do texto, que averiguava o que um autor pretendia comunicar, como se existisse sempre um sentido oculto nos textos, como comenta Maingueneau (1997):

[...] a análise do discurso ocupou boa parte do território liberado pela antiga filologia, porém com pressupostos teóricos e métodos totalmente distintos. [...] O analista do discurso vem, dessa forma, trazer sua contribuição às hermenêuticas contemporâneas. [...] (MAINGUENEAU, 1997, p. 13)

³¹ A história da constituição de uma nova disciplina é exemplarmente narrada por Maldidier (2003).

Pêcheux (1997a; 2008) defende que os textos apresentam formas de restrições. Dependendo do sujeito, o texto (materialização do discurso) deve ser interpretado de um modo e não de outro, levando em consideração alguns aspectos de seu conteúdo, e não outros.

Nesse ponto de nossas reflexões, buscamos as contribuições da filosofia da linguagem praticada pelo Círculo de Bakhtin.

1.3 A TEORIA DO DIALOGISMO E OS GÊNEROS DO DISCURSO EM BAKHTIN

Em nosso percurso epistemológico em torno do conceito de *discurso*, não poderíamos deixar de citar o filósofo da linguagem russo Mikhail Bakhtin. Embora suas conceitualizações tenham sido empreendidas anteriormente às de Émile Benveniste, Michel Foucault e Michel Pêcheux, elas foram tardiamente descobertas na Europa Ocidental. As obras do Círculo de Bakhtin³² foram introduzidas na França por meio das traduções de Julia Kristeva, que, em 1968, o citou pela primeira vez na academia francesa, em seu artigo *A palavra, o diálogo e o romance*, segundo relembra Malididier (2003, p. 104).

Bakhtin/Volochinov (2006) introduzem uma discussão sobre duas concepções relacionadas ao estudo da linguagem, por eles denominadas de “orientações do pensamento filosófico-linguístico” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 68). A primeira, o subjetivismo individualista; a segunda, o objetivismo abstrato. Assim, nega as duas visões extremistas: de que a Linguística deveria apenas descrever a língua, ao afirmar que esta não é apenas um sistema imutável; e de que deveria estudar somente a fala, pois esta não é um ato estritamente individual em que o falante encontra-se livre para criar.

Na concepção do Círculo, a linguagem é enunciação pura, e esta se dá, sempre, no âmbito da interação entre locutores reais ou virtuais. A interação verbal é social, visto que fundamentada em elementos históricos, culturais, econômicos, de gênero sexual, de idade, etc. É nas relações entre os falantes que a língua se faz língua (social, bem histórico partilhado), que ela permanece viva e capaz de produzir sentidos. E isso tem um cunho ideológico:

Para começar, as bases de uma teoria marxista da criação ideológica – as dos estudos sobre o conhecimento científico, a literatura, a religião, a moral, etc. – estão estreitamente ligadas aos problemas de filosofia da linguagem. Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico,

³² O “Círculo de Bakhtin” ou “Círculo Russo” é um grupo de pensadores que escreveu diversas obras, cujas autorias são até hoje motivo de desavenças. São pensadores – como Pavel Medvedev (1892-1938) e, sobretudo, Valentin Volochinov (1895-1936) e Mikhail Bakhtin (1895-1975) – que começaram a formular suas ideias no início do século XX, sob forte influência marxista. Seus trabalhos são revisitados por pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais, sobremaneira os ligados à Filosofia, Literatura, História, Sociologia e Ciências da Linguagem.

instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete [espelha] e refrata [modifica a direção, desvia algo de seu caminho devido à mudança de meio] uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*. Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 29, grifos do autor)

Se “*sem signos não existe ideologia*” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 29, grifos do autor), a linguagem é o espaço da ideologia.

Ao considerar que a enunciação caminha lado a lado com a ideologia, Bakhtin/Volochinov (2006) desenvolvem uma concepção de que toda ação de linguagem de um locutor só pode remeter a falas anteriores, bem como a uma ideia do que o interlocutor possa retirar dessa enunciação, pois toda enunciação compreende um horizonte social, onde se situa o outro, ouvinte ou destinatário. O discurso funcionaria, então, como um “diálogo”, cujas réplicas remetem a dizeres alheios. Por isso, todo discurso é dialógico por natureza e definição, isto é, sempre dialoga, seja para concordar ou para discordar, com outro(s) discurso(s). Até mesmo naqueles momentos em que nos prostramos sozinhos, amuados em nossos pensamentos, falamos com um ‘tu’ internalizado. Para estudar esses fenômenos é que foi pensada uma teoria do *dialogismo*:

Uma análise mais aprofundada revelaria que as formas mínimas do discurso interior são constituídas por monólogos completos, análogos a parágrafos, ou então por enunciações completas. Mas elas assemelham-se ainda mais às réplicas de um diálogo. Não é por acaso que os pensadores da Antiguidade já concebiam o discurso interior como um *diálogo interior*. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 63, grifos do autor)

Por isso, entre outras considerações, Authier-Revuz (1998; 2004) – linguista por formação, que trabalha com a problemática do discurso – diz que todo discurso é heterogêneo em sua própria constituição.

A AD de corrente enunciativa, ao incorporar a teoria do dialogismo de Bakhtin, também leva em consideração que todo enunciador interage com seu coenunciador, ao modo de um diálogo. Ao dialogar com outro(s) discurso(s), o locutor o(s) materializa/textualiza, e assume-se como enunciador, convocando outras vozes, por exemplo, por meio de citações. A concorrência de vozes no interior de um mesmo discurso produz uma *polifonia*,³³ termo emprestado por Bakhtin do vocabulário musical.

³³ A *polifonia* também orienta a conceitualização de heterogeneidade enunciativa de Authier-Revuz (1998; 2004).

Além das noções de dialogismo e polifonia, Bakhtin ainda formulou uma categorização dos discursos, que ele denominou gêneros discursivos. Para o autor, os gêneros do discurso são as formas de representação de todo e qualquer discurso, sendo definidos como enunciados mais ou menos estáveis, de acordo com a esfera de atividade humana, isto é, o domínio social. Bakhtin explica que:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. (BAKHTIN, 1997a, p. 280, grifo do autor)

Sendo assim, os enunciados não são definidos de modo aleatório, como bem comenta Bakhtin/Volochinov:

Quando escolhemos um determinado tipo de oração, não escolhemos somente uma determinada oração em função do que queremos expressar com a ajuda dessa oração, selecionamos um tipo de oração em função do *todo* do enunciado completo que se apresenta à nossa imaginação verbal e determina nossa opção. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 306, grifo do autor)

Todo gênero discursivo está submetido a um tipo discursivo, isto é, a um domínio social de linguagem: “Os gêneros do discurso constituem, de alguma maneira, os átomos da atividade discursiva. Mas eles só adquirem sentido quando integrados a unidades de classe superior, os *tipos de discurso*” (MAINGUENEAU, 2015, p. 66, grifos do autor).

Maingueneau (2012a) divide os tipos discursivos em três: os de esferas de atividade; os de campo discursivo; e os de lugares de atividade. Entre os primeiros, teríamos os discursos religiosos, científico, partidário, etc., ou seja, aqueles ligados aos ramos de atividades do ser humano, enquanto profissão (enquanto ocupante de uma posição sócio-histórica), por exemplo. Algumas dessas atividades podem se dividir em diversas correntes; essas subdivisões são chamadas por Maingueneau (2012a, p. 33-35; 2015, p. 68) de campos discursivos, por exemplo, o discurso político da esquerda em concorrência com o discurso político da direita. Teríamos, a partir deles, os tipos de discurso de campos discursivos. Já os tipos de discurso de lugares de atividade seriam aqueles marcados por um ambiente específico, como o discurso hospitalar, em que médicos e enfermeiros enunciam somente dentro daquele estabelecimento (por meio de formulários médicos, de leituras de exames, etc.).

Todavia, esse conjunto de definições não é austero; em vez de enclausurar as análises numa linha fixa e intocável, deixa aberta a possibilidade de novos encaixes a partir da demanda do objeto a ser observado.³⁴ Tendo isso em mente, poderíamos situar o discurso jornalístico como sendo ao mesmo tempo: do tipo de esfera de atividade, pois teríamos o jornalista ocupando uma posição sócio-histórica; do tipo de campo discursivo, pois teríamos o discurso de um jornalismo explicitamente opinativo/apelativo (a chamada imprensa sensacionalista) concorrendo com o discurso jornalístico calcado na apuração zelosa; do tipo de lugar de atividade, pois os jornalistas têm um vocabulário próprio de interação entre si (com jargões específicos) e um vocabulário próprio (definido pela técnica da profissão) de conversa com entrevistados, por exemplo.

Nelson Traquina (2012) compreende o discurso jornalístico como de campo:

Iremos preferir utilizar o conceito de “campo jornalístico” [...] A existência de um “campo” implica a existência 1) de um número de “jogadores”, isto é, agentes sociais que querem mobilizar o jornalismo como recurso para as suas estratégias de comunicação; 2) um *enjeu* ou prêmio que os “jogadores” disputam, nomeadamente as notícias; e 3) um grupo especializado, isto é, profissionais do campo, que reivindicam possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados, nomeadamente o que é notícia e a sua construção. [...] (TRAQUINA, 2012, p. 26-27)

Definidos os tipos possíveis de discursos, faz-se necessário detalhar os elementos desses conjuntos: os *gêneros discursivos*.

Bakhtin nos dá alicerce para identificarmos mais detalhadamente os gêneros discursivos. Para ele, são “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” (BAKHTIN, 1997b, p. 280, grifos do autor), em que podemos reconhecer assim que presenciamos sua aparição, porque já nos são familiares. Os gêneros do discurso possuem características relativamente estáveis com relação ao tema, às escolhas linguísticas e à organização textual (construção composicional).

Podemos, portanto, concluir que todo texto pertence a um gênero discursivo, pois todo discurso produz um texto (verbal ou não). Pela ótica de Bakhtin (2002), para verificarmos uma diferenciação entre os gêneros discursivos, é preciso que fiquemos atentos: ao conteúdo temático (os assuntos tratados no texto – materialização dos discursos, conseqüentemente dos gêneros discursivos); à construção composicional (a forma de materializar esse discurso – por exemplo, uma notícia de jornal é um texto predominantemente narrado); e ao estilo (as escolhas linguísticas que caracterizam o gênero discursivo). Sobre esses pontos, enfatiza o autor:

³⁴ “Em última instância, é o pesquisador que deve determinar em que nível ele vai se situar” (MAINGUENEAU, 2015, p. 67).

Cumpra salientar de um modo especial a heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos), que incluem indiferentemente: a curta réplica do diálogo cotidiano (com a diversidade que este pode apresentar conforme os temas, as situações e a composição de seus protagonistas), o relato familiar, a carta (com suas variadas formas), a ordem militar padronizada, em sua forma lacônica e em sua forma de ordem circunstanciada, o repertório bastante diversificado dos documentos oficiais (em sua maioria padronizados), o universo das declarações públicas (num sentido amplo, as sociais, as políticas). E é também com os gêneros do discurso que relacionaremos as variadas formas de exposição científica e todos os modos literários (desde o ditado até o romance volumoso). (BAKHTIN, 1997a, p. 284-285)

Essas escolhas – de finalidades, de temas, de forma e de estilo – são realizadas pelo falante com base em uma *competência discursiva*,³⁵ que “permite esclarecer um pouco a articulação do discurso e a capacidade dos Sujeitos de interpretar e de produzir enunciados que dele decorram. [...]” (MAINGUENEAU, 2012a, p. 52).³⁶

Após percorrermos um histórico da AD e compreendermos melhor por que nos colocamos no quadro esboçado pela sua segunda geração, é preciso detalhar os conceitos com os quais esse referencial teórico trabalha e que são caros às análises aqui propostas. As seções seguintes dão ênfase a essa tarefa.

1.4 SOBRE LÍNGUA, IDEOLOGIA E SENTIDO: A REVIRAVOLTA DO DISCURSO

Como já assinalado, a AD tem forte influência do marxismo e, conseqüentemente, defende que a história atua sobre os sentidos. Eles são frutos de um universo discursivo, ou seja, do “[...] saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando toda a tomada da palavra” (ORLANDI, 2007, p. 31).

³⁵ Maingueneau discorre sobre a necessidade de não adotarmos a mesma interpretação do conceito de *competência* utilizado por Chomsky, que fala sobre aquela que é “[...] (entendida como o conhecimento intuitivo que um locutor nativo tem de sua língua, a capacidade de produzir e interpretar um número infinito de competências gramaticais inéditas) um pano de fundo epistemológico muito duvidoso, em particular o inatismo das estruturas linguísticas, ligado à existência de um órgão mental, a ‘gramática’, inscrito no código genético. [...]” (MAINGUENEAU, 2012a, p. 48). Em vista de essa definição ser tida como ineficaz para a AD, Maingueneau propõe uma reformulação: “[...] para nós [analistas de discurso], o desvio por um modelo de competência, por aquilo que *pode* ser dito permite justamente melhor dar conta do que efetivamente foi dito. A única coisa que importa é não ser levado da competência a uma combinatória a-histórica, ou, ao contrário, por respeito à coisa enunciada, não naufragar na pura descrição” (MAINGUENEAU, 2012a, p. 49, grifo do autor). Portanto, segundo Maingueneau (2012a), não há uma gramática interna como previu/defendeu Chomsky, mas uma capacidade internalizada (e o sufixo ‘ada’, nesse caso, parece-me propor muito bem que se trata de algo introduzido *a posteriori*) de cunho sócio-histórico e não inata.

³⁶ O termo “Sujeitos” colocado por Maingueneau (2012a, p. 52) em letra maiúscula é para diferenci-lo do *sujeito* consciente. Por *sujeito*, nesse caso, entendamos um conceito próximo ao de *locutor* (aquele que fala, aquele que diz) e por “Sujeitos”, entendamos aqueles que, apesar de serem locutores, têm sobre si o peso de uma história e de uma ideologia (que marcam suas posições sociais no mundo).

Mas, esse “saber” pontuado por Orlandi é sempre relativo à posição sócio-histórica ocupada pelo sujeito:

O *saber* de cada um a respeito do mesmo objeto é diferente, porque é condicionado pelo ponto de vista em que cada um se coloca para apreendê-lo, estudá-lo, analisá-lo. Tendo adquirido um saber a partir de uma certa perspectiva, cada um dos sujeitos atribui a seu conhecimento a marca de certeza e confere ao do outro a qualificação de equívoco, ou seja, cada um dos sujeitos considera seu saber como saber e o do outro como não saber. (FIORIN, 2014, p. 18-19, grifos meus)

Pelas citações de Orlandi (2007) e Fiorin (2014), podemos entender que, para a AD, o sujeito está imerso em um *universo discursivo* (MAINGUENEAU, 2012a), portanto, os sentidos a que ele tem acesso são também atravessados ideologicamente. Esses sentidos não podem ser identificados como sendo a realidade, mas, como uma ilusão, que remete não a um significado único, manifestadamente inequívoco, mas a um efeito de sentido.

Para melhor entendermos esse efeito de sentido, é preciso definir com clareza o conceito de língua na AD. Primeiramente, como delimitou Saussure (2012), a língua é uma parte da linguagem. Esta, por sua vez, segundo a AD, é fruto da interação entre sujeitos (indivíduos marcados sócio-histórica e ideologicamente).

Sob uma ótica discursiva (AD), a língua forma um sistema, cujo funcionamento interno é regido por regras. Para Saussure, essas regras competem à relação entre os termos do sistema (fonemas, morfemas, lexemas, sintagmas). A AD não nega esse funcionamento, mas pretende dissolver a dicotomia língua x fala, ao propor a existência do discurso. Assim, a língua, com sua ordem própria, seria (é) o lugar em que o discurso (definido ideologicamente) toma forma material em textos.

A língua, para a AD, é uma condição fundamental para que o discurso possa se manifestar. É o palco em que os atores (sujeitos ocupantes de suas respectivas posições) interpretam seus papéis (enunciados em forma de texto verbal ou não verbal) para defender seus atos, explícitos ou implícitos, ideologicamente atravessados (discursos). Se esses atos são ideológicos, devemos, portanto, entender como a AD concebe a *ideologia*.

Bonnafous (2014, p. 267) afirma que o termo *ideologia* perdeu força na AD praticada atualmente na França. Há, segundo a autora, preferência pelo termo *representação*. Todavia, aquele termo permanece forte entre os estudiosos do discurso da comunicação em massa e, particularmente, do discurso jornalístico (nosso objeto), a exemplo de Traquina (2012), entre outros.

Como vimos, a ideologia constituiu uma ideia forte na fase de criação da AD, pela influência determinante de Althusser, para quem a ideologia constitui “uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência, que se concretiza materialmente em aparelhos e práticas” (BONNAFOUS, 2014, p. 267). A ideologia estaria, também, vinculada ao sujeito inconsciente, tal como desenvolvido por Lacan.

No final dos anos 1970 e início dos 1980, o conceito foi reformulado: “[...] as noções de clivagem, intradiscurso e heterogeneidade vêm abalar o ordenamento das formações ideológicas e discursivas. [Existiriam, agora, para os estudiosos], estratégias discursivas” (BONNAFOUS, 2014, p. 268). A autora, ao comentar sobre a heterogeneidade que marca os *corpora* da AD da segunda geração (de corrente enunciativa), afirma que: “O termo ‘ideologia’, com tudo o que veicula como ideia de ‘sistema’, de ‘coerência’ e de ‘globalidade’, não se afina bem com essa insistência nova sobre os fenômenos de contradição e imbricação” (BONNAFOUS, 2014, p. 268). Ainda segundo Bonnafous, o conceito de ideologia vincula-se “a corpora de ‘aparelhos’ de forte coerência interna (discurso comunista, socialista, de extrema direita) [...], os analistas do discurso têm tido a tendência a deslocar-se na direção de discursos ‘ordinários’, midiáticos, escolares [...]”. (BONNAFOUS, 2014, p. 269).

De minha parte, não parece incoerente utilizar ambos os termos – ideologia e estratégias discursivas – desde que nos posicionemos em condições específicas. Em se tratando do jornalismo como instituição histórica, social e discursiva, deve-se considerá-lo como um aparelho ideológico de Estado. Se focalizamos os limites do texto, a materialidade discursiva, a noção de estratégia discursiva é pertinente. Traquina (2012, p. 127) delibera que existe um “polo ideológico do campo jornalístico”. Authier-Revuz (1998; 2004), Charaudeau (2013) e Maingueneau (2013) analisam as estratégias discursivas de enunciadores, inclusive dentro da mídia (o terceiro, diretamente sobre o discurso jornalístico).

Se trabalhamos com a noção de ideologia, entretanto, devemos perceber sua ligação com a formação ideológica, assim definida por Pêcheux e Fuchs (1997):

Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 166, grifos dos autores)

Essa perspectiva, aplicada à classe jornalística, pode ser explicada da seguinte maneira:

[Os jornalistas] foram capazes de forjar uma forte identidade profissional, isto é, uma resposta bem clara à pergunta “o que é ser jornalista[?]”, parte de toda uma cultura constituída por uma constelação de crenças, mitos, valores, símbolos e representações que constituem o ar que marca a produção das notícias. A vasta cultura profissional dos jornalistas fornece um *modo de ser/estar*, um *modo de agir*, um *modo de falar*, e um *modo de ver* o mundo [...]. (TRAQUINA, 2012, p. 124, grifos do autor)

A ideologia impregnada na língua, como defende a AD, acaba por caracterizar essa mesma língua não tão somente um código, com um sentido único e transparente para os falantes, mas um meio de efeito(s) de sentido – ou seja, não é o sentido estável da língua, o chamado sentido literal, “intrínseco às palavras das frases, fora das situações de uso”, mas aquele “que aparece no contexto e em situação, não podendo ser compreendido senão por *inferência*” (CHARAUDEAU, 2014, p. 179). Portanto, por *efeito de sentido*, tomemos não uma significação calcada na referência imediata ‘objeto do mundo (realidade)-sua definição única’. Tomemos sim por uma sequela, porque é a cicatriz de um atentado (ideológico) sofrido pelo sujeito. É uma marca psíquica repassada historicamente, geração após geração, em forma de *saber*.

Vincularemos esse saber ao que Foucault (2008, p. 204) denomina como sendo “[...] aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva [...]”. Ou, minuciosamente:

[...] um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (neste nível, o saber da história natural, no século XVIII, não é a soma do que foi dito, mas sim o conjunto dos modos e das posições segundo os quais se pode integrar ao já dito qualquer enunciado novo) [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 204-205).

Poderíamos dizer que o saber de uma formação discursiva (como a que atua sobre os jornalistas), seria formado pelas posições sócio-históricas a partir das quais os sujeitos teriam condições de enunciar.

Então, todo efeito de sentido do qual o sujeito é alvo é ideologicamente definido por um saber que, por sua vez, é defendido pelos pares da posição sócio-histórica que esse sujeito ocupa. Frente ao saber de outra formação discursiva, o sujeito tende a afrontar o discurso do outro como um *não saber*. Essa situação gera uma *polêmica*.

Polêmica é outra noção importante para nossas análises. Ela é definida por Maingueneau (2012a) pelo conceito de *interincompreensão*. Ao estudar o embate entre os discursos jansenista e humanista devoto,³⁷ esse autor aponta que ambos os lados consideram o

³⁷ O Jansenismo foi uma corrente teológica nascida dos seguidores de Cornelius Jansen com forte influência na França e na Bélgica. O Humanismo Devoto também nasceu na França a partir dos ensinamentos de São

posicionamento do outro a partir de seu próprio posicionamento, ou seja, o posicionamento –, a formação discursiva ligada a esta instituição – que define o discurso jansenista produz um efeito de sentido de contrariedade (de aversão) quando um membro dessa instituição se vê diante da leitura do discurso humanista devoto. E vice-versa.

Maingueneau viu, então, nesse estudo, que, ao discutir sobre o ‘outro’, cada um dos discursos apresentava sua própria perspectiva sobre esse ‘outro’. Essa perspectiva não passa de uma interincompreensão (no nível do discurso) que se traduz em um simulacro (no nível do texto), termo que Maingueneau toma emprestado de Foucault (2009), e que define uma tentativa de similitude do discurso do ‘outro’, num esforço de entendimento desse ‘outro’ que acaba por se transmutar em simulação – ou melhor, em dissimulação. Em nosso caso, precisamos lembrar que o jornalista/veículo, ao tentar transmitir o discurso político, por exemplo, o nota muitas vezes como marcado por argumentações e subterfúgios falaciosos – pois, por exemplo, alguns políticos usam palavras exageradamente rebuscadas que dificultam a compreensão por parte do grande público – dessa forma, o jornalista/veículo busca transmiti-lo o mais coloquialmente possível e, eventualmente, isso tende a ocasionar simulacros desse discurso político.

1.5 INTERDISCURSO E DIALOGISMO: A HETEROGENEIDADE ENUNCIATIVA

Os estudos da AD de segunda geração são marcados pelo “primado do interdiscurso” (MAINGUENEAU, 2012a, p. 31). Dessa maneira, seus *corpora* provêm menos de discursos uniformes, e mais daqueles diversos em sua própria edificação, com várias vozes lhes dando forma. E essa mistura de vozes inerente a todo discurso se faz presente em sua enunciação, configurando-se uma *heterogeneidade enunciativa*, descrita por Authier-Revuz (1998; 2004), autora motivada pela leitura das obras de Pêcheux e de Bakhtin, sobretudo com relação aos conceitos de interdiscurso, “[...] isto é, o conjunto dos outros processos que intervêm nele [no discurso] para constituí-lo (fornecendo-lhe seus ‘pré-construídos’)” (PÊCHEUX, 1997a, p. 230), e de dialogismo, que é a compreensão de que “[...] todo enunciado, além do objeto de

Francisco de Sales – de onde adviriam os salesianos. Para um aprofundamento sobre o tema, pode ser lido o livro *Gênese do Discurso*, de Maingueneau (2012a) – cujos dados encontram-se nas Referências Bibliográficas. Resumidamente, podemos dizer que o autor investiga as duas correntes teológicas/ideológicas e encontra posições de distanciamento entre elas, o que gera conflito. Maingueneau verifica como se dá esse conflito no fio do discurso – que remonta (por ser sua materialidade) ao interdiscurso, ao discurso heterogêneo. O autor verificou, por exemplo, que os jansenistas produziam um texto baseado em aforismos, já os humanistas devotos construíam um texto mais parecido com uma conversação, e bem longo. Quando um texto comentava sobre o do adversário, o observava pela sua própria ótica e não pela do adversário, daí viriam as *interincompreensões* (incompreensões do ‘um’ com relação ao ‘outro’, do ‘outro’ com relação ao ‘um’) apontadas por Maingueneau.

seu teor, sempre responde (no sentido lato da palavra), de uma forma ou de outra, a enunciados do outro anteriores” (BAKHTIN, 1997b, p. 320).

A condição de diversidade de vozes confere um caráter primordial à fala do outro no dizer do enunciador. Esse dizer vem permeado por um dizer de outrem. Por isso, todo discurso é detentor em seu íntimo de uma heterogeneidade constitutiva, e aponta para uma “não coincidência do dizer” (AUTHIER-REVUZ, 1998, *passim*), na medida em que esses dizeres diversos não são simétricos, daí a necessidade de o enunciador utilizar artifícios linguísticos para se fazer entender pelo coenunciador, ao usar uma manobra (linguístico-discursiva) como:

[...] **conjurar o fato** de que uma maneira de dizer ou um sentido não são inteiramente, ou absolutamente, “partilhados”, por estratégias diversas (injunção a dizer em uma só voz: *digamos X*; apelo à boa vontade do outro: *X, permita-me dizer...*; suspensão do dizer ao querer do outro: *X, se quiser, se entende o que eu quero dizer*), ou seja, tentar restaurar o UM de coenunicação lá onde ele aparece ameaçado. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 22, grifos da autora)

Dessa maneira, Authier-Revuz (1998) afirma que a relação entre um discurso com outro(s) discurso(s) não pode ser equivalente, ou seja, não é simétrica: um discurso sempre ocorre em detrimento de outro, por isso os discursos não são coincidentes.

A heterogeneidade enunciativa apresenta-se bipartida: sempre impregnada no discurso, mas ora revelada, ora acobertada. Portanto, há diferença entre *heterogeneidade enunciativa mostrada* e *heterogeneidade enunciativa constitutiva*. A heterogeneidade mostrada corresponde aos modos explícitos, “[no] fio do discurso que, real e materialmente, um locutor *único* produz, um certo número de formas, linguisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso, inscrevem, em sua linearidade, *o outro*” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12). Alguns exemplos são as diversas modalidades de discurso relatado (seja direto ou indireto).

Essa heterogeneidade mostrada pode, ainda, se subdividir em *heterogeneidade mostrada marcada* e *heterogeneidade mostrada não marcada*. A marcada está identificada por aspas ou travessões, por exemplo, e confere “[...] ao outro um lugar linguisticamente descritível, claramente delimitado no discurso [...]” (AUTHIER, 2004, p. 21). Já a heterogeneidade mostrada não marcada, apesar de não ser linguisticamente descritível, manifesta uma heterogeneidade no nível do discurso, por meio de estratégias tão variadas quanto a ironia, o pastiche, a paródia, a alusão, entre outros. Nesse tipo de heterogeneidade, a identificação da alteridade exige, do coenunciador, um (re)conhecimento prévio, em grande parte fundado em saberes compartilhados.

Em relação à heterogeneidade constitutiva, ela é inerente a todo discurso, o que torna imperceptível (sem uma análise profunda) uma distinção pontual entre o discurso do enunciador

e aqueles que são anteriores ao momento da enunciação, mas que são retomados. Authier-Revuz afirma que “[...] não é senão *em relação* aos outros discursos, *no* ‘meio’ que eles formam e ‘*com*’ eles, que se constrói todo discurso; os outros discursos são seu ‘exterior constitutivo’, se assim podemos dizer” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 36, grifos da autora).

Em nossa dissertação, que estuda o discurso jornalístico, o profissional da área, além de integrar a heterogeneidade de seu discurso por meio das vozes de diversas fontes, escreve seguindo um gênero informativo, que sugere uma enunciação de forma objetiva: essa atitude remete o jornalista a manuais de redação, a livros de teorias do jornalismo que lhe serviram de base em sua formação acadêmica, a escritos de colegas do próprio veículo em que atua ou de outros, ou seja, fazem com que ele tenha seu discurso constitutivamente formulado também por outros discursos. Dessa maneira, os trabalhos de Authier-Revuz auxiliam nesta dissertação para que consigamos apontar brechas no discurso jornalístico que pontuam dizeres outros – além da ‘intromissão’ por parte do jornalista/veículo de comunicação no dizer alheio (das fontes).

O discurso só adquire sentido no interior de um imenso *interdiscurso*. Para interpretar o menor enunciado, é necessário relacioná-lo, conscientemente ou não, a todos os tipos de outros enunciados sobre os quais ele se apoia de múltiplas maneiras. O simples fato de organizar o texto em um gênero (a conferência, o jornal televisivo...) implica que o relacionemos com os outros textos do mesmo gênero [...]. (MAINGUENEAU, 2012a, p. 28)

Conceber o discurso como constitutivamente heterogêneo é defender uma perspectiva analítica que busque apontar onde, explícita ou implicitamente, está(ão) esse(s) discurso(s) do(s) outro(s). Ter isso em consideração é importante para entendermos também a noção de sujeito adotada na perspectiva desta pesquisa. Esse sujeito que, ao enunciar, precisa conduzir um discurso permeado por variadas vozes (a sua e a de outros), passa a ser passível de uma responsabilização, mesmo que de modo inconsciente.

1.6 SUJEITO DA/NA AD DE SEGUNDA GERAÇÃO E ENUNCIACÃO

Na AD, há um embate entre duas noções de sujeito: aquela em que o sujeito é assujeitado, por sua formação social/ideológica, submetido às formações discursivas de um modo que se pode dizer inconsciente, segundo a concepção psicanalítica que marcou o início da disciplina na França; e aquela em que, apesar de não possuir total controle sobre seu dizer, ou seja, de não ser fonte do sentido, detém certo grau de responsabilidade, a ponto de manifestar um ponto de vista (RABATEL, 2013; MARQUES, 2013).

Guiamo-nos pela segunda concepção, pois o discurso jornalístico é possuidor de técnicas apuradas para implementar efeitos de sentido de objetividade, por exemplo, que se tornam muito mais acessíveis por meio de conceitos como a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada – ligados à enunciação.

O conceito de *heterogeneidade enunciativa* estabelece que um discurso jamais se fecha sobre si mesmo, sendo, antes de tudo, atravessado por outro(s) discurso(s) – e capaz de atravessar, em maior ou menor grau, outro(s) discurso(s). Por conta disso, o sujeito passa a ter uma margem de manobra para discursivizar, mesmo ocupando uma posição sócio-histórica que não foi definida por ele. Sendo assim, é passível de uma responsabilidade enunciativa. É um sujeito sempre em tensão.

A possibilidade de imputação de uma responsabilidade pelo que diz ou deixa de dizer sobre esse sujeito da AD de segunda geração encontra eco na teoria da enunciação:

A concepção que se tem de enunciação oscila entre uma concepção *discursiva* e uma concepção *linguística*. Se insistirmos [como faz esse autor] na ideia da enunciação como acontecimento em um tipo de contexto e apreendido na multiplicidade de suas dimensões sociais e psicológicas, operamos primordialmente na dimensão do *discurso*. (MAINGUENEAU, 2014e, p. 193)

A teoria da enunciação apareceu vinculada à AD ainda em 1969, na décima terceira edição da revista *Langages*, em artigo de Dubois, mas, sua aparição mais evidente acontece a partir dos trabalhos publicados por Authier-Revuz, mais precisamente, em dois níveis:

– O nível *local* das marcações de discurso citado, de reformulações, de modalidades etc., que permite confrontar diversos posicionamentos ou caracterizar gêneros de discurso.
 – O nível *global*, em que se define o contexto no interior do qual se desenvolve o discurso. Nesse nível, pensa-se em termos de cena de enunciação, de situação de comunicação, de gênero de discurso... Em se tratando de análise do discurso, não é possível, efetivamente, contentar-se com uma definição estritamente linguística da enunciação como colocação em funcionamento individual da língua. (MAINGUENEAU, 2014e, p. 195)

Segundo Orlandi (1998, p. 7), Authier-Revuz não propõe acrescer “[...] apenas mais um componente na análise, ou que se faça só um ‘puxadinho’ teórico [...]”; ela aponta que “[...] sem ignorar a questão da estrutura, dá-se um lugar para o conhecimento de sua articulação com o acontecimento, que concerne à relação da linguagem com sua exterioridade”.

Ainda que sem trabalhar de forma direta sobre essa ideia de responsabilidade, Possenti (2011) implementa dez teses sobre o conceito de sujeito. Na terceira delas,³⁸ expõe não acreditar em um sujeito assujeitado, como defendera Pêcheux em suas primeiras formulações, na época inicial da AD:

[...] poderia dizer que minhas primeiras leituras adultas foram tais que me levariam naturalmente às teses de Althusser (de que eu conhecia só excertos) que Pêcheux (que eu absolutamente não conhecia) incorporou. Assinalaria, por isso, que, se, em seguida, passei a não aceitar a tese corrente na AD segundo a qual o sujeito é assujeitado, não foi por desconhecê-la. Foi exatamente porque eu a conhecia bastante bem e tinha anteriormente aceito. Se passei a não mais aceitá-la, pelo menos na formulação althusseriana, foi por outras razões, teóricas e empíricas. (POSSENTI, 2011, p. 83)

Então, nas novas tendências da AD, há uma noção contrária à de sujeito assujeitado diante de uma formação discursiva, sem margem de manobra. Possenti (2011) faz uma comparação entre a língua/linguagem e um espetáculo de futebol, para explicá-la relacionando AD e teoria da enunciação, a partir de suas leituras de Benveniste e Ducrot:

[...] os sujeitos não são livres. Mas, se os sujeitos não inventam o jogo, não significa que não joguem. Além disso, não o fazem todos ou sempre da mesma maneira; há craques e pernas-de-pau. [Há] um espaço de jogo que se realiza mais ou menos na superfície da língua [o que, para o autor, é o texto, materialização do discurso], digamos assim, o que, para mim, deixava claro que é evidentemente verdade que os sujeitos não estão na origem dos discursos. Mas também fui levado a pensar que, quando esses autores [refere-se a Benveniste e Ducrot] são acusados de defender a tese oposta à que defendem, isso se deve a um equívoco de leitura, a um simulacro. [...] Por isso, continuo achando estranho que se pense que esses autores defendem que o sujeito é a fonte do sentido tal como o define a AD [...]. (POSSENTI, 2011, p. 83)

Se a língua/linguagem é comparável a uma partida de futebol, tem não só as regras, que vieram antes dos jogadores e dos técnicos, mas: jogadores, que podem mostrar suas habilidades – como os jornalistas ao produzirem seu texto usando várias técnicas; treinadores, que influenciam com suas táticas – como o chefe de redação ou editor-chefe do veículo onde o jornalista atua, que pode pedir para ele cortar trechos de seu texto, ou seja, que influi nas

³⁸ Resumidamente, as dez teses de Possenti (2011, p. 82-89) são: 1) não há sujeito sem circunstâncias; 2) o sujeito é “segundo em relação a seu entorno”, ou seja, não é origem do que diz; 3) o sujeito não é assujeitado; 4) existe um jogo (a linguagem) em que o sujeito pode entrar e contribuir de alguma forma; 5) o sujeito pode ser pensado na confluência do linguístico com outro campo do conhecimento; 6) “[...] o sentido não pode definitivamente ser o mesmo se se materializa de formas diversas [por isso, também, teríamos aí um encontro com a questão da heterogeneidade constitutiva]”; 7) o texto é a materialidade do discurso, é por meio de “[...] seus jogos verdadeiramente materiais – que se produzem os efeitos de sentido [...]”; 8) práticas de escrita – “[...] plágio, reescrita, originalidade etc. [...]” – podem ser questões pertinentes para a AD; 9) a compreensão de um discurso não é livre nem automática [por isso existe a interincompreensão, simulacros]; 10) o sujeito, conforme Foucault e sua extensa obra, segundo Possenti (2011, p. 87), é um sujeito “[...] das práticas do cotidiano, cercado de circunstâncias que certamente não o deixam livre, mas que não o subjugam [...]”.

tomadas de decisões dentro do veículo de comunicação; arbitragem, que julga os atos dos jogadores e técnicos – como os pares dos jornalistas, que formulam manuais de redação ou códigos de ética; torcida, que compra ingresso e vai ao estádio assistir à partida – como os leitores/internautas de um webjornal, que clicam nas notícias que lhes chamam atenção, que acessam os *sites* que lhes parecem mais confiáveis; o campo de jogo que pode ser sintético ou natural – o discurso jornalístico se materializa em diversos suportes (televisivos, impressos, radiofônicos, de veiculação na Web etc.); e as intempéries como chuva, neve, sol extremo, que não dizem respeito diretamente ao jogo, mas que influenciam na partida – como algumas outras condições de produção que vimos: econômica e política.

Portanto, o *sujeito* é um princípio teórico relacionado a alguém que ocupa um lugar ideologicamente criado dentro da sociedade. Esse lugar é uma *posição sócio-histórica* que define quem tem direito a dizer determinados discursos e quem não tem – como um médico num hospital junto ao paciente, um professor na escola perante o aluno, a mãe perante o filho. Na AD enunciativa, esse sujeito, como defendido na extensa obra de Pêcheux, continua sendo transpassado pelo inconsciente, contudo, passa a ser responsabilizado pelo que diz conforme a visão de alguns pesquisadores atuais.³⁹

Se o *sujeito inconsciente* ainda possui influência sobre os trabalhos realizados em AD, a partir dos anos 1980, principalmente, o sujeito passa a ser concebido como suscetível a uma responsabilidade pelo que diz e pelo modo como diz, pelo reconhecimento da teoria da enunciação nas análises: “[...] o enunciador não é simplesmente uma instância privilegiada de expressão da subjetividade, é também um ponto central das visadas argumentativas.” (RABATEL, 2013, p. 19).

Se o sujeito passa a ter argumentos e a ser responsabilizado pelo que diz, passa também a invocar estratégias para evitar declarar abertamente esses argumentos – que podem lhes causar problemas, a exemplo do jornalista, que, na feitura de um texto informativo, não pode emitir opinião própria.

Uma das estratégias tomadas pelos sujeitos é falar por parábolas, é utilizar implícitos em seu texto, como veremos a seguir.

³⁹ Authier-Revuz (1998; 2004), Charaudeau (2011; 2013), Maingueneau (1997; 2012a; 2015), Marques (2013) e Rabatel (2013), por exemplo.

1.7 PRESSUPOSTO E SUBENTENDIDO

Sendo o sentido, pela ótica da AD, sempre instável, essa disciplina não pode deixar de levar em conta os pressupostos e os subentendidos, que são implícitos (re)produtores de (efeitos de) sentido.

Essas instâncias de sentido são maneiras que o locutor, ao se fazer enunciador,⁴⁰ encontra para colocar seu enunciado como partida de mais de um caminho de sentido: há o posto, o pressuposto e o subentendido.

Ao posto o coenunciador possui acesso na medida em que detém o código linguajeiro. Mas, o pressuposto e o subentendido estão camuflados por estratégias estabelecidas pelo locutor/enunciador. Utilizar um implícito é um modo de dizer sem afirmar: “[...] não é assumido, não é objetivo reconhecido da enunciação, mas apenas uma crença representada no discurso” (MAINGUENEAU, 1997, p. 80). Mesmo sendo implícitos, pressuposto e subentendido guardam diferenças entre si.

O pressuposto é linguisticamente depreendido do texto. O enunciado deixa pistas que permitem inferir a informação oculta. Isso significa que os coenunciadores partilham saberes (saberes conforme Foucault) que permitem o entendimento com uma dificuldade menor que o subentendido. É uma espécie de voz partilhada por um grande grupo dentro da sociedade. Sendo assim, por exemplo, quando o jornalista diz, hipoteticamente: “Agora o prefeito continua sozinho” (posto); infere-se que “o prefeito já estava sozinho” (pressuposto), que nada mudou da condição anterior em que ele estava.

De modo distinto, o subentendido demanda um trabalho interpretativo maior por parte do coenunciador, pois a informação implícita, nesse caso, não é depreendida do enunciado, mas compartilhada pelos pares da troca verbal. As informações contidas nessa forma de dizer sem afirmar são mais difíceis de ser depreendidas, pois não dependem de um saber geral, mas de um saber específico ligado à situação particular que envolve o enunciado. A título de exemplo, a partir do enunciado “Agora o prefeito continua sozinho” (posto), de acordo com a situação repassada pelo jornalista, pode-se subentender que o jornalista pretende ‘deixar no ar’ que “o prefeito não conseguiu apoio necessário”, que “o prefeito errou em alguma tática política que o deixou sem alianças”. Mas, todas essas inferências só são possíveis se o

⁴⁰ Sendo o locutor aquele que é apresentado como o responsável pelo enunciado – no nosso caso, o(s) jornalista(s) que assina(m) a matéria ou, em nível maior, o *site* de notícias – e enunciador uma espécie de ‘personagem’ que representa esse locutor (esse autor do texto) no enunciado.

coenunciador compartilha desse saber, por exemplo, se acompanha os processos ou os demais textos do locutor/enunciador.

Resumidamente, podemos distinguir pressuposto de subentendido da seguinte forma: o primeiro possui uma implicação lógica, apesar de implícita, no enunciado (posto), o que o mantém relativamente independente do contexto em que foi formulado; já o subentendido possui uma dependência direta do contexto, sendo quase impossível de ser inferido por um coenunciador que não possua informações relevantes sobre os acontecimentos repassados no enunciado.

Mas, além desses implícitos, o jornalista/veículo possui outra estratégia linguístico-discursiva: a anáfora. Ela faz parte dos procedimentos de referenciação.

1.8 REFERENCIAÇÃO

A AD observa que a língua, por si só, não é capaz de prover sentido aos objetos da realidade. Sendo assim, não há uma ligação direta entre um referente e seu som e conceito correlatos na língua, mas um exercício de mediação simbólica.

É justamente por esse exercício ser um processo, e não um produto, que alguns autores⁴¹ preferem chamá-lo de referenciação, em vez de referência. A referenciação se dá em dois planos no texto: quando se refere ao aparelho formal da enunciação (eu-aqui-agora), temos a referenciação dêitica; quando se refere às diversas nominalizações dentro do próprio texto (que, recordemos, é a materialidade do discurso), temos a referenciação anafórica.

Se a primeira é necessária ao jornalista/veículo (enunciador) para repassar suas informações diárias, pois precisa situar o leitor/ouvinte/espectador/internauta (coenunciador), a segunda não é menos importante – porque dela depende a textualidade:

A simplicidade do texto não implica necessariamente repetição de formas e frases desgastadas, uso exagerado de voz passiva (será iniciado, será realizado), pobreza vocabular, etc. [...]

Não comece períodos ou parágrafos seguidos com a mesma palavra, nem use repetidamente a mesma estrutura de frase. (MARTINS, 1997, p. 17)

O jornalista precisa escrever sem ser repetitivo, pois o texto ficaria exaustivo para o coenunciador, que logo se dispersaria. Para tal procedimento, a anáfora se torna um bom mecanismo: “A anáfora pode ser definida como o relacionamento interpretativo, em um

⁴¹ Mondada e Dubois (2003) e Cortez e Koch (2013), por exemplo.

enunciado ou sequência de enunciados, de ao menos duas sequências, sendo que a primeira tem função de guiar a interpretação da outra ou das outras.” (PETIT, 2014, p. 36).⁴²

Por conta disso, a referenciação incorre sobre a (re)produção de efeitos de sentidos e, dessa forma, faz parte de um ato de enunciação em que o enunciador está em constante (e tenso) regime de diálogo com diversas vozes, com diversos *pontos de vista*: “Em outros termos, falaremos de *referenciação*, tratando-a [...] como advindo de práticas simbólicas mais que de uma ontologia dada” (MONDADA; DUBOIS, 2003).

É porque interfere nas negociações entre os diversos pontos de vista, que a referenciação é também um dos mecanismos que compõem as estratégias argumentativas do sujeito jornalista, que ocupa uma posição sócio-histórica (de imparcial, de objetivo) conferida perante a sociedade e que se apresenta por meio do posicionamento de sua instituição (o jornalismo).

Essas estratégias linguístico-discursivas só são empregadas pelo jornalista porque este está envolto por condições que interferem em seu texto. O jornalista é um sujeito permeado por outros dizeres. O sujeito da AD é aquele que está submetido a determinantes exteriores à língua. Esses determinantes que influenciam o sentido são as condições de produção.

1.9 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Tudo aquilo que está fora da língua/linguagem⁴³ (condições econômicas, pressões públicas, por exemplo) – ou seja, em termos da AD, o exterior da língua/linguagem – se faz presente na construção dos efeitos de sentido por meio das *condições de produção*, que podem ser compreendidas, mais facilmente, como a ambientação sócio-historicamente delimitada que faz com que um discurso se estabeleça como uma presença viva e atuante sobre o sujeito. São as ocasiões (quadros, cenários) e motivações (causas, provocações) que fazem o discurso romper em acontecimento discursivo que permeia o sujeito (ocupante de uma determinada posição sócio-histórica). Pêcheux (1997a, p. 75) define esse conceito como “as ‘circunstâncias’ de um discurso”. Pensar dessa forma, segundo Pêcheux, é não incorrer no risco de uma situação sem história.

⁴² Não se trata nesta dissertação da interpretação cognitiva do processo de referenciação – embora Mondada e Dubois (2003), já citadas, trabalhem também sob essa perspectiva –, mas daquela vinculada ao texto e à Teoria da Enunciação (pois nos situamos na AD de corrente enunciativa), da qual a referenciação remete a uma menção antecedente. Sendo o texto materialidade do discurso, veremos nas análises que as estratégias de referenciação promovidas pelos jornalistas/veículos interferem no sentido, portanto, são estratégias linguístico-discursivas que afetam, por exemplo, a imagem do outro dependendo da maneira como este é nomeado pelo jornalista/veículo.

⁴³ Esse ‘fora da linguagem’, radicalmente pensando, seria impossível, se percebêssemos que toda nossa vida, nossa relação – seja internamente com nós mesmos, seja com outros homens, seja com a natureza –, se concretiza na/pela linguagem. “O discurso é a mediação entre o homem e a realidade natural” (ORLANDI, 2007, p. 15).

Esta perspectiva está representada na teoria linguística atual pelo papel dado ao *contexto* ou à *situação*, como pano de fundo específico dos discursos, que torna possível sua formulação e sua compreensão: é este aspecto da questão que vamos tentar esclarecer agora, através do exame crítico do conceito saussuriano de *instituição*. (PÊCHEUX, 1997a, grifo do autor, p. 75)⁴⁴

Para Saussure, a quem Pêcheux se refere na citação, a língua é uma “instituição social” (SAUSSURE, 2012, p. 47) porque é arbitrária, ou seja, não há relação direta que seja natural entre um signo e seu referente, mas uma condição predefinida por um acordo social. Se a língua é constituída por fatores sociais, não se pode impor ao discurso algo diferente dessa percepção: sendo assim, o *discurso* não se faria *acontecimento* se não fosse propiciado por uma conjuntura externa. Quer dizer, não há condições naturalmente dadas – o acaso – que proporcionam a manifestação do discurso, mas condições sociais e históricas (e, mais ainda, ideológicas), que são, na AD, as condições de produção do discurso.

Orlandi (2007, p. 30) divide as condições de produção em duas instâncias: o contexto estrito, ou situação, e o contexto amplo, ou histórico. As circunstâncias ligadas diretamente à situação de enunciação correspondem ao primeiro caso. As condições em sentido amplo são relacionadas ao contexto sócio-histórico e ideológico e, para Orlandi (2007, p. 30), são fortemente afetadas pela memória: que surge como o *interdiscurso* (ver item “1.5”).

Possenti (2013, p. 369) propõe uma divisão semelhante: “condições de longo alcance” – o autor cita como exemplo um enunciado científico como fruto de uma grande “maturação de pesquisas institucionais” (que seriam parte de uma extensa produção) –; e “condições mais imediatas” – o exemplo do autor é a resposta de um leitor a uma matéria de jornal (esse leitor responde a uma memória – o texto da véspera da edição na qual replica).

A AD entende o sujeito como ideologicamente afetado porque existem forças não só dentro da língua, mas fora dela, sobrepondo-se a esse sujeito. Essa força externa (que são as condições de produção) é necessária para se estudar “o que *condiciona* o discurso” (BRANCA-ROSOFF, 2014, p. 114, grifo da autora).

Dessa maneira, para se compreender um discurso, é preciso que o analista o observe em suas condições de produção, restrita e amplamente, isto é, nas situações que proporcionaram sua formulação atual (enunciação) e nas que o precederam, mas que tornaram possível sua existência (memória, história, interdiscurso).

Todavia, mesmo envolto por essas condições de produção, o jornalista não deixa de ter margens de manobra para formular seu texto. Ele é capaz de argumentar, de utilizar

⁴⁴ Quando escreve “teoria linguística atual”, Pêcheux refere-se às Ciências Sociais de seu tempo, sobretudo à Pragmática e à Análise Textual.

estratégias linguístico-discursivas para abonar ou refutar um *ponto de vista* (RABATEL, 2013). Se o sujeito argumenta (e pode ser responsabilizado por isso) e usa estratégias, técnicas, para transmitir outros sentidos que não os explícitos; e se o sujeito é capaz de produzir um texto com referência (estratégia linguístico-discursiva) que acaba por categorizar ora mostrando, ora dissimulando a maneira como vê o mundo, esse sujeito passa também a transmitir uma imagem de si mesmo: ele pode ser direto, ser esquivo, ser contundente... Portanto, o sujeito passa a ter um *ethos*.

1.10 *ETHOS* DISCURSIVO

O conceito de *ethos* é um dos que compõem a tríade formulada por Aristóteles (2006) em *A Retórica*, ao lado dos de *pathos* e de *logos*.

O filósofo grego define retórica como “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, 2006, p. 95). Essa persuasão possuiria, segundo o filósofo, provas *próprias* e *não próprias*. Dentre estas, estariam – quando num julgamento qualquer –, a fala de testemunhas, os documentos do processo, as confissões. São as provas ditas inartísticas, por Aristóteles (2006, p. 95). Aquelas chamadas próprias (artísticas) seriam divididas em três espécies: o *ethos*, constituído pelas provas que “residem no caráter moral do orador”; o *pathos*, presente no “modo como se dispõe o ouvinte”; e o *logos*, presente “no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar” (ARISTÓTELES, 2006, p. 95).⁴⁵

Há uma divisão do *ethos* em três menores conceitos: *phrônesis*, quando o orador (para o filósofo grego, o mesmo que locutor ou enunciador) parecia uma pessoa moderada; *areté*, quando o enunciador parecia franco ao extremo; e *eunoia*, quando o enunciador mostrava-se como um ser de imagem agradável, de gestos e volume de voz sóbrios.

A AD, no entanto, deve utilizar o conceito de *ethos* com cautela. Primeiramente, porque o analista não pode mensurar o enunciador como sendo origem de seu dizer, pois ele é forçado por dizeres de outrem, por formações discursivas/posicionamentos. Em segundo lugar, porque Aristóteles desenvolveu esse conceito para representações orais, mas, existe uma conveniência de igual validade para textos escritos e até não verbais.

Em primeiro lugar, precisa afastar qualquer preocupação “psicologizante” e “voluntarista”, de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre

⁴⁵ Em Aristóteles (2006) devemos entender por discurso o próprio ato de fala e/ou o conteúdo da fala.

seu auditório [ou, no caso do webjornal, de seu leitor/internauta]. [...] Em segundo lugar, a AD deve recorrer a uma concepção do *ethos* que, de alguma forma, seja transversal à oposição entre o oral e o escrito. (MAINGUENEAU, 1997, p. 45-46)

Podemos vincular o sentido ao *ethos* quando o texto nos despertar uma ideia de caráter do enunciador: “Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé” (ARISTÓTELES, 2006, p. 96).⁴⁶

O *caráter* advém da noção de *tom*, que é relevante para entendermos o *ethos* pela/na AD. Esse ‘tom’ está tanto em textos orais quanto escritos (e, num grau mais radical, até mesmo em textos não verbais). São exemplos de tons: “moderado, alegre, sem rupturas” (MAINGUENEAU, 1997, p. 46). O caráter “corresponde a [um] conjunto de traços ‘psicológicos’ que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer” (MAINGUENEAU, 1997, p. 47). Por conta disso, é preciso enfatizar que mais do que se ater ao “quê” se diz, a AD opta por observar “como” se diz.

Se há um “modo” como se diz, há uma responsabilidade enunciativa por parte daquele que enuncia.

1.11 RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA

Neste ponto, já sabemos que há uma noção de *sujeito* que o considera suscetível a condutas historicamente estabelecidas, que o fazem acolher determinados dizeres/palavras/frases, como aqueles em que está autorizado a enunciar e recusar outros que não lhe cabe dizer, ou seja, possui uma formação discursiva, ou, se esta estiver vinculada diretamente a uma instituição específica, um posicionamento. Esse sujeito é possuidor de uma determinada “*identidade enunciativa*” (MAINGUENEAU, 2014a, p. 392, grifo do autor) que o aloca num campo discursivo específico e é capaz de (re)produzir um discurso materializado em textos (verbais e não verbais) que devem ser analisados mediante uma *semântica global* (MAINGUENEAU, 2012a) que os contemple como um todo, sem desmerecer quaisquer “planos” (MAINGUENEAU, 2012a, p. 75), isto é, sem noção de superficialidade ou de profundidade separadas. Definimos também que esse sujeito é detentor de um *ethos* que lhe confere um caráter frente aos pares e à sociedade.

⁴⁶ Ainda segundo o filósofo grego: “Persuade-se pela disposição dos ouvintes [*pathos*], quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso [...]; Persuadimos [...] pelo discurso [*logos*], quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular” (ARISTÓTELES, 2006, p. 97).

Sabemos, ainda, que a concepção de *discurso* na AD enunciativa é a de um espaço enunciativo constitutivamente heterogêneo, ao determinarmos que todo discurso é formulado por um interdiscurso/dialogismo.

Se relacionarmos as características desse *sujeito* a seu *discurso*, temos que este pode ter uma *responsabilidade enunciativa* reportada àquele. Essa é a perspectiva adotada por Marques (2013) que, a partir de releituras de Benveniste e Rabatel, formulou estratégias de análise especializadas em textos oriundos do discurso jornalístico. A autora explica que: “Saber ler um texto jornalístico impõe considerar o que é dito mas também o modo como é dito” (MARQUES, 2013, p. 139).

Ao ponderar assim, implementa dois conceitos correlatos – *responsabilidade 1* e *responsabilidade 2* – que atribuem ao enunciador (jornalista/veículo de comunicação) o encargo pelo que disse e pela maneira como disse. Dessa forma, para Marques (2013):

O postulado base é que não há discurso sem locutor. Daí deriva um tipo de responsabilidade, a *responsabilidade1* que engloba ainda um outro, a *responsabilidade2*, decorrente nomeadamente dos modos como o locutor convoca outras vozes e lhes dá lugar no discurso. (MARQUES, 2013, p. 139)

Essa dupla de conceitos forma a *responsabilidade enunciativa* (MARQUES, 2013). Dessa maneira, a estudiosa pontua “duas vertentes” que estruturam esse conceito: “- a gestão da construção e estruturação discursivas; - a relação com as vozes que convoca, ou seja, a quem é dada a palavra, onde e como” (MARQUES, 2013, p. 144).

Vemos que Marques vincula-se (ao definir ‘quem’ diz, ‘onde’ e ‘como’) à AD enunciativa, assim como nós. Então, devemos, quando das análises sobre o *corpus* (enunciados de *sites* jornalísticos) tentar verificar mais do que ‘o quê’ é/foi dito, o ‘como’ é/foi dito.

Se há capacidade, ainda que sob a forma de simulacro, de um enunciador citar um discurso outro, esse enunciador pode responder (enunciativamente) pelo modo como mencionou aquele discurso do outro.

Ao término desses apontamentos teóricos, tratamos, no próximo capítulo, das condições de produção do jornalismo, enquanto prática social, ideológica e discursiva.

CAPÍTULO 2

CONSIDERAÇÕES SOBRE O JORNALISMO

Fundamentando-nos nos conceitos detalhados no capítulo anterior, voltamo-nos, neste ponto de nossas reflexões, para o objeto da pesquisa.

Traquina é um dos estudiosos que investem seus esforços em “fornecer uma compreensão teórica sobre o jornalismo” (TRAQUINA, 2012, p. 21). Em sua busca incessante em tentar responder à questão “o que é jornalismo?” – mesmo crendo ser “[...] absurdo pensar que possamos responder à pergunta [...] numa frase, ou até mesmo num livro [...]” (TRAQUINA, 2012, p. 19) –, o autor apresenta diversas possibilidades/tentativas de resposta, justamente para indicar a necessidade de entendermos que a compreensão sobre essa área das Ciências Humanas e Sociais é um exercício constante e bastante relativo.

Diferentemente de Traquina, para Bahia (2010), a resposta ganha um tom direto:

Todos os meios pelos quais a **notícia** chega ao público é **jornalismo**. Na base do seu processo, estão a apuração, a elaboração, a periodicidade e a persistência. A palavra **jornalismo** quer dizer reunir, selecionar e divulgar **notícias**, ideias, acontecimentos e informações gerais com exatidão, clareza, rapidez, conjugando pensamento e ação. (BAHIA, 2010, p. 210, grifos do autor)

Traquina chega a uma conclusão mais cautelosa. É que, para o estudioso português, aquela interrogação suscita outras: “O que é notícia? O que são as notícias? Por que as notícias são como são? Afinal, qual é o papel do jornalismo numa sociedade democrática?” (TRAQUINA, 2012, p. 207).

O autor estabelece uma gradação em suas interrogações: inicialmente, pensa na notícia (singular), mas observa que existem outras formas de transmissão dessa notícia, definidas sócio-historicamente, o que o faz colocá-la no plural. E qual seria o motivo de elas serem repassadas de uma maneira objetiva e não de outra? A essa pergunta, Traquina (2012, p. 127) nos auxilia a responder vinculando a possibilidade de dissolução na ideia de um “polo ideológico do campo jornalístico”, sobre o papel dessa profissão: que se trata de um complexo sistema de valores e técnicas que direcionam o jornalista, resumidamente, à busca pela transmissão da verdade fundada numa objetividade, visando à defesa da liberdade (ampla e estritamente aquela ligada à expressão).

Traquina argumenta que suas reflexões, baseadas em estudos junto a diversos profissionais e veículos de comunicação americanos e europeus, assinalam para o jornalismo “como realidade, mas uma realidade muito seletiva, construída através de inúmeros processos

de interação social entre os profissionais do campo jornalístico e 1) as diversas fontes [...] [e 2) outros jornalistas [...]” (TRAQUINA, 2012, p. 207).

Na interação com suas fontes, o jornalista/a imprensa coloca em prática uma técnica específica de tratamento e transmissão das informações que coleta; ao ter uma interação com outros jornalistas – de forma direta e indireta (por meio de manuais de redação e estilo, por exemplo) –, emoldura-se uma ideologia numa *formação discursiva* (PÊCHEUX, 1997a), num *posicionamento* (MAINGUENEAU, 2012a; 2012b; 2014a; 2015) do jornalismo enquanto instituição social.

À pergunta ‘o que é jornalismo?’, segundo Traquina, os jornalistas “responderiam prontamente, como define a ideologia profissional dessa comunidade, que o jornalismo é a realidade” (TRAQUINA, 2012, p. 19). Tal afirmação é urdida porque existe um “acordo tácito entre os que escolhem esta profissão de jornalista e o leitor/ouvinte/telespectador[/internauta] que torna possível dar credibilidade ao jornalismo” (TRAQUINA, 2012, p. 19-20). Esse pacto é o consenso de que a “notícia não é ficção, isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas” (TRAQUINA, 2012, p. 20).

A ideia é corroborada por Charaudeau (2013):

[Os coenunciadores] estão ligados a um acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência [que pode ser, por exemplo, o texto jornalístico apresentado numa tela principal de um dos *sites* de onde retiramos nosso *corpus*]. Eles se encontram na situação de dever subescrever, antes de qualquer intenção e estratégia particular [ou seja, se essa situação vem anterior à intenção e à estratégia, é, de certa maneira, também *inconsciente* – definida por um *posicionamento*], a um contrato de reconhecimento das condições de realização da troca linguageira em que estão envolvidos: um *contrato de comunicação*. (CHARAUDEAU, 2013, p. 68, grifos do autor)

Nosso objetivo, nesta dissertação, não é definir o que é jornalismo, mas, sendo o discurso jornalístico nosso objeto, torna-se necessário situar essa prática profissional, ideológica e discursiva.

2.1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Existe um exterior à língua que orienta o sentido na língua/linguagem, e que compreende as condições de produção do discurso. Precisamos compreendê-las no âmbito do jornalismo para que as análises sejam consistentes.

Definido enquanto defensor da democracia e da liberdade (incluindo a de expressão), e constituído enquanto profissão, o jornalismo precisou, desde sempre, dar conta de um problema difícil: informar no menor tempo possível.

No mesmo passo em que a política modificava-se – em que boa parte do Ocidente deixava a monarquia e se constituía em democracia – e o jornalismo firmava-se como profissão, a tecnologia também se desenvolvia. O telégrafo, as máquinas de prensar papel, os meios de transporte mais rápidos, tudo isso potencializado pelo aumento da população urbana, faziam com que o jornalista precisasse responder às demandas sociais por informação de forma mais ágil: é uma luta contra o tempo. É o que no jornalismo costuma-se chamar de *deadline* (linha da morte): o momento final em que um acontecimento precisa tornar-se notícia para ‘sair’ na impressão do jornal, para ‘ir ao ar’ no programa de rádio ou TV, para ser ‘lançado’ na *internet*: “O trabalho jornalístico é condicionado pela pressão das horas de fechamento, pelas práticas levadas a cabo para responder às tiranias do tempo [...]” (TRAQUINA, 2012, p. 25).

Quando retomamos o *corpus* da pesquisa, isto é, enunciados de webjornais em torno de um acontecimento político-midiático, vemos que o imperativo de informar o mais rapidamente possível é agravado. Dalmonte (2009) foi um dos pioneiros no Brasil a estudar cientificamente essa forma de fazer jornalístico. O autor avalia que “[...] a dimensão temporal é um importante fator na organização do Webjornalismo [...]” e que sua “[...] grande promessa gira em torno da possibilidade de oferta de notícias em tempo real. [...]” (DALMONTE, 2009, p. 199).

Podemos observar que o jornalismo possui, então, condições de produção peculiares. Charaudeau (2013, p. 24-26) as subdivide em dois espaços: externo-externo e externo-interno.⁴⁷

O externo-externo poderia ser correlacionado ao que Orlandi (2007) chama de sentido amplo, mas Charaudeau lhe acrescenta o caráter socioeconômico: “[...] sua organização é regulada por um certo número de práticas mais ou menos institucionalizadas, cujos atores possuem *status* e funções relacionados. [...]” (CHARAUDEAU, 2013, p. 24). O externo-interno é semiológico e diz respeito às características “[...] que presidem à própria realização do produto midiático (o artigo de jornal, a paginação, o telejornal, o programa de rádio). [...]” (CHARAUDEAU, 2013, p. 25).⁴⁸

⁴⁷ Note-se que o “externo” permanece, pois as condições de produção sempre se referem ao externo da língua entendida enquanto sistema rígido.

⁴⁸ O autor utiliza o termo artigo de jornal de forma indiscriminada para definir o que, dentro do jargão do jornalismo, é uma ‘matéria’ – um texto de notícia ou reportagem, ou seja, informativo. Matéria é: “[...] Usual em todos os **veículos** de massa para designar o **conteúdo** de uma produção jornalística, seja escrita, falada, visual,

Para escrever com maior agilidade e sem deixar de ser ético, o jornalismo definiu suas técnicas (práticas) embasando-se no conceito de objetividade. Bahia (2010, p. 263) afirma que a objetividade pode ser entendida no jornalismo como “[...] genericamente o mesmo que real, direto, transparente, íntegro, fiel ou exato [...]”. Mas, eis um detalhe: “[...] na prática, é tão difícil de ser obtida como de ser compreendida [...]” (BAHIA, 2010, p. 263).

Essa dissonância mostra que, para o jornalismo, objetividade não é tão somente o contrário de subjetividade.⁴⁹ Tal dicotomia seria invariavelmente simplista para formular o que é essa noção para o jornalista profissional, pois “[...] o conceito de objetividade no jornalismo não surgiu como negação da subjetividade, mas como reconhecimento de sua inviabilidade” (TRAQUINA, 2012, p. 137).

Esse valor tão prezado pelo jornalista nasceu em contraponto ao formato antigo de jornalismo, que dava maior ênfase às opiniões do que aos fatos sociais.⁵⁰ Essa objetividade possui nexos com o ceticismo inerente do jornalista. A dúvida é predicado da profissão, pois é preciso – sempre – checar a informação:

[...] o surgimento do conceito de objetividade nos anos 1920 e 1930 nos Estados Unidos não foi a expressão final de uma fé que já existia no jornalismo no culto dos fatos mas, pelo contrário, um método concebido em função de um mundo novo no qual mesmo os fatos não mereciam confiança. (TRAQUINA, 2012, p. 138)

Portanto, objetividade é um valor e um método para o jornalismo. Esse método produz um texto que, como já sabemos, é a materialidade do discurso. Desse modo, precisamos compreender como funciona esse método para compreender o discurso jornalístico: o jornalista deve buscar ouvir todos os envolvidos no acontecimento/caso coberto (imparcialidade); deve evitar expor suas opiniões (neutralidade); deve fornecer o máximo de informações para que o leitor/ouvinte/telespectador/internauta tire suas próprias conclusões; e deve fazer isso de uma forma técnica e ágil (objetividade). Essa técnica tem como produto final o texto (verbal ou não verbal), que busca transmitir a informação do seu item mais importante para o menos importante. Tudo isso, transmitido em forma descritiva/narrativa e objetiva.

etc. [...]” (BAHIA, 2010, p. 242, grifos do autor). No linguajar jornalístico, ‘artigo’ é um termo destinado exclusivamente a texto opinativo: “Diz-se do texto jornalístico de caráter opinativo [...]” (BAHIA, 2010, p. 32). Charaudeau, nesse caso, parece utilizar o termo generalizando-o, no sentido de artigo (jornalisticamente) e também no sentido de ‘matéria’, indistintamente: entendamos, então, para esse caso, como “artigo de jornal” sendo ‘texto jornalístico – de qualquer natureza – veiculado no jornalismo’ (ou seja, como ‘matéria’).

⁴⁹ Essa ‘subjetividade’ exposta nesse trecho específico diz respeito à percepção de envolvimento, de passionalidade para com aquilo que o jornalista verifica, presencia, ouve etc. Portanto, não é (nesse caso) aquele conceito de *subjetividade* desenvolvido por Benveniste e que já vimos nesta dissertação.

⁵⁰ Na época em que os regimes de governo eram totalitaristas, um jornalismo opinativo era necessário para a defesa de valores maiores: a democracia e a liberdade.

Gaye Tuchman (1993) propõe que, para definir o que é objetivo, o jornalista deve levar em consideração três fatores: a forma, o conteúdo e as relações interorganizacionais.

O fator ligado à forma se subdivide em quatro: “a apresentação de possibilidades conflituais” – relacionada à noção de imparcialidade; “a apresentação de provas auxiliares” – tem a ver com a noção de neutralidade; o “uso judicioso de aspas” – uma citação direta parece ao olhar do jornalista uma forma mais neutra; e “a estruturação da informação numa estrutura apropriada” (TUCHMAN, 1993, p. 79-83).

O fator ligado ao conteúdo diz respeito ao delineamento do que seria de interesse maior do público.

E as relações interorganizacionais estariam divididas entre internas, ligadas aos colegas de mesma empresa e de outras, com os chefes, etc.; e externas, ligadas às fontes pessoais e institucionais.

Por constatar que o jornalista constantemente se volta para essa trilogia, a autora batizou a ação de “ritual estratégico” (TUCHMAN, 1993, p. 74), que é uma defesa profissional:

[...] O termo “estratégia” denota a tática ofensiva destinada a prevenir o ataque ou a defletir, do ponto de vista ofensivo, as críticas. A objetividade como ritual estratégico pode ser utilizada por outros profissionais como forma de se defenderem dos ataques violentos da crítica. (TUCHMAN, 1993, p. 75-76)

Essa ‘crítica’ apontada por Tuchman é tanto de caráter social – de que o jornalista não estaria cumprindo o dever de informar corretamente – quanto um possível processo por parte de uma fonte citada – que não concorde com a forma como foi referida.

Devido a essas especificidades, seria um equívoco utilizar o termo objetividade no jornalismo da mesma forma como aplicado em outras profissões.

Para um sociólogo, o termo “objetividade” está cheio de significado. Invoca filosofia, noções de ciência e ideias de profissionalismo. [...] Os médicos e os advogados declaram que a objetividade é a atitude adequada para com os clientes. Para os jornalistas, como para os cientistas sociais, o termo “objetividade” funciona como um baluarte entre eles e os críticos. Atacados devido a uma controversa apresentação de “fato”, os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos. Os jornalistas têm de ser capazes de invocar algum conceito de objetividade a fim de trabalhar os fatos relativos à realidade social. [...] (TUCHMAN, 1993, p. 75, grifos da autora)⁵¹

⁵¹ Preferi transcrever em português do Brasil em vez de manter a versão do português de Portugal – como em “facto” e “objectividade”, por exemplo.

Desse modo, o conceito de objetividade é inerente e intrínseco à atuação do jornalista. Feri-lo consistiria em infringir as regras estabelecidas pela profissão. A objetividade faz parte do *posicionamento* do jornalismo.

Ao explicitar os três fatores que afetam a objetividade jornalística, apontados por Tuchman (1993), não há como deixar de incluir outros dois que não foram enfatizados pela autora: os fatores econômico e político.

Charaudeau (2013, p. 23) propõe que duas lógicas impulsionam os veículos de comunicação. Ele as cita diretamente como “econômica” e como “simbólica”. Como a lógica simbólica é remetida por esse autor à “construção da opinião pública”, podemos entender que se trata também de um vínculo forte com o fator político.

[...] pode-se dizer que as mídias de informação funcionam segundo uma dupla lógica: uma lógica *econômica* que faz com que todo organismo de informação aja como uma empresa, tendo por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca dos bens de consumo (os meios tecnológicos acionados para fabricá-lo fazendo parte dessa lógica); e uma lógica *simbólica* que faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública. (CHARAUDEAU, 2013, p. 21, grifos do autor)

Quando levamos em consideração o quesito econômico, vemos que os jornalistas são profissionais que recebem para escrever nos/para os jornais; e os jornais são empresas e, como tais, precisam gerar receita para se manterem, considerando-se o sistema capitalista vigente.

Se fizéssemos um percurso histórico do jornalismo até os formatos em que hoje o conhecemos, examinaríamos que os veículos de comunicação, ao deixarem de estar vinculados diretamente a partidos políticos, precisaram de novas formas de gerar lucros. Surgem, então, os espaços destinados às propagandas de produtos/empresas, em que: os veículos impressos destinam centímetros; as rádios, segundos; as emissoras de TV, também segundos, mas com imagens, o que torna sua propagação ainda mais cara; e, os *sites*, *banners*,⁵² particularmente devido às inúmeras possibilidades de veiculação proporcionadas pelo suporte digital da *internet*.

A objetividade auxilia o jornalista a terminar seu texto de forma mais rápida e gerando maior conteúdo. Dessa forma, o veículo no/para o qual atua pode ter mais mercadorias, maior alcance e, conseqüentemente, maior visibilidade: o que aumenta sua relevância junto ao público (que é consumidor de diversas mercadorias), o que, por sua vez, também aumenta o

⁵² Espaços publicitários para webpáginas, geralmente em formato quadrangular, formulados em linguagens computacionais Java Script, Flash ou Shockwave, que geram um *link* para a página eletrônica do anunciante. Podem conter imagens estáticas ou em movimento e, ainda, sonorização.

valor (financeiro) desse veículo frente aos anunciantes. Esse fator econômico é também parte integrante das condições de produção do jornalismo.

A veiculação de um jornalismo centrado mais em informações de acontecimentos do que de deflagração de opiniões de partidos políticos abriu precedentes para que sua sobrevivência financeira adviesse das propagandas de empresas e não de siglas políticas. Entretanto, o que se vê nos dias atuais é um retorno às formas antigas: os veículos de informação continuam vivendo de doações políticas e/ou do governo que detém o poder, mas, de maneira velada.

Essa submissão é camuflada no webjornalismo por meio dos *banners*, por exemplo. O governo – municipal, estadual ou federal – promove uma campanha, por exemplo, de um programa institucional de melhorias de infraestrutura, e precisa torná-lo público ao maior número de pessoas (eleitores). A imprensa oficial formula um *banner* e o governo compra espaço no *site* para sua veiculação. Um *site* que ataque esse governo teria grandes chances de desagradá-lo, vindo a não receber mais o montante financeiro de campanhas em uma nova oportunidade. Afinal de contas, existem outros *sites* que poderiam veiculá-las. Por outro lado, um *site* que se mantivesse veiculando notícias favoráveis às intenções dos governantes seria mais bem quisto por eles, seria mais facilmente lembrado no momento de definir onde veicular essas campanhas.

Com relação ao fator político, alguns jornalistas e muitos comunicadores⁵³ são membros de partidos e usam seus programas como impulso para uma carreira política. Além disso, alguns proprietários de veículos de comunicação são membros de partido.⁵⁴ Em Mato Grosso do Sul, essas situações não são raras.

No entanto, o grande público não faz discriminação entre o jornalista e o comunicador, principalmente no rádio, de onde advém boa parcela do caráter público de um dos nomes envolvidos em nossos acontecimentos discursivos de referência – Bernal,⁵⁵ o que é digno de alerta, segundo Carlos Eduardo Esh (1999):

Ao construir, por intermédio do rádio, uma relação tão próxima com os indivíduos, o comunicador tende a se incorporar como elemento do cotidiano de seu público. O trabalho que realiza [...] reflete diferentes interpretações, gera significados variados

⁵³ Há uma diferença entre jornalista (com registro profissional e/ou curso de nível superior) e comunicador (geralmente, alguém com experiência prática e sem noções teóricas importantes de acordo com o posicionamento da classe jornalística). No nosso caso, podemos encarar tanto Bernal quanto Olarte como sendo dois radialistas/comunicadores conhecidos (sendo o primeiro, o ex-apresentador de um dos programas de rádio – o *Refazenda*, da FM Cidade – de maior audiência junto ao público campo-grandense), mas não dois jornalistas.

⁵⁴ Não é o caso de *Campo Grande News* e de *Midiamax*.

⁵⁵ Devido à sua popularidade no rádio, Bernal passou a apresentar um programa de TV (o *Cidade Alerta*, veiculado na rede *MS Record*). Olarte é pastor de uma igreja evangélica.

e pode interferir de maneiras distintas no dia a dia dos seus ouvintes e dos demais atores sociais. (ESH, 1999, p. 71)

Tal quesito é visto com ressalvas por parte dos jornalistas profissionais, porque o vínculo explícito com uma filiação partidária fere os preceitos de objetividade, de imparcialidade e de neutralidade, portanto, afeta as condições de produção do discurso jornalístico: “[...] o jornalismo incompatibiliza o jornalista com a militância, caracterizando a sua desvinculação partidária como opção pela **isenção**, pela **imparcialidade** ou pela **credibilidade**, isto é, por uma opinião que, de modo diferente, seria suspeita” (BAHIA, 2010, p. 214, grifos do autor). Entretanto, de uma forma indireta, esses comunicadores e os proprietários de veículos de comunicação muitas vezes são vinculados à classe jornalística, ao menos pelo grande público – que é leigo em assuntos que têm relação com as definições profissionais/acadêmicas. Por intermédio dos recursos financeiros advindos dos *banners*, os veículos ainda estão influenciados indiretamente pelo poder político/econômico.

A partir de uma melhor compreensão sobre as condições de produção que afetam o discurso jornalístico, devemos tê-las em mente quando analisarmos o *corpus*, que é formado por enunciados retirados de dois *webjornais* campo-grandenses (*Campo Grande News* e *Midiamax*), que cobriram quatro acontecimentos discursivos que nos servem de referência: a) a iminência da cassação do mandato de Bernal, com exaltadas denúncias entre ele e vereadores; b) a efetividade da cassação; c) a ascensão de Olarte a prefeito; d) a inclusão do nome de Olarte em crimes que o levaram à perda de mandato e à prisão e o retorno, por ordem judicial, de Bernal à chefia do Poder Executivo Municipal.

Veremos, logo a seguir, então, como essas condições de produção se concatenam diretamente na cobertura desses acontecimentos.

2.1.1 Condições de produção que envolviam a cobertura dos acontecimentos analisados

Já definimos a noção de *acontecimento discursivo* empregada nesta dissertação, a partir da definição de Pêcheux (2008, p. 17): o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Trataremos, agora, da conjuntura que envolvia a cobertura dos acontecimentos discursivos em análise: que se iniciaram com a cassação do mandato de Bernal e findaram em seu retorno.

Destaquemos neste item da dissertação os dois veículos jornalísticos consultados, *Campo Grande News* e *Midiamax*, e dois dos quesitos que interferem na objetividade jornalística, o econômico e o político.

Como mencionado no tópico anterior, os governos continuam a fazer ressoar suas intenções dentro dos veículos de comunicação, mas de forma velada – por meio de propagandas de programas/campanhas governamentais, o que, no webjornalismo, é veiculado por meio de *banners*. A prática é corriqueira, incluindo o período que coincide com o de exposição maior de notícias que envolvem os nomes de Bernal e de Olarte.

Quanto ao quesito político, durante as eleições de 2012, Bernal surgiu como um candidato sem a maquinaria de quem estava no poder. De 1983 até a vitória de Bernal nas urnas, em 2012, o Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB) só deixou a chefia do Executivo de Campo Grande uma vez – quando, de 1989 a 1992, Lúdio Martins Coelho (1922-2011), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ocupou o cargo de prefeito.⁵⁶

Quando Bernal se candidatou, o prefeito à época era Nelson Trad Filho (PMDB), e seu adversário no segundo turno seria Edson Giroto (PMDB). O governo de Mato Grosso do Sul estava sob o mandato de André Puccinelli (PMDB), ex-prefeito da Capital (antecessor de Nelson Trad Filho) por dois mandatos e também governador em sua segunda gestão consecutiva.

A Governadoria de Mato Grosso do Sul também é reduto majoritariamente peemedebista, mesmo José Orcírio Miranda dos Santos (o Zeca do PT) tendo administrado por duas oportunidades (de 1999 a 2002 e de 2003 a 2006), desde 1986, o PMDB teve quatro nomes ocupando a cadeira: Marcelo Miranda Soares, Ramez Tebet (1936-2006), Wilson Barbosa Martins (dois mandatos) e André Puccinelli (dois mandatos).

Muitos desses nomes são originários de um setor conservador. Marcelo Miranda pertencia à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que dava sustentação ao Militarismo.⁵⁷ Como lembram Silva e Oliveira (2006, p. 29), Wilson Barbosa Martins começou a carreira política, em 1947, na União Democrática Nacional (UDN), que, embora se dizendo democrática, era conservadora e o lado mais direitista antes do bipartidarismo. Entretanto, quando, em 1966 (surgimento do bipartidarismo brasileiro), o partido uniu-se à ARENA, ele preferiu incluir-se nos que se diziam democráticos, no MDB.⁵⁸

Não é diferente na Câmara Municipal, também reduto peemedebista ou de aliados. Em 2012, Paulo Siufi (PMDB) era o presidente da Casa. Naquele ano – em que o pleito foi

⁵⁶ Vale aqui lembrar que Lúdio era membro do PMDB e fora prefeito por esse partido pela primeira vez (de 1983 a 1985), mas decidiu deixar a legenda em 1986, quando não mais figurou como predileto dentro do partido para a disputa pela Governadoria (SILVA; OLIVEIRA, 2006, p. 114). Entretanto, retornou à legenda anos depois.

⁵⁷ Como recorda esta passagem da história do PMDB: “A fissura do partido nesta eleição favoreceu o candidato da ARENA, Marcelo Miranda, que [...] venceu o pleito. [...]” (SILVA; OLIVEIRA, 2006, p. 61).

⁵⁸ O bipartidarismo no Brasil vigorou durante boa parte do regime militar (tendo validade de 1966 a 1979). Eram considerados legais somente dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), formada pelas siglas mais conservadoras; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

vencido por Bernal –, o PMDB liderava a maior coligação de partidos nas eleições, alcançando, após a apuração de votos, um número muito grande de cadeiras na Câmara. Faziam parte da coligação “Mais Trabalho por Campo Grande” (da situação) 16 partidos.⁵⁹ Seu candidato era Edson Giroto e tinha como vice Dagoberto Nogueira (PDT).⁶⁰

Dos 29 vereadores eleitos, 21 pertenciam a essa coligação. Como Bernal representava-lhes um forte adversário, por ter vencido o concorrente Giroto (PMDB) –, obteve uma maioria expressiva de opositores na Câmara que, um ano mais tarde, votaria por sua cassação: com placar de 23 a 6.

Portanto, a chegada de Bernal provocou uma reviravolta no contexto peemedebista que predominava havia décadas no município de Campo Grande e no estado de Mato Grosso do Sul.

Toda essa conjuntura que pressupõe condições de produção específicas do jornalismo acaba por impetrar a este uma imagem perante o público, perante seu coenunciador.

2.2 *ETHOS* JORNALÍSTICO

Lembremos as duas questões iniciais da pesquisa, que apareceram na Introdução desta dissertação: a) como os textos jornalísticos ditos informativos causam efeitos de sentido de neutralidade e de imparcialidade?; b) como o jornalista/imprensa, utilizando técnicas de escrita próprias da profissão, produz um texto em que se esquivava de uma responsabilidade por aquilo que escreve?

A imagem que o jornalismo/jornalista faz de si e a que a sociedade faz dele dizem respeito direto às tentativas de respostas a essas interrogações, porque têm a ver com a busca objetiva por imparcialidade e neutralidade, e com a não assunção de uma responsabilidade enunciativa por parte do jornalismo/jornalista.

Alguns aspectos morais/éticos são bastante prezados pela imprensa: 1) uma defesa da democracia; 2) uma defesa da liberdade (em sentido abrangente e, mais restritivo, relacionado

⁵⁹ A coligação “Mais Trabalho por Campo Grande” era formada por: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido da República (PR), Democratas (DEM), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Trabalhista Cristão (PTC), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Social Liberal (PSL), Partido Pátria Livre (PPL), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Social Democrata Cristão (PSDC), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB).

⁶⁰ Os demais candidatos a prefeito naquela ocasião eram: Athayde Nery (Partido Popular Socialista – PPS), Marcelo Bluma (Partido Verde – PV), Lucien Resende (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL), Suél Ferranti (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU) e Vander Loubet (Partido dos Trabalhadores – PT). Desses, somente Nery tinha coligação, a “Novo Tempo”, formada por Partido Popular Socialista (PPS), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Trabalhista Nacional (PTN) e Partido Humanista da Solidariedade (PHS).

à liberdade de expressão), o que culmina na defesa pela busca de uma verdade; 3) e uma afirmação do jornalismo enquanto profissão. Além disso, outro aspecto merece atenção: 4) o jornalista é refém do tempo, e agilidade é fundamental para sua atuação.

A imprensa possui um contato intrínseco com a política e a economia de um país, estado, município, pois ela desempenha um trabalho investigativo, de esmiuçar as atividades dos poderes constituídos. Isso a coloca em um local que sofre pressões diversas: desses poderes, que a veem como uma supervisora sempre alerta a apontar falhas; da sociedade, que a vê como uma vigilante defensora de seus direitos. Mas, ao mesmo tempo, essas pressões colocam a imprensa em um patamar privilegiado, tendo uma relação com o poder sem precisar decididamente exercê-lo. Traquina (2012) rememora essa noção: em 1828, o deputado inglês McCauly sofria o assédio dos veículos de comunicação. Em determinado dia na sessão do Congresso, apontou para as cadeiras onde estavam os jornalistas e esbravejou: ali está o “Quarto Poder”, colocando o Jornalismo em pé de igualdade com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. A definição é até hoje corriqueira no meio jornalístico: há quem diga que ele é o próprio poder, comenta Traquina (2012), pois quem detém a informação (ou a prerrogativa de transmiti-la) possuiria o real poder.

Nascida durante a queda da monarquia na Europa, a grande imprensa esteve ligada, historicamente, à burguesia em ascensão, e eticamente comprometida com a defesa de uma nova forma de governo: a democracia. Cabe, então, ao jornalismo, não apenas ouvir os detentores do poder público, mas o povo: “O poder absoluto é posto em causa e existe a procura de caminhos alternativos, perante dúvidas sobre os benefícios e os custos de um sistema de poder que tem como base a ‘opinião pública’, termo utilizado pela primeira vez em 1744 [...]” (TRAQUINA, 2012, p. 42).

Dessa forma, nascem os dois primeiros aspectos que até os dias atuais guiam o fazer jornalístico: a luta pela democracia e a luta pela liberdade, que, por sua vez, “[...] começa com a luta contra a censura de um poder político absoluto, sob forma de monarquia na esmagadora maioria dos países [...]” (TRAQUINA, 2012, p. 42-43).

Essa luta, como é de conhecimento comum, também se manteve em meio ao regime militar em diversas nações. “Qualquer que seja o conceito que as pessoas têm do jornalismo, a sua função só floresce em um clima de liberdade, amplas garantias constitucionais, pleno respeito aos direitos individuais” (BAHIA, 2010, p. 210).

Mas, ao se consolidar uma democracia, a atuação jornalística precisa desenvolver-se para buscar aquilo que pensa ser de interesse social. Surge, então, a necessidade de uma profissionalização, para que aqueles que escreviam nos jornais fossem capazes de tirar seu

sustento unicamente do ato de escrever nos/para os veículos de imprensa – dessa forma, evitariam ligações com outras formas de sustento (como acordos com partidos políticos) que poderiam corromper a objetividade de seus textos.

A instauração de uma atuação jornalística profissional foi lenta. Em 1867, o Washington's Correspondents Club é fundado na capital americana. Esse clube de escritores de jornais (jornalistas semiprofissionais) foi o precursor no Ocidente e visava a uma consolidação desse grupo enquanto classe trabalhadora. Mais tarde, a ideia espalha-se pela Europa e América Latina.

Esses grupos viram que seu trabalho necessitava de uma especialização, pois tinha particularidades que o diferenciava do Direito e das Letras, tradicionalmente os ramos que mais ‘enviavam’ escritores aos jornais. Nasceram as faculdades de Jornalismo ou Comunicação Social. Estados Unidos e França são os primeiros países a instalarem esses cursos (TRAQUINA, 2012).

Em termos de AD, o que esses quesitos definem substancialmente? Definem parte das condições de produção do discurso jornalístico, seu *ethos* jornalístico e sua ideologia: o jornalismo é um poder – o ‘Quarto Poder’ ou mesmo o ‘Único Poder’ na defesa da democracia e da liberdade (TRAQUINA, 2012). O jornalista não pode mentir nem obstruir a chance de uma opinião divergente da maioria vir a público.

Enquanto profissionais com formação superior inseridos numa posição sócio-histórica, os jornalistas precisam definir uma ética e uma técnica de veiculação das informações que colhem, dos acontecimentos sociais. Para as questões relacionadas à ética da profissão, passa-se a pensar em códigos deontológicos, que começaram a ser criados no fim do século XIX, nos Estados Unidos. Traquina (2012) fez um levantamento histórico das atuações dos jornalistas no Ocidente e averiguou que o primeiro artigo com a palavra “ética” no título, no que diz respeito ao Jornalismo, data de 1889; e o primeiro “código de conduta”, de 1890. Porém, um código de ética formal foi formulado somente em 1900, na Suécia; e, em 1911 nos Estados Unidos. No Brasil, o primeiro congresso de jornalistas foi realizado em 1908, no Rio de Janeiro; mas, o primeiro código deontológico brasileiro foi formalizado em 1949.

Para as questões relacionadas à técnica, o crescente aparecimento de cursos universitários no século XX faz surgirem novas formas de fazer jornalismo. Emerge a noção de objetividade (que já definimos no item “2.1”).

Traquina (2012) realizou entrevistas com diversos jornalistas (nos Estados Unidos e na Europa) para verificar qual a imagem que esses profissionais têm de si mesmos, dos veículos

em que atuam e do jornalismo como um todo. Entre os depoimentos que colheu, destaquemos alguns trechos:

Voz Dois: “[...] A imprensa não julga as ações governamentais, apenas as revela e demonstra.

[...]

Voz Quatro: “Estes fatos quase coincidentes... colocam, no fundo, a questão fundamental do papel da Imprensa como contrapoder. Sobretudo quando a arrogância dos eleitos tende a perverter o equilíbrio das regras democráticas e o sentido ético dos comportamentos, sem o qual nenhuma legitimidade se sustenta, é nos jornais que reside a reserva histórica da opinião pública. Não no tribunal da opinião, não porque os jornais sejam infalíveis e não estejam sujeitos às misérias do mundo, mas apenas porque se há grandeza que justifica esta profissão, ela é o espaço natural, vital, da própria liberdade”.

[...]

Voz Seis: “A primeira obrigação da imprensa é a de obter a informação, o mais cedo e correto, sobre os acontecimentos, e divulgá-la, o mais depressa possível, para assim a transformar em propriedade da nação. Para nós, a publicação e a verdade são o ar e a luz da existência. Não pode haver maior desgraça do que recuar perante a divulgação, franca e exata, dos fatos, tal e qual são. somos obrigados a dizer a verdade, tal e qual a encontramos, sem medo das consequências.” (TRAQUINA, 2012, p. 129-130, grifos do autor).⁶¹

A *Voz Dois* faz alusão à neutralidade, pois afirma que a imprensa não deve julgar. A *Voz Quatro* alude ao papel de vigilante do Poder Público, que deve ser assumido pela imprensa, a quem também cabe comentar sobre a defesa da liberdade – qualquer liberdade e mais estritamente a de se expressar. A *Voz Seis* tem incorporada a subjugação do profissional ao tempo (*deadline*). E também, de forma indireta, às noções de objetividade, porque, não ‘podendo recuar frente à divulgação’, o jornalista precisa de técnicas que o eximam de críticas, como mencionado anteriormente.

Vemos, portanto, que os quesitos defesa pela liberdade, imparcialidade, neutralidade e objetividade são muito apreciados no jornalismo. Todas as *Vozes* escutadas por Traquina (2012) trazem *tons* (MAINGUENEAU, 1997) de enunciadores (jornalistas) sérios e austeros na busca pela verdade, e detentores de um *caráter* (MAINGUENEAU, 1997) taxativo quanto aos deveres do jornalista.

Se retornarmos agora aos *webjornais* cujos enunciados formam nosso *corpus* (*Campo Grande News* e *Midiamax*), observaremos *posicionamentos* (MAINGUENEAU, 2012a) semelhantes. Esses posicionamentos auxiliam a configurar uma imagem – que pode ou não ser corroborada nos textos concretos – do jornalismo: um *ethos* próprio dessa profissão.

⁶¹ A *Voz Dois* corresponde a trecho do editorial de 8 de abril de 1989 da *Revista Sábado*, de Portugal. A *Voz Quatro* corresponde a afirmações de Miguel Sousa Tavares, ex-diretor da revista *Grande Reportagem*, também portuguesa. A *Voz Seis* corresponde ao editorialista [função que no Brasil é exercida pelo proprietário do veículo – de forma escondida, assinando “*Da Redação*” ou com o nome do veículo – ou pelo editor-chefe/chefe de Redação] do jornal diário inglês *The Times* (TRAQUINA, 2012, p. 130).

Ao completar treze anos de existência (em 2012), o *Campo Grande News* produziu uma série de reportagens comemorativas; numa delas, publicou depoimentos de profissionais que trabalharam no veículo.

[...] Foi a prova de fogo como jornalista, desde o critério para definir o que era notícia, à apuração dos fatos e o produto final: a matéria. [...] A quantidade de fontes que continuam contribuindo com furos importantes é um termômetro da credibilidade que o portal construiu. [...] (CAMPO GRANDE NEWS, 2012b, p. 1).

Esse trecho da fala de uma jornalista ex-funcionária do *Campo Grande News*, em que relata sua passagem pelo veículo, nos lembra da existência de ‘critérios’ na definição de notícias, e como o desempenho calcado em técnicas objetivas produzem ‘credibilidade’.

Em outra parte do texto, a reportagem cita o relato de outra profissional que atuou na redação do veículo. Ela comenta a respeito da submissão ao tempo: “[...] Os jornalistas desta equipe sempre estão empenhados à procura da melhor informação e no menor tempo. [...]” (CAMPO GRANDE NEWS, 2012b, p. 1).

Já com relação ao *Midiamax*, sua linha editorial pode ser apreendida também numa reportagem comemorativa aos dez anos de existência do veículo, criado em 2012. Em determinado trecho, o sócio-proprietário do veículo comenta:

Se tem uma coisa que eu aprendi nesses dez anos como cidadão é dar valor à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa. Aliás, assegurada pela Justiça. Nós, talvez como ninguém no Estado, temos sido alvo de processos, ataques e questionamentos, por ter uma pauta isenta, independente, e manter o tema da gestão pública em evidência permanente. (MIDIAMAX, 2012, p. 1)

Há, claramente, uma identificação com os valores de ‘isenção’ – que Bahia (2010, p. 204) relaciona à imparcialidade –, e defesa pela ‘liberdade de imprensa’ – como dito pela *Voz Quatro* em Traquina (2012, p. 130). Além disso, o sócio-proprietário enfatiza que dá ‘valor à liberdade de imprensa’, que é “assegurada pela Justiça” (MIDIAMAX, 2012, p. 1). Dessa forma, seu veículo anda lado a lado com a Justiça – com ‘J’ maiúsculo que remete ao poder de direito socialmente/politicamente constituído –, sendo o defensor desse Poder Judiciário ou mesmo seu representante.

Destarte, quando da formulação de nossas análises, devemos considerar esses aspectos. Sendo assim, lembraremos que, quando cobriram os *acontecimentos discursivos* (PÊCHEUX, 2008) do caso Bernal, os jornalistas/veículos cujos enunciados temos como *corpus*: aplicaram técnicas específicas orientadas pelo ideal de imparcialidade e neutralidade; se viam diante de um acontecimento social (disputa pelo poder, vislumbre de um eventual

impeachment, concretização desse *impeachment*, prisão de agentes políticos etc.) que os remetia a uma necessidade de levar a informação ao público para que a liberdade (a própria democracia, e a liberdade de expressão – direito de informar, do jornalista; e de ser informado, do cidadão) fosse defendida; estavam sob o domínio do tempo (deveriam informar antes da concorrência e antes que algo novo ocorresse), o que culmina em uma apuração mais rápida e até mesmo incorrendo em textos com erros de digitação e desvios gramaticais.

É por conta de todas essas instâncias que envolvem o fazer jornalístico que existe uma imagem específica que o próprio jornalista e a sociedade fazem dessa profissão. Para Traquina (2012, p. 132), essa imagem é moldada por meio de “uma constelação de valores e um conjunto de normas profissionais”, resumidamente: a liberdade como valor máximo; a credibilidade como aspiração; a verdade como meta; a objetividade como técnica (TRAQUINA, 2012, p. 133-138).

Todos esses valores são aqueles pelos quais os jornalistas são rotulados, o que dá origem a uma representação acerca desses profissionais. Essa rotulação não se faz unicamente por parte dos profissionais da área, que se veem como detentores desse *saber* – “[...] aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 204) – jornalístico. Faz-se, também, e às vezes em coeficiente maior, por parte da sociedade:

O fato é que a definição da postura profissional do campo jornalístico não é de exclusiva responsabilidade dos próprios “agentes especializados”; a própria sociedade, com base na aceitação consensual da teoria democrática, influencia fortemente a definição da postura profissional dos membros desta comunidade. A objetividade, ou uma outra designação de uma noção de equilíbrio (*balance*), está associada pela esmagadora maioria dos cidadãos ao papel do jornalista [...]. (TRAQUINA, 2012, p. 145)

Sendo assim, Traquina utiliza uma definição de *ethos* que extrapola aquela de uma imagem passada pelo enunciador enquanto enuncia. Para o autor, há mais que o *ethos* do jornalista, há o *ethos* jornalístico, que “é uma definição de uma maneira de como se deve ser (jornalista)/estar (no jornalismo)” (TRAQUINA, 2012, p. 128).

Essa definição dá ideia de que um grupo, uma comunidade de pessoas ligadas a uma profissão ou interesse comum, teria um *ethos* próprio. Dessa forma, seria cabível sua utilização para o grupo dos políticos, todavia, como esse autor não trabalhou com outras classes que não a jornalística, daremos preferência, daqui em diante, para usar esse conceito de forma ampliada para os jornalistas e não para os políticos, utilizando, quando se tratar destes, o termo *imagem*.

Portanto, é preciso observar que, perante a sociedade e diante do jornalista, não são somente os membros dessa classe profissional que possuem uma imagem própria, mas aqueles que lhes valem como fontes, como os agentes políticos; estes também possuem uma imagem que lhes é peculiar.

Imagem dos atores políticos

O *ethos* faz parte dos mecanismos implícitos da linguagem, ainda que não seja estritamente linguístico, pois, “por meio da enunciação revela-se a personalidade do enunciador”, mas, a sua “eficácia [...] se deve ao fato de que ele envolve de alguma forma a enunciação, sem estar explícito no enunciado” (MAINGUENEAU, 2013, p. 107).

Se Aristóteles (2006, p. 96) definiu que um orador pode persuadir pelo caráter, Maingueneau (1997; 2013) concebe que esse caráter vincula-se à corporalidade de um enunciador. Quando o coenunciador encontra, ou se depara com esse caráter e esse corpo,⁶² encontra também a presença do *fiador* do enunciado. Por ser uma instância subjetiva (enunciativa), então, esse *fiador* é a própria abonação (com caráter e corpo) do *ethos* (MAINGUENEAU, 1997; 2013). É ele quem garante o que é dito e como é dito. Dessa forma, o jornalista/veículo de comunicação que cita vozes de outros sujeitos (fontes entrevistadas) garante (afiaça) as falas dessas fontes a partir do momento em que as introduz em seu próprio discurso – se não concordando com elas, afiança que elas foram realmente proferidas.

Dessa maneira, assim como o jornalismo/jornalista possui seu próprio *ethos*, aqueles por ele ouvidos (políticos, por exemplo) também possuem uma imagem.

A imagem que a sociedade brasileira formula dos políticos talvez seja mais evidente em piadas. “Piadas emergem de ‘saberes’ relativos a um sem-número de campos: etnia, instituições, etc.” (POSSENTI, 2011, p. 133). Para ilustrar essa representação do homem político, transcrevemos a seguir duas charges.

Em uma charge animada, o grupo AnimaTunes (2012) expõe o cenário de uma clínica. Nela, um deputado é examinado pelo médico. Em certo momento, o parlamentar, preocupado, pede ao doutor que nada lhe esconda, pois médicos possuem uma “mania de esconder do paciente a verdade”. O médico (estarecido) responde prontamente: “Tem certeza que são os médicos?”. Observa-se que o doutor apontava que não são seus colegas de Medicina, mas os políticos que estão acostumados a ‘esconder a verdade’.

⁶² Ratifiquemos que este corpo não é biológico, mas teórico/linguístico (MAINGUENEAU, 1997, p. 47).

Figura 1 – Charge mostra político durante consulta médica⁶³



No decorrer da consulta, o médico informa ao paciente que se tratava de um princípio de infarto, e que seria necessário “fazer uma ponte”. Obviamente, referia-se ao procedimento cirúrgico para colocação de pontes de safena. Mas, o deputado (e aí está a graça) entende de outra maneira:

- Precisamos fazer uma ponte.
- Agora tá falando minha língua. Não vamos fazer uma ponte não; vamos fazer logo três superfaturadas. Uma pra mim, outra pro meu filho... e a terceira o senhor divide com a sua equipe. (ANIMATUNES, 2012)

Vimos que a imagem que a sociedade tem do político é baseada em estereótipos. Na AD, podemos dizer que o *estereótipo* é uma “representação coletiva cristalizada” (AMOSSY, 2014a, p. 215).

A charge a seguir, do cartunista Alpino, também ilustra essa desconfiança que paira sobre a honestidade política.

⁶³ Fonte: Print de tela do Canal oficial do grupo AnimaTunes no YouTube. 1’53’’. set. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Jla2BJU-e3U>>. Acesso em: 8 fev. 2016. 15:53.

Figura 2 – Charge política⁶⁴

A ilustração é alusiva ao decreto parlamentar federal que permitiria a construção de um *shopping* dentro da Câmara dos Deputados. O *ethos* prévio dos políticos em questão é de que seriam pessoas subornáveis (que poderiam ser ‘compradas’). Lembremos que, no *corpus* da pesquisa, os textos referem-se a um conjunto de acontecimentos discursivos em que o nome do então prefeito (OlarTE) e de alguns vereadores foram incluídos em uma suposta compra de votos para cassação de seu antecessor (Bernal), durante investigações do MPE.

A imagem do político confere ao discurso político, do qual o jornalístico também se alimenta, um contato direto não somente com o conteúdo informado, mas com ‘quem’ está informando. No *corpus* desta pesquisa especificamente, se o jornalista, como se viu, possui um *ethos* de defensor da liberdade, da democracia e da verdade, os políticos seriam o lado oposto: possuem uma imagem de alguém que não defende a liberdade, nem a democracia, tampouco a verdade.

A observação de certo número de discursos em sua circulação social, particularmente àqueles que pertencem à *comunicação política*, publicidade, midiática ou didática, evidencia que esses discursos não se referem só a uma argumentação lógica, mas [...] com imaginários de verdade profunda, *ethos* e *pathos* [...]. (CHARAUDEAU, 2009, p. 278, grifos meus, tradução minha)⁶⁵

⁶⁴ Fonte: Alpino, *Veja on-line*, 25 maio 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/tag/alpino/page/4/>>. Acesso em: 8 fev. 2016. 16:02.

⁶⁵ Versão para o português feita por mim, a partir do texto em espanhol, que é este: “La observación de cierto número de discursos en su circulación social, particularmente aquellos que pertenecen a la comunicación política, publicitaria, mediática o didáctica, evidencia que esos discursos no hacen referencia sólo a una argumentación lógica, sino más [...] con imaginarios de verdad en el fondo, *ethos* y *pathos* [...]” (CHARAUDEAU, 2009, p. 278).

Com relação ao *corpus* da pesquisa, é possível aferirmos que, mesmo um político tendo recebido ampla vantagem de votos em uma eleição – como ocorreu com Bernal frente a Giroto no segundo turno, em 2012 –, a fé pública deitada sobre ele quando do pleito pode esgotar-se se seu nome é vinculado a qualquer resquício de irregularidade. O mesmo vale para Olarte, quando este teve seu nome envolvido em investigações da justiça.

Em discursos explicitamente persuasivos, como o da política e o das mídias, o *ethos* e o *pathos* fazem parte da enunciação e são importantes para que o coenunciador construa o sentido do texto. Já o teor do discurso, isto é, o *logos*, estaria em segundo plano, pois o significante por si só não garante o sentido.

Ainda com relação ao *ethos* – e, de certa forma, também ao *pathos* –, nele estariam presentes o que, longe do contexto de uma piada, definiria a imagem que a sociedade tem/deveria ter dos políticos. Os políticos deveriam refletir alguns valores para que tivessem sua imagem modificada perante seus possíveis eleitores. Segundo Charaudeau (2009), é necessário lembrar que grupos ou partidos políticos podem ser retratados seguindo alguns critérios, que são, conforme o autor:

i. o dos princípios universais fundadores da felicidade social, relacionados com os valores de liberdade, igualdade e solidariedade; ii. o dos princípios de identidade com os valores de soberania (nacional ou regional), de pertinência [filiação] religiosa, étnica ou ideológica; iii. o dos princípios que regem a vida econômica com os valores de benefício, o direito ao trabalho e de equidade; iv. o do progresso tecnológico para bem-estar dos indivíduos, mas contra seus efeitos nocivos; v. a do princípios da vida coletiva com os valores da justiça equitativa, de segurança dos bens e das pessoas; e, por último, vi. o dos princípios da vida política com seus valores de honestidade que, com todo direito, esperamos dos políticos, de sinceridade que exigem conformidade entre as palavras e os atos, de responsabilidade como governante e de fidelidade com os compromissos adquiridos. (CHARAUDEAU, 2009, p 287-288, tradução minha)⁶⁶

Segundo Charaudeau (2009), podemos perceber que há uma imagem pré-estabelecida socialmente do que venha a ser e de como deve agir um político. Portanto, assim como o jornalista, a população como um todo confere um *ethos* prévio aos políticos. Existe todo um roteiro que precisa ser seguido pelo político para que ele seja digno de credibilidade do eleitor, da população; caso contrário, vira chacota, vira piada, ou objeto de revolta, de indignação.

⁶⁶ Assim como na passagem anterior, a versão em português é minha, a partir do texto seguinte: “i. el de los principios universales fundadores de la felicidad social, relacionados con los valores de libertad, igualdad y solidaridad; ii. el de los principios de identidad con los valores de soberanía (nacional o regional), de pertenencia religiosa, étnica o ideológica; iii. el de los principios que rigen la vida económica con los valores del beneficio, de derecho al trabajo y de equidad; iv. el del progreso tecnológico para el bienestar de los individuos, pero contra sus efectos nocivos; v. el de los principios de la vida colectiva con los valores de la justicia equitativa, de seguridad de los bienes y de las personas; y, por último, vi. el de los principios de la vida política con sus valores de honestidad que, con todo derecho, esperamos de los políticos, de sinceridad que exigen conformidad entre las palabras y los actos, de responsabilidad como gobernante y de fidelidad con los compromisos adquiridos.” (CHARAUDEAU, 2009, p 287-288).

2.3 A RESPEITO DOS GÊNEROS INFORMATIVOS E DEFINIÇÃO DE NOTÍCIA

Melo (2012, p. 22-24) explica que no jornalismo há uma predominância de textos de gêneros informativo (por exemplo, notícia e reportagem) e opinativo (artigo, editorial, por exemplo).

Seixas (2012, p. 27) argumenta que a finalidade é o critério mais importante para se classificar um gênero jornalístico. Porém, há risco de essa atitude ser equivocada:

Trata-se de uma classificação de unidades discursivas – em geral, de produtos impressos –, em vez de uma análise dos critérios para classificação dos gêneros. Ou seja: parte-se da finalidade para dividir unidades discursivas, em vez de partir-se das unidades discursivas, levando-se em conta as dimensões do discurso, para compreender e definir os critérios de uma divisão destas unidades. (SEIXAS, 2012, p. 27)

Por conta disso, a autora propõe um “percurso metodológico inverso”, porque defende um estudo que parta do discurso, “de suas dimensões linguísticas e extralinguísticas” (SEIXAS, 2012, p. 27).

A proposta de Seixas é coerente com o conceito de *semântica global* sustentado por Maingueneau (2012a), defensor da noção de que não se deve pensar em termos de superficialidade (fio do discurso – o linguístico) e profundidade (o interdiscurso, o externo à língua, condições de produção – o extralinguístico), impactando o sentido de forma separada. Esses “planos” (MAINGUENEAU, 2012a, p. 75) atuam em conjunto para (re)produzirem sentido: dessa forma, não devemos rechaçar nenhum deles quando das análises.⁶⁷

A propósito dos gêneros jornalísticos informativos, dentre eles, a notícia, objeto desta dissertação, Seixas comenta: “É fácil aceitar que, embora não se possam definir universalmente todas as funções da instituição jornalística, uma é inquestionável: a função de informar. [...] Informar é função institucionalizada da atividade jornalística [...]” (SEIXAS, 2012, p. 37-41).

Dessa feita, tratemos de trazer mais detalhes sobre esse gênero. Seu principal mote é ditado pela ideologia da profissão, exemplificada no Código de Ética:

Capítulo I - Do direito à informação
Art. 1º O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação. (FENAJ, 2007)

⁶⁷ É por esse caminho, por exemplo, que seguem os estudos de Authier-Revuz (1998; 2004), Maingueneau (1997, 2012a), Marques (2013) e Rabatel (2013).

O fato de ser o artigo de abertura do referido código é expressivo: informar é premissa basilar da profissão de jornalista.

A informação não pode ser deturpada: é por isso que há a proibição de o jornalista/veículo de comunicação impor suas próprias opiniões dentro desse gênero específico. Essa regra é bem clara nos jornais, como definido pelo *O Estado de S. Paulo*, por exemplo: “[...] a norma do **Estado** é deixar a opinião para os editoriais [...]” (MARTINS, 1997, p. 100, grifo do autor).

O jornalista/veículo de comunicação pode informar: ao ‘comunicar’ um fato; ao ‘perguntar’ certas questões a determinada fonte e levar isso a público (inclusive comentando se recebeu ou não a resposta da fonte); e ao responder (afirmando ou negando) – mas esse responder, no gênero informativo, é sempre respaldado por dizeres de fontes, pois o jornalista não pode impor julgamento próprio. Bahia afirma que informação é o mesmo que: “Ato, ação, efeito de informar. Sinônimo de comunicação, de falar, calar, perguntar, responder, afirmar, negar.” (BAHIA, 2010, p. 199).

As principais manifestações do gênero informativo são os gêneros discursivos reportagem e notícia. Como nosso *corpus* é formado exclusivamente por notícias, vamos defini-la. Afinal, a informação, como “[...] notícia, é o modo pelo qual o jornalismo leva os fatos ao conhecimento público” (BAHIA, 2010, p. 199).

É preciso saber que, se informar é o ato primordial do fazer jornalístico, ou seja, sua finalidade pragmática, a notícia é o principal produto dessa ação. Como produto, em um mundo de negócios, trata-se também de uma mercadoria.

Essa condição remodelou o jornalismo, agora enquanto empresa – e o jornalista, enquanto profissional –, e o obrigou a redefinir o modo de transmissão da informação ao grande público, isto é, como formatar uma notícia: de forma ágil, para ter mais notícias em menos tempo e vender mais; e de forma atraente, para angariar maior clientela. Esse ponto se acentuou em países, como o Brasil, que se afeiçoaram às técnicas americanas, que “[...] se firmaram sobre a ideia de exatidão, da objetividade, da checagem de informações e veracidade [...]” (SEIXAS, 2012, p. 38). Dessa maneira, “[...] a notícia terminaria [...] conformando-se a padrões industriais através de técnicas de produção, de restrições de código linguístico e de uma estrutura relativamente estável” (LAGE, 2004, p. 13).

Por ser uma ‘estrutura relativamente estável’, o gênero discursivo notícia possui elementos tipificados no campo discursivo, a saber, tema, escolhas linguísticas (estilo) e organização textual (construção composicional), como veremos a seguir.

2.3.1 Forma/estrutura prototípica da notícia

O jornalismo tornou-se uma instituição social formada por diversas empresas: os veículos de comunicação. Esses veículos possuem sua mercadoria principal de venda como sendo a notícia. Portanto, existe um procedimento de edição desse produto informativo.

Toda notícia é uma informação, mas nem toda informação é uma notícia, porque entre uma e outra, interferem os elementos do jornalismo – a organização editorial, as técnicas de elaboração, os critérios de ocupação do espaço e do tempo disponíveis, a opção entre quantidade e a qualidade, etc. (BAHIA, 2010, p. 258).

Das técnicas jornalísticas que interferem na formatação das notícias, iremos retratar a que é mais alardeada, que nasceu no jornalismo impresso, mas que se mantém profundamente arraigada em todos os tipos de jornalismo, inclusive no Webjornalismo: falamos da *pirâmide invertida*.

À medida que as notícias começam a ser tratadas como um produto, uma forma nascente de “empacotamento” apareceu. As notícias tornaram-se crescentemente estandardizadas [padronizadas] ao tomarem a forma a que chamamos hoje “pirâmide invertida”. (TRAQUINA, 2012, p. 59).

A respeito de seu funcionamento, toda notícia se acomoda em uma editoria, termo técnico que se refere à seção do jornal que comporta os assuntos tratados, como política, arte, lazer, pautas locais e internacionais, entre outros. Trata-se, nos termos de Bakhtin (1997a), do tema relativo ao gênero do discurso notícia. No nosso caso, os enunciados que analisaremos estão nas editorias Geral, Política ou Cidades.

Com relação ao que Bakhtin (1997a) denomina construção composicional, isto é, a organização textual do gênero discursivo, o primeiro elemento da notícia que chama a atenção do leitor é o título. Este deve, “[...] em poucas palavras, anunciar a informação principal do texto ou descrever com precisão um fato: *Governo desiste de aumentar impostos/Assaltantes roubam 500 mil e prendem 12 reféns.*” (MARTINS, 1997, p. 282, grifos do autor).

A maior recomendação que se faz nas redações jornalísticas a esse respeito é de que o título deve remeter à informação principal contida na matéria:⁶⁸ “Nos textos noticiosos, o título deverá obrigatoriamente ser extraído do *lead*” (MARTINS, 1997, p. 282). No jargão profissional, o *lead* é: “O começo da matéria jornalística, redigido de modo a atrair o leitor para o restante. Texto de abertura que, ora atua como proposição, mote, tema, ora como

⁶⁸ Matéria é, no vocabulário jornalístico: “Notícia, assunto, tema, argumento, objeto de informação. [...]” (BAHIA, 2010, p. 242). Nesse parágrafo, refiro-me à notícia.

provocação do assunto.” (BAHIA, 2010, p. 173). Do inglês, onde significa ‘conduzir’, o *lead* é parte mais importante da concretização da técnica advinda do jornalismo americano de *pirâmide invertida*, mencionada anteriormente.

Uma pirâmide possui como principal estratégia de manutenção arquitetônica a base (ampla). Ou seja, ela se mantém erguida porque sua base é maior do que o ápice. O jornalismo, então, a inverte para definir que o que mantém a notícia ‘erguida’, isto é, digna de ser lida, é o conteúdo que está em sua base, que lhe serve de sustentação de existência. Então, essa base deve ser lida antes das informações consideradas complementares, e não essenciais (o ápice – ponto mais estreito – da pirâmide). Dessa forma, baseado nos *valores-notícia* (WOLF, 1999), o jornalista busca produzir seu texto a partir da informação mais importante para a menos importante. As informações mais importantes são aquelas que aparecem logo no início da matéria, no primeiro parágrafo, que se constitui no *lead*.

Do ponto de vista da estrutura, a notícia se define no jornalismo moderno, como *o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante*. Essa definição pode ser considerada por uma série de aspectos. Em primeiro lugar, indica que não se trata exatamente de narrar os acontecimentos, mas de expô-los. (LAGE, 2004, p. 16, grifos do autor)

Com relação ao estilo da notícia, isto é, às escolhas linguísticas e textuais desse gênero discursivo, Lage (2004) afirma que a notícia é mais do que uma narração: é uma exposição de fatos. A notícia começa, nas definições jornalísticas, habitualmente, pelo *lead*. Este deve responder a algumas perguntas básicas que qualquer leitor/ouvinte/espectador/internauta (coenunciador) faria ao jornalista/veículo de comunicação (enunciador) para buscar parâmetros de construção de sentido para essa narração/exposição: “O *lead* [...] informa *quem* fez o *que*, a *quem*, *quando*, *onde*, *como*, *por que* e *para quê*. A documentação consiste em proposições adicionais sobre cada um desses termos.” (LAGE, 2004, p. 27, grifos do autor).

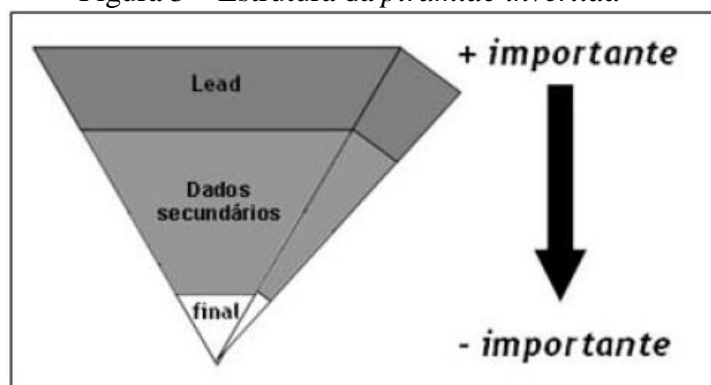
Portanto, é por isso que o jornalista pensa a notícia em termos de “estória” [história], como pontua Traquina (2012, p. 21; p. 171), porque vê nela: personagens (quem); acontecimento, caso (o que); tempo de ocorrência (quando); cenários (onde); ações (como); motivações dos personagens (por que, para quê).

A presença desses elementos não possui uma ordem preestabelecida; ela depende do que o profissional considere como mais relevante. Se o ‘personagem’ for o principal foco, o ‘quem’ fez ou ‘quem’ sofreu a ação virá indicado em primeiro lugar. Se, por ventura, a

localidade em que o acontecimento noticiado ocorreu for mais importante, virá primeiro o ‘onde’, e assim por diante.

Dessa maneira, com o primeiro parágrafo delineando o que de mais importante aconteceu – pois é por meio dele que o jornalista (enunciador) responde às indagações principais que imagina serem conjecturadas pelo leitor/ouvinte/telespectador/internauta (coenunciador) – temos o desenho de uma pirâmide invertida:

Figura 3 – Estrutura da *pirâmide invertida*⁶⁹



2.4 O JORNALISMO NA/PARA A *INTERNET*

A *internet* é um conjunto de redes virtuais, segundo sua própria etimologia em inglês: *internet* = entre redes. Os indivíduos mais distantes podem entrar em contato uns com os outros de qualquer local da Terra, praticamente em tempo real. Por isso, essas redes devem ser compreendidas “[...] como se uma grande teia na forma de globo envolvesse a Terra inteira [...]” (SANTAELLA, 2005, p. 2).

Essa teia abarca um mundo paralelo, chamado ciberespaço, compreendido como:

[...] todo e qualquer espaço informacional multidimensional que, dependente da interação do usuário, permite a este o acesso, a manipulação, a transformação e o intercâmbio de seus fluxos codificados de informação. [...] o ciberespaço é o espaço que se abre quando o usuário conecta-se na rede. (SANTAELLA, 2005, p. 8).

O jornalismo feito na/para *internet* traz assuntos da realidade para um mundo virtual, onde o leitor/ouvinte/telespectador (do impresso, do rádio, da TV) se insere como internauta. Portanto, as técnicas do fazer jornalístico precisam ser adaptadas a esse novo ambiente, que é virtual.

⁶⁹ Fonte: Canavilhas (2006, p. 5).

Essa adaptação se concretizou ao longo do tempo de forma gradual, o que se reflete na própria maneira frouxa de nomear esse novo jornalismo: jornalismo eletrônico, jornalismo *on-line*, ou webjornalismo?

Definir cada etapa da história do jornalismo na rede é hoje uma tarefa mais fácil de quando de seu despontar, nos meados da década de 1990.

Toda forma de jornalismo inserida em meios eletrônicos é, por conseguinte, jornalismo eletrônico: dessa forma, o telejornalismo é jornalismo eletrônico. Não é prerrogativa apenas do jornalismo feito na/para *internet* ser do tipo eletrônico.

Pode existir ainda outra confusão: de que somente o jornalismo praticado na *internet* é um jornalismo digital. No entanto, jornalismo digital é todo aquele que usa tecnologia digital: e as estações de rádio e de TV utilizam tal tecnologia.

Vemos que as tentativas de uma nomenclatura mais concisa estão diretamente ligadas às condições de mídia utilizada:

Seguindo-se a proposta de pensar as novas mídias [...], pode-se optar pelo entendimento de uma mídia como artefato cultural, surgindo como possibilidade imaginativa e de operacionalidade tecnológica. Uma nova mídia [*internet*] pode ser compreendida como um *mix* de antigas e novas convenções culturais, empregadas na representação, no acesso e na manipulação de dados, sendo que os novos dados são dados digitais. (DALMONTE, 2009, p. 18)

Se lembrarmos aquele conceito de ciberespaço citado no início deste subitem, teremos a premissa de uma definição mais precisa do jornalismo feito na/para *internet*. Esse jornalismo é um ciberjornalismo, que pode se dividir em jornalismo *on-line* e webjornalismo.

Ao jornalismo *on-line* correspondem os primórdios do jornalismo na rede, em que grandes veículos de comunicação impressos ou televisivos disponibilizavam seu conteúdo na *internet*. “A maioria dos sites jornalísticos surgiram como meros reprodutores do conteúdo publicado em papel. Apenas numa etapa posterior é que começaram a surgir realmente interativos e personalizados.” (FERRARI, 2014, p. 24).

Os primeiros jornais brasileiros a disponibilizarem seus textos na *internet* foram o *Jornal do Brasil*, de Brasília, e a *Folha de S. Paulo*, em maio e julho de 1995, respectivamente. Os jornais *O Globo*, do Rio de Janeiro, e *O Estado de S. Paulo*, ainda no mesmo ano, seguiram a tendência dos concorrentes e lançaram suas versões *on-line* (FERRARI, 2014; BORGES, 2009). No entanto, os textos não eram produzidos especialmente para a grande rede, ou seja, não eram adaptados ao novo suporte. Em vez disso,

o veículo disponibilizava os textos da versão impressa, e o acesso era restrito aos clientes que já eram assinantes do jornal em papel.

Esse era o tipo de ciberjornalismo praticado na época, um jornalismo ‘na’ *internet*: o jornalismo *on-line* (em rede). Mas não havia uma linguagem própria para o mundo da *internet*, com *links*, inclusão de vídeos, animações, possibilidade de o internauta enviar comentários, aplicação de enquetes, notícias enviadas em tempo real (eram somente digitalizadas aquelas já formuladas no começo do dia pela equipe do jornal impresso). Essas são as principais diferenças que fazem o ciberjornalismo atual ser nomeado como webjornalismo, ou seja, aquele que não só é feito ‘na’ *web* (jornalismo *on-line*), mas ‘para’ ser veiculado na *web*.

Tanto *Campo Grande News* quanto *Midiamax* são webjornais. Eles já nasceram ‘para’ o ambiente virtual, e com acesso gratuito, como ocorre atualmente com a maioria dos veículos desse tipo.

Outra diferença entre o webjornalismo e o jornalismo *on-line* está na diminuição do *deadline*. “Entrevista com um político por telefone e texto *pra ontem*. Foi assim minha primeira hora, de teste, na redação do Campo Grande News” (CAMPO GRANDE NEWS, 2012b, grifos meus). A fala de uma ex-integrante da equipe do *Campo Grande News* rememora seu primeiro dia na redação do veículo e alude ao estreitamento do tempo entre apuração e formatação do texto. É assim no *Campo Grande News* e no *Midiamax*, que possuem como principal característica, como todo veículo webjornalístico, uma corrida contra o tempo elevada ao nível máximo: em que o *deadline* é o instante seguinte à apuração/ao acontecimento coberto.

Além disso, esses jornais utilizam os comentários e imagens enviadas pelos leitores via *smartphones* para a redação como fontes de notícias: mais um detalhe que diferencia o webjornalismo da primeira etapa do ciberjornalismo (o jornalismo *on-line*).

Existe outra peculiaridade do texto jornalístico produzido para a *internet*. É comum eles serem assinados por mais de um jornalista. Aparentemente, esse fato traduziria um rompimento de discursos, no entanto, passa a ter estilo de unidade quando verificamos que é praxe nesse meio, e que há uma relação umbilical entre aquele jornalista que repassa algumas informações e o que escreve. Tal trabalho é formulado assim: um jornalista (repórter) vai ao local onde o acontecimento eclode, e outro jornalista (redator) permanece na Redação. O repórter passa as informações por telefone celular ao jornalista redator. Essa medida colabora para diminuir os efeitos do *deadline* (ver item “2.1”), pois, ao repassar aquilo que apurou *in*

loco, o repórter não “desperdiça” tempo escrevendo, o que fica a encargo do jornalista redator.

Quando da feitura do texto, existe sempre uma conversa entre ambos os profissionais para garantir o menor ruído, isto é, falha de comunicação, possível. Assim que o texto “está no ar/está *on line*” (especificações usadas para exibição via *internet*) e não há objeção por parte daquele que repassou as informações, admite-se que há uma unidade (se não real, ao menos ideal) e uma única redação. A título de exemplo, num texto assinado por ‘Jornalista A’ e ‘Jornalista B’, a redação é de ‘A’ a partir de informações repassadas por ‘B’ (isso não impede de existirem nesse texto também informações apuradas por ‘A’), mas de responsabilidade igualmente compartilhada por ‘A’ e ‘B’ – e, acima de tudo, uma responsabilidade assumida pelo veículo, pois pode haver ainda um trabalho do editor. A partir dessa explanação, é admissível imaginar um texto uno, mesmo sendo concebido por dois jornalistas. Dessa forma, serão vistos nas análises enunciados dos veículos de comunicação e não dos jornalistas ‘A’ ou ‘B’.

No primeiro capítulo, vimos que o referencial teórico da pesquisa é a análise do discurso francesa de corrente enunciativa. Percorremos de forma resumida o caminho histórico dessa *disciplina* até seus desdobramentos atuais, com influência da corrente enunciativa. Perpassamos o início da AD, com as formulações de Pêcheux a partir das releituras que Althusser fez de Marx, que Lacan fez de Freud e que ele mesmo fez de Saussure. Vimos que, em uma geração posterior, a AD integrou as contribuições de autores outrora ausentes de seu quadro fundador, como Benveniste, Bakhtin e Foucault. Pontuamos que o texto (verbal ou não verbal) é a materialização do discurso, sendo diretamente afetado pelas condições de sua produção, circunstâncias ao mesmo tempo situacionais e históricas que determinam/modelam sua formação discursiva.

Entendemos que todo sujeito da AD, embora em certo grau inconsciente, pode ser responsabilizado pelo que diz e pelo modo como diz, pois, entre outras características, esse sujeito lida com vários pontos de vista e transmite uma imagem de si para o coenunciador, ou seja, possui um *ethos* que lhe é particular. Por nosso objeto de estudo ser o discurso jornalístico, foi necessário, no segundo capítulo, estudar alguns aspectos específicos da profissão de jornalista. Com base em todos esses apontamentos, é tempo de passar às análises.

CAPÍTULO 3

A GESTÃO DE VOZES NO DISCURSO JORNALÍSTICO DURANTE A COBERTURA DO CASO BERNAL

As análises partem daquilo que talvez seja o principal argumento da AD de segunda geração: “O interdiscurso tem precedência sobre o discurso. Isso significa que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos [...]” (MAINGUENEAU, 2012a, p. 20), o que permite considerar que o analista do discurso de segunda geração é um ‘analista do interdiscurso’. Com efeito, o discurso jornalístico é antes de tudo uma fusão de discursos diversos, como o científico, o religioso etc. Nesta pesquisa, ocupamo-nos do discurso político-midiático.

Em virtude da grande variedade de mecanismos da interdiscursividade no discurso jornalístico, é preciso destacar a necessidade de delimitar os procedimentos metodológicos empregados para as análises. Maingueneau (2012a) recomenda criar um espaço discursivo, conceito que já definimos (no Capítulo 1) como os subconjuntos de formações discursivas arranjados pelo analista à conveniência específica de seu objeto, para aumentar suas possibilidades de êxito ao responder às hipóteses e dúvidas suscitadas pela pesquisa.

O *corpus* de análise que veremos neste capítulo é um grupo de enunciados recortados de notícias veiculadas nos *sites* noticiosos campo-grandenses *Campo Grande News* e *Midiamax*, que realizaram a cobertura jornalística de quatro acontecimentos discursivos ocorridos na capital sul-mato-grossense, entre os anos de 2014 e 2015: a) a iminência da cassação de Alcides Bernal; b) a cassação; c) a ida de Olarte para a chefia da Prefeitura; d) a inclusão do nome de Olarte em crimes que culminaram na perda de mandato e em sua prisão, seguida da volta de Bernal à Prefeitura.

Sobre esse *corpus*, os procedimentos analíticos, isto é, as categorias das análises, são concebidos no sentido de deixar à mostra as fissuras do discurso jornalístico de gênero informativo, que se pretende objetivo, imparcial e neutro. Além disso, pretendem apontar como o jornalista/veículo de comunicação lida com as vozes alheias que consulta para construir seu texto (materialidade discursiva). Dessa forma, pretende-se apontar como o jornalista/veículo de informação se esquivava de uma responsabilidade enunciativa. Portanto, é precisamente sobre os mecanismos linguístico-discursivos de gestão dessas vozes, a exemplo do discurso relatado, promovido pelo jornalista/veículo, que as análises se debruçam.

3.1 DISCURSO RELATADO: UM DISCURSO ALIENADO

Antes de qualquer análise, reiteremos:

- O termo ‘discurso’ é polissêmico;
- Propõe-se uma análise de todos os “planos” discursivos: “Não há mais, então, lugar para uma oposição entre ‘superfície’ e ‘profundeza’, que reservaria apenas para a profundeza o domínio de validade das restrições semânticas” (MAINGUENEAU, 2012a, p. 22).

O discurso relatado participa das regularidades discursivas, isto é, do *posicionamento*, do discurso jornalístico, sendo materializado em textos pertencentes a gêneros do discurso. Em outros termos, esse discurso relatado afeta o *discurso* jornalístico, nosso objeto de estudo. Ele compromete os diversos *discursos* (como o político, em nosso caso) de que o jornalista/veículo de comunicação faz uso em seu próprio *discurso*.

Com isso, nos aproximamos da perspectiva de Maingueneau (2013), que também pesquisa a relação entre o que chama de discurso citado – o discurso relatado propriamente dito – e discurso citante – o discurso assumido pelo enunciador.

A gestão desses mecanismos se manifesta na enunciação, o que nos remete aos estudos de Benveniste (1976) sobre a *subjetividade* na/da linguagem, em que a enunciação deriva do lugar e do momento em que um sujeito diz ‘eu’ perante um ‘tu’. Esses dois actantes, eventualmente, formulam um discurso sobre um *outro* actante, que, segundo Benveniste, diferentemente dos dois anteriores, não se configura uma ‘pessoa linguística’:

Uma teoria linguística da pessoa verbal só pode constituir-se sobre a base das oposições que diferenciam as pessoas, e se resumirá inteiramente na estrutura dessas oposições. Para desvendá-la, poderemos partir das definições empregadas pelos gramáticos árabes. Para eles, a primeira pessoa é *al-mutakallimu*, “aquele que fala”; a segunda, *al-mubūtabu*, “aquele a quem nos dirigimos”; mas a terceira é *al-yā’ibu*, “aquele que está ausente”. Nessas denominações, encontra-se implícita uma noção justa das relações entre as pessoas; justa sobretudo por revelar a disparidade entre a terceira pessoa e as duas primeiras. Contrariamente ao que faria crer a nossa terminologia, elas não são homogêneas. É o que, primeiro, é necessário focalizar. [...] A consequência deve formular-se com nitidez: a “terceira pessoa” não é uma “pessoa”; é inclusive a forma verbal que tem por função exprimir a “não pessoa”. (BENVENISTE, 1976, p. 250-251)

Se procedermos daquela definição de Maingueneau (2013), exposta no início do presente item, ao mesmo tempo em que ressaltamos nosso referencial teórico, a AD de corrente enunciativa, é possível propor que, se, no uso do discurso relatado, a autoria do que é dito é imputada a um terceiro, à ‘não pessoa’, esta é um ‘eu’ que teve seu discurso alienado. Então, mais do que um discurso citado e um discurso citante, é pertinente sugerir chamarmos

tais mecanismos de discurso alienado e discurso alienante. A fala citada é alienada de seu contexto enunciativo primeiro, “original”, tendo seu imediatismo comprometido por uma tentativa de imitação (que não significaria obrigatoriamente má-fé, ou mesmo plena consciência do alienante) quando transferida para outro contexto, por exemplo, a página do webjornal.

Optemos pelo termo ‘alienado’, em lugar de “citado”, com base em dois campos do saber que contribuíram para erigir a teoria do discurso. Estamos falando do marxismo e da psicanálise de Lacan. Marx e Engels (2001) invocaram o conceito de alienação para indicar que os esforços dos proletários eram usurpados (alienados) pelos donos dos equipamentos, das máquinas, de produção. O trabalhador produz objetos estranhos a ele mesmo, ele não pode adquiri-los, pois não lhe pertencem: sendo assim, sua relação consigo mesmo (pois foi ele quem produziu tal mercadoria) é alienada – o trabalhador é um ser alienado de si mesmo. E, para Lacan, a alienação – termo emprestado de Marx e Engels, mas reformulado – só pode existir não pelo trabalho, mas por meio da linguagem:

[...] a alienação, é própria do sujeito. Num campo de objetos, não é concebível nenhuma relação que gere a alienação, a não ser a do significante. Tomemos por origem o dado de que nenhum sujeito tem razão de aparecer no real, salvo por nele existirem seres falantes. Concebe-se uma física que dê conta de tudo no mundo, inclusive de sua parte animada. Um sujeito só se impõe nela por haver no mundo significantes que não querem dizer nada e que têm de ser decifrados. (LACAN, 1998b, p. 854)

Portanto, aludindo a essa ‘alienação’, podemos comparar o discurso relatado a uma forma de apropriação, ao menos em certo grau, de um discurso alheio. É para minimizar os riscos a que está submetida essa apropriação que o jornalista/a imprensa emprega a técnica da objetividade, recorrendo, então, ao discurso relatado.

Iniciemos as análises apresentando enunciados que introduzem discursos relatados na forma direta. Eles apresentam uma propriedade que aparentemente os definiria como a transmissão fidedigna do dizer alheio. Contudo, como veremos, não é exatamente o que acontece.

3.1.1 *Discurso direto*

No Jornalismo, uma das estratégias mais comuns para reforçar o efeito de sentido de objetividade, evitando o desvio daquilo que chamaremos de *discurso alienado*, é o mecanismo linguístico-discursivo do discurso direto, sob o modo da citação:

Nos veículos do jornalismo, as citações, em geral, compõem-no no mesmo corpo [...] do texto e são transcritas entre aspas (jornal, revistas e outras publicações), ou são emitidas por advertência oral, ou por sinais (rádio, televisão), de modo que se tenha clara noção de diferença entre o que é do **veículo** (notícia [no caso de gênero informativo], opinião [no caso de gênero opinativo]) e o que é de outrem. (BAHIA, 2010, p. 77, grifo do autor).

Esse mecanismo corresponde a uma das formas da *heterogeneidade mostrada marcada*, segundo Authier-Revuz (1998; 2004), porque manifesta de maneira explícita a “negociação do sujeito” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 11) para com seu próprio discurso.

Embora o discurso direto consista em uma estratégia que visa a assegurar a objetividade da notícia, denotando a isenção do sujeito jornalista, há fissuras que deixam à mostra a alteridade.

Veremos exemplos dessas fissuras nas análises que seguem, em que são mostrados discursos diretos introduzidos ou complementados por verbos *dicendi*, que são modalizadores, isto é, elementos lexicais/gramaticais empregados para atenuar ou acentuar determinada locução/enunciação, bem como elementos linguístico-discursivos, que afetam o sentido, como observaremos.

Ao longo das análises, empregamos a denominação *Notícias (N)* em referência às notícias veiculadas nos *webjornais Campo Grande News e Midiamax*. Chamaremos de *Excertos (E)* os trechos retirados dessas referidas *Notícias* e que serão diretamente analisados. A versão integral das notícias analisadas está disponível nos Anexos da dissertação. Os demais trechos desses textos serão analisados nos tópicos seguintes, mas, por uma questão metodológica, optou-se por analisá-los por meio de enunciados em blocos, como neste tópico, em que analisamos os efeitos de sentido do discurso direto.

O primeiro Excerto (E1) em análise pertence à Notícia (N1) publicada pelo *site* jornalístico *Campo Grande News* em fevereiro de 2014, período em que Bernal era investigado. A matéria, então, faz parte da cobertura do primeiro da série dos acontecimentos discursivos do *corpus* de referência: *a) a iminência da cassação do mandato de Bernal*. A notícia, intitulada *Bernal “nunca procurou” governo do Estado para construir casas populares*, veiculada na editoria de Política, traz citações das falas do então governador André Puccinelli, que comentava uma suposta falta de diálogo entre os poderes Executivos Estadual e Municipal. Segundo a matéria, Bernal não havia procurado Puccinelli para pedir auxílio financeiro para projetos. O local onde a entrevista foi concedida é um residencial com casas populares, e o momento era a cerimônia de sua inauguração. O prefeito não estava presente.

O texto do jornalista/veículo apresenta parágrafos construídos a partir de discursos diretos. Há uma gradação na apresentação das falas do governador destacadas entre aspas. Vejamos a seguir esses trechos:

Excerto 1 (E1) - Notícia 1 (N1)

[...]

1 “Até o momento, Bernal não me procurou para fazer nenhuma parceria em relação a construção civil. Se a prefeitura cedesse o terreno, o governo do Estado poderia fazer mais casas para a população”, **ressaltou André**.

O governador afirmou, ainda, que cooperação entre municípios e Estado foi prática
5 comum durante seu mandato, por isso, não entende o desinteresse de Bernal. “Não sei se Bernal não tem dinheiro, pessoas responsáveis pela Habitação, ou se não tem interesse em firmar parcerias com o governo estadual. Já fiz muitas com outras prefeituras do Estado, inclusive com Campo Grande, na gestão anterior”, **acrescentou**.

10 O resultado, aponta Puccinelli, recai diretamente sobre a população. “Quem sai prejudicado é quem mora em Campo Grande”, **finaliza**.

[...] (CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

Atentemo-nos para os verbos *dicendi* utilizados pelo jornalista/veículo para se referir às falas do então governador: ‘ressaltou’, ‘acrescentou’, ‘finaliza’. Esses verbos caracterizam uma tentativa de linearizar o texto, fazendo, dessa forma, com que o leitor perceba uma narrativa. Esse método corrobora o que Traquina (2012, p. 21) afirma ao dizer que o jornalista é um contador de histórias: “Pode-se dizer que os jornalistas são os modernos contadores de ‘estórias’ da sociedade contemporânea [...]” (TRAQUINA, 2012, p. 21).

Ao optar pelos verbos *dicendi* ‘ressaltou’, ‘acrescentou’ e ‘finaliza’, o jornalista/veículo induz o leitor/internauta a pensar que foi realmente nessa ordem que Puccinelli se pronunciou. Entretanto, mesmo ele informando local e instante em que as falas foram pronunciadas, isso não é suficiente para reproduzir perfeitamente aquela ocasião, pois já se configura outro momento: “Toda forma de discurso relatado constitui *uma enunciação sobre outra enunciação*; põem-se em relação dois acontecimentos enunciativos: uma enunciação **citante** e uma enunciação **citada**.” (MAINGUENEAU, 2013, p. 79, grifos do autor).

Conforme o *posicionamento* do jornalismo, o jornalista/veículo precisa escrever de modo a transmitir, segundo as normas do gênero informativo, as informações a partir daquelas que considera mais importantes. Assim sendo, a primeira citação é a que o jornalista/veículo considera mais relevante. O simples fato de escolher enfatizar esse trecho em oposição aos vários enunciados ditos por Puccinelli já engendra a trama do discurso jornalístico para um efeito de sentido contrário à neutralidade. Ao afirmar que Puccinelli ‘ressaltou’ aquelas palavras, o jornalista/veículo busca convencer o leitor/internauta de que foi Puccinelli quem

definiu que esse enunciado é o dado mais expressivo e que deve ser mais bem ouvido pela população. Esse trecho encaminha para uma conclusão inferencial de desalinhamento entre governador e prefeito, podendo ser assim enunciado: “não se fazem mais casas (em prol da população) porque Bernal não quer ceder o terreno”.

A *heterogeneidade mostrada marcada* por meio das aspas pontua uma ruptura no fio do discurso jornalístico (alienante) para apresentar o discurso político (alienado), pela voz de Puccinelli, o que permite ao jornalista/veículo eximir-se de qualquer crítica. Entretanto, a introdução de verbos *dicendi* por parte do jornalista também tem por função complementar os dizeres de Puccinelli. Vê-se, então que a neutralidade funciona como um simulacro do real, um ideal que não se concretiza sob uma análise mais abrangente, pois a gradação é formulada pelo jornalista/veículo.

Ao levarmos em consideração o plano semântico da superfície verbal (intradiscurso)⁷⁰ presente nesse texto que materializa o discurso jornalístico, é possível perceber que o jornalista/veículo busca cumprir seu papel ao se esforçar para se manter/aparentar objetivo – faz isso transpondo as falas de outro em discurso direto –, no entanto, os verbos *dicendi* selecionados acrescem sentido ao dizer alheio. Esse sentido é conferido pelo jornalista/veículo, pois Puccinelli não disse ‘eu *ênfatiso* dizendo que...’, nem ‘eu *acrescento* ao que acabei de dizer afirmando que...’ e, menos ainda, ‘eu *finalizo* dizendo que...’. Isso significa que todo o discurso direto – que é considerado o discurso alheio, o político, sendo assim, heterogêneo ao discurso jornalístico – marcado e mostrado pelas aspas é alvo de interpretação, extrapolando, assim, a finalidade pragmática de informar. Portanto, mesmo que esses significantes possam ser – e, de fato são, pelo conceito de *contrato* – repassados a outro (Puccinelli, no caso), não há como não conferir uma *responsabilidade enunciativa* (MARQUES, 2013) ao sujeito jornalista/veículo.

O discurso direto permite uma esquiva do locutor no decorrer do texto. Rabatel (2013, p. 19) afirma que o locutor é a figura linguística que indica os mecanismos dêiticos. Esse *locutor*, ao enunciar, assume-se nesse texto como *enunciador*, aquele que modaliza os diversos outros *enunciadores* convocados em seu texto, ou seja, as fontes consultadas.

Sendo assim, ao não apontar um ‘eu’ – pois o jornalista/veículo escreve na terceira pessoa (ou a ‘não pessoa’, nos termos de Benveniste) –, o jornalista/veículo camufla-se em meio a uma pseudoneutralidade e uma pseudo-objetividade.⁷¹ Mas, vemos que a camuflagem,

⁷⁰ Conforme o conceito de *semântica global* (MAINGUENEAU, 2012a).

⁷¹ Lembremos que o aparelho enunciativo formulado por Benveniste (1976) – no qual Rabatel (2013) inspira-se também – é composto por pessoas (‘eu’ e ‘tu’), espaço (‘aqui’) e tempo (‘agora’).

nesse caso, apenas conduz ao efeito de sentido de objetividade mais imediato, que leva o leitor/internauta a crer que o jornalista/veículo transmitiu fidedignamente a fala de outrem, mas não sob uma análise mais apurada: na medida em que os verbos *dicendi* “entregam” o ‘eu’ jornalista/veículo escondido. É como se tivéssemos transcrito: ‘eu [jornalista/veículo] digo que o outro [Puccinelli] *ressaltou* este enunciado’; ‘eu [jornalista/veículo] digo que o outro [Puccinelli] *acrescentou* àquele enunciado esta informação’; ‘eu [jornalista/veículo] digo que o outro [Puccinelli] *finaliza* sua fala com este enunciado’.

Ainda que ocultando sua apresentação enquanto ‘eu’, o jornalista/veículo não pode deixar de escrever sem se registrar como enunciador. Para Rabatel (2013), este pode ser responsabilizado pelos mecanismos de modalização da língua/linguagem.

No plano transversal do discurso (interdiscurso), o jornalista/veículo alienou o discurso político, pois, além de graduar as falas do actante dessa classe por meio dos verbos *dicendi* que selecionou, conferiu-lhe um ritmo de leitura que não se sabe se é idêntico ou distinto do original, e não manteve incólume o *posicionamento* de sua classe, pois essas estratégias culminam em uma não objetividade e uma não neutralidade, tendo em vista que a própria gradação criada pelos verbos *ressaltou*, *acrescentou* e *finaliza* estabelece um juízo de valor de que existiria uma causa e um efeito. É como se o jornalista/veículo fizesse um comentário intermediado, camuflado, pela fala alheia (a de Puccinelli), pois o jornalista/veículo não pode comentar por si mesmo nessa situação. Esse comentário velado pode ser interpretado como a seguir: é preciso ‘ressaltar’ que não há diálogo entre Prefeitura e Governo (causa) e que não é culpa do Governo (pois é necessário ‘acrescentar’ que havia diálogo nas gestões anteriores) e que por isso (por culpa da Prefeitura), é preciso afirmar (“finalizou”) que a população é prejudicada.

Os verbos escolhidos pelo jornalista/veículo não são neutros, sendo assim, fazem com que o discurso jornalístico aliene o discurso político. As aspas criam efeitos de sentido de neutralidade, mas os verbos *dicendi* apontam as falhas dessa condição, pois permitem inferir que Bernal é contra o diálogo, e foi o jornalista/veículo que se manifestou dessa maneira em seu texto. O jornalista joga com uma lógica simples, mas imputada a outro, e afirma que Puccinelli ‘ressaltou’ que Bernal não o procurou; Puccinelli ‘acrescentou’ que não entende por que Bernal não o procurou (diz não saber se é por não ter dinheiro, se é por não ter pessoas competentes na equipe...); Puccinelli é quem ‘finaliza’ seu discurso.

Nota-se que a própria expressão ‘finaliza’ (Linha 11, ou L 11, do Enunciado)⁷² não pode ser lida “ao pé da letra”: não há como saber se, de fato, Puccinelli não foi indagado mais sobre o assunto ou se permaneceu falando. O jornalista/veículo precisa que o leitor/internauta nele acredite. Em razão da adoção tácita de um *contrato de comunicação* (CHARAUDEAU, 2011, 2013), o leitor/internauta entende que o relato do jornalista/veículo é verídico e traduz a ordem exata do depoimento. Mas, ao volvermos o olhar sobre os verbos *dicendi*, observamos que o referido texto apresenta uma pseudoneutralidade: “Mesmo quando o DD [discurso direto] relata falas como realmente proferidas, trata-se apenas de uma *encenação* visando criar um efeito de autenticidade, de uma espécie de imitação” (MAINGUENEAU, 2013, p. 182, grifos do autor).

O próprio efeito de sentido de linearidade remontada pelo matiz dos verbos *dicendi* destaca essa encenação porque o jornalista copia o significante, mas interfere no significado. As palavras proferidas por Puccinelli até podem ser exatamente as mesmas *ipsis litteris* – como a noção de *contrato de comunicação* e as questões interpostas pelo código de ética e pelos manuais nos possibilitam afirmar (como já vimos nos tópicos “2.1” e “2.2”) –, mas essa manutenção da materialidade do discurso político não acarreta fidelidade a esse discurso por parte do jornalista/veículo, que, além de trazer um ponto de vista de Puccinelli sobre Bernal, tem uma compostura de assimilação a esse discurso: assimilando-se a ele, deixa de ser neutro.

Sendo assim, acompanhando Marques (2013) e Rabatel (2013), o jornalista/veículo, nesse enunciado, mesmo empregando o discurso direto para causar efeito de neutralidade e de objetividade (como orienta o posicionamento da instituição que envolve sua posição sócio-histórica), pode ser responsabilizado por modalizar – por modificar, conscientemente ou não – a voz do outro.

O segundo excerto (E2) a ser analisado pertence à Notícia 2 (N2), publicada na editoria Geral do site *Midiamax*, intitulada *População ironiza tentativa de Bernal de recuperar popularidade reduzindo passe* e datada de 26 de outubro de 2013, período também coincidente com o primeiro de nossos acontecimentos discursivos de referência. Dos dez parágrafos que compõem o texto, metade dele foi formulada a partir de discursos diretos, como destacado a seguir:

⁷² Os trechos diretamente analisados, para melhor consulta ao Excertos mais extensos, terão suas linhas indicadas, por exemplo, L 1, L 2, L 3, L 4. Dessa maneira, o leitor pode retornar com mais exatidão ao trecho mencionado.

Excerto 2 (E2) - Notícia 2 (N2)

- 1 “*Não dá pra comprar uma bala! Isto é uma piada*” **reagiu** com misto de indignação e humor a dona de casa Maria Valdete, de 52 anos, **quando** tomou conhecimento da redução de R\$ 0,05 (cinco centavos). O anúncio foi feito pelo prefeito de Campo Grande, Alcides Bernal, que **enfrenta** a maior crise política desde que assumiu e
- 5 tenta **reagir** com o anúncio. [...]
Neiva Gotz, 52 anos, farmacêutica, disse que o prefeito quer fazer média com a população. “*Não sei se ele é culpado ou inocente nisso tudo que estão dizendo por aí, mas ele quer é fazer uma média com essa redução, que não significa nada. Ele deveria focar em outra coisa que realmente tivesse algum significado*”, **desabafou**.
- 10 Suzana Vilhalba, 24 anos, moradora no Serradinho soltou uma sonora gargalhada **quando** tomou conhecimento da redução anunciada pelo prefeito. “*Não acredito nisso. É uma grande piada esse desconto. Que diferença isto vai fazer?*” **indagou**, sem conter o riso.
- 15 Já o vendedor Renan William Garcia, 23 anos, **acredita** que o prefeito quer fazer política com este anúncio. “*É muito fraco este desconto. Não dá pra nada. Ele está fazendo um joguinho político*”, **desabafou**.
[...]
Para deixar o preço do passe de ônibus em R\$ 2,70, contribuintes é que vão pagar a conta. O prefeito Alcides Bernal (PP) **não bateu de frente com** o Consórcio
- 20 **Guacurus**, e abriu mão do ISS (Imposto Sobre Serviço) cobrado das **empresas que lucram com o transporte coletivo** na capital sul-mato-grossense.
- Na prática, a redução de R\$ 0,05 vai livrar os donos das empresas de uma carga tributária que, segundo Bernal, representou R\$ 8 milhões somente entre outubro de 2012 e setembro de 2013. Mesmo assim, o prefeito **garantiu** na frente das câmeras e
- 25 repórteres que solicitou ‘sacrifício dos empresários para a mudança’.
A redução, que custará 3% do ISSQN do município, segundo o prefeito declarou, será ‘compensada’ com arrocho fiscal. “*Temos outras maneiras de garantir esses oito milhões, como a Dívida Ativa e multas a grandes credores*”, **admitiu** Bernal. (MIDIAMAX, grifos nossos)

Mesmo iniciando seu texto com uma fala direta, já na primeira frase, o jornalista/veículo não deixa de, logo em seguida, demonstrar a possibilidade de um efeito de sentido contrário à neutralidade. Note-se que ele opta pelo verbo *dicendi* “reagiu” e não somente “disse”. A escolha se faz para promover a ideia de uma celeuma entre a sociedade e a gestão pública municipal, personificada em Bernal. Esse conflito fica acessível quando verificamos um paralelo entre aquele verbo “reagiu” vinculado à fonte do jornalista/veículo – uma dona de casa, membro da população campo-grandense – e o “enfrenta” (L 4) ligado a Bernal. Se um ‘enfrenta’ e o outro ‘reage’, há a encenação de um conflito.

A definição por “reagiu” vai ainda além de mostrar esse embate, ela aponta que é Bernal quem o inicia, pois a fonte citada no começo da matéria ‘reage’ ao que Bernal propôs. Dessa forma, o jornalista/veículo elabora uma lógica simples de ação e reação: Bernal propôs o ‘enfrentamento’ e a população ‘reagiu’ a ele.

O jornalista/veículo utiliza no final do primeiro parágrafo, o mesmo verbo ‘reagir’ (L 5), mas, dessa vez, vinculando-o a Bernal. Se Bernal ‘reage’ à crise política ‘enfrentando’ a população, que, por sua vez, ‘reage’ a Bernal, há aí uma configuração de um ciclo.

A circularidade conflituosa presente no parágrafo (e que, por extensão, se reafirma na matéria como um todo) é determinada pelo jornalista/veículo e não pela fonte ouvida ou por Bernal. São as estratégias linguístico-discursivas de gestão dos verbos *dicendi* que promovem essa noção.

É possível interpretar que a ‘reação’ da fonte é ao mesmo tempo com relação a Bernal e com relação ao próprio jornalista que, ao atuar como entrevistador teria indagado a fonte. Da forma como o parágrafo está construído, a fonte só ‘tomou conhecimento’ do aumento proposto por Bernal por meio do jornalista numa possível pergunta do tipo: “A senhora pensa o quê sobre o aumento do passe de ônibus?”. A partir do momento em que o jornalista/veículo escreve “quando tomou conhecimento” (L 2), esse “quando” aparenta invocar aquele momento exato da enunciação, ou seja, a fonte não sabia, foi pega de surpresa. O mesmo pode ser argumentado sobre o “quando” presente na apresentação da terceira fonte citada (L 11). Note que é possível apontar que a “moradora” só tomou conhecimento ao ser informada pelo jornalista.

Essa interpretação, no entanto, não é clara para o leitor/internauta justamente porque a enunciação foi usurpada de sua situação original; quer dizer, o discurso relatado foi alienado pelo jornalista/veículo, que jogou com os sentidos que dele adveio.

No entanto, o discurso relatado na forma direta impede que ao jornalista/veículo seja atribuída a responsabilidade pelo efeito de sentido de embate entre população e Bernal. É nessa estratégia que o jornalista/veículo aposta para garantir o efeito de sentido de neutralidade em seu discurso, como ordena o *posicionamento* do jornalismo no que tange ao gênero informativo.

Outro verbo *dicendi* que emite uma opinião velada do jornalista/veículo é “desabafou”, empregado duas vezes na matéria. Uma análise mais detida sobre a escolha desse termo permite-nos afirmar que o jornalista/veículo entende que a população está angustiada e, ao apontar que o desconto apresentado seria irrisório e demonstraria um “joginho político” (L 16) do prefeito, expressaria um ‘desabafo’ por parte dessa população descontente.

O termo “desabafou”, empregado duas vezes (L 9 e L 16), constrói uma imagem (caráter) de um gestor que asfixia a população. É como se, ao apresentar as fontes usufruindo desse verbo *dicendi*, o jornalista/veículo também dissesse: a gestão municipal (que ele personifica em Bernal) permite que a população seja sufocada com uma tarifa de ônibus cara que não será aliviada com um desconto que, de acordo com a trama da matéria, é risível.

A matéria tende, então, para a argumentação de que um desconto mínimo não colabora com o dia a dia do usuário porque, no montante total de despesas de todas as passagens que precisa comprar, o cidadão não economizaria tanto. Como não pode explicitar essa opinião, o jornalista/veículo convoca vozes alheias que corroboram essa ideia, mesmo que em tom não afirmativo, mas interrogativo, como em “Que diferença isto vai fazer?” (L 12).

O jornalista/veículo aponta que é uma fonte quem “indagou” (L 13) o prefeito. É fundamental observar que o jornalista/veículo não responde, pois ele mesmo poderia responder, fazendo contas como tantas passagens no mês, com um desconto de cinco centavos cada, daria um desconto final de tantos reais... E o jornalista/veículo não ouve ninguém, que poderia ser uma fonte ligada à Prefeitura, que responda. É como se deixasse no ar a seguinte afirmação: não há resposta para essa pergunta.

Essa pergunta sem resposta abre espaço para o jornalista/veículo aumentar a noção de uma cena de guerra sugerida desde o início da matéria.

O conflito tem seu auge no último parágrafo, com a representação da fala de Bernal. O jornalista/veículo informa que Bernal “admitiu” (L 28) que há “outras maneiras de garantir” (L 27) o retorno financeiro perdido com a dispensa dos impostos devidos pelas empresas (o que, segundo a matéria, é o que o prefeito teria afirmado que avalizaria a queda do valor da tarifa). Quem ‘admite’ aceita um fato como definitivo. No caso, para o jornalista/veículo, Bernal consentiria sua derrota nesse embate.

E a derrota seria ainda maior porque Bernal preferiu ficar do lado das “empresas que lucram com o transporte coletivo” do que ao lado da população – da dona de casa, da enfermeira, da moradora de um bairro da periferia, do vendedor (que transmitem a imagem do que seriam os representantes do povo campo-grandense). O jornalista/veículo poderia optar por outra forma de nomear a empresa, a concessionária do serviço de transporte coletivo, e essa escolha acirra a noção de conflito. Quando afirma que Bernal “não bateu de frente com [as] empresas que lucram com o transporte coletivo” (L 19), é como se o jornalista/veículo articulasse: Bernal ficou contra a população e a favor das empresas.

O jornalista/veículo ainda atribui uma contradição a Bernal: mesmo ‘admitindo’ que ficou ao lado das empresas, ele garantiu que as empresas fariam sacrifícios. Situação que, pela forma como o texto se constitui, aparece como não efetivada. O jornalista/veículo faz essa contradição, atribuída a Bernal, respingar e ganhar alento nas opiniões das fontes, como quando o jornalista/veículo diz que uma delas afirma que “acredita” (L 14) que o prefeito quer fazer política com a redução. O verbo acreditar remete a uma ‘fé’, mas, essa fé não se sustenta em prol do prefeito, mas exatamente contrária a ele; seria uma crença no aspecto de

dissimulação do desconto dado por Bernal. Seria uma dissimulação porque, como pontua o jornalista/veículo, “os contribuintes é que vão pagar a conta”, pois há redução também no imposto devido pelas empresas, ou seja, o usuário deixa de pagar a mais pela tarifa, mas não terá o retorno de outros serviços porque a arrecadação da Prefeitura será menor. Essa é a opinião do jornalista/veículo que, não podendo defendê-la categoricamente, defende-a por intermédio de discursos outros (de vozes alheias) das fontes entrevistadas. É assim que o jornalista/veículo exime-se das possíveis críticas de uma suposta tendenciosidade.

Neste ponto, após o início das análises, recordemos as duas questões que orientaram a pesquisa: a) como os textos jornalísticos ditos informativos causam efeitos de sentido de neutralidade e de imparcialidade?; b) como o jornalista/imprensa, utilizando técnicas de escrita próprias da profissão, produz um texto em que se esquivava de uma responsabilidade por aquilo que escreve? E lembremo-nos de nossos objetivos: analisar e compreender o *discurso jornalístico* para tentar responder a essas indagações e apontar percepções, imagens e relações simbólicas que estão imersas sob a dita transparência jornalística; demonstrar como os textos apresentam indicações explícitas e implícitas que não condizem com o ideal jornalístico de aspiração pela verdade objetiva.

No que concerne ao discurso relatado (alienado) na forma direta, o jornalista afiança a voz alheia, mas a interpreta por meio dos verbos *dicendi* selecionados, orientando o leitor/internauta na construção do sentido, por exemplo, exagerando ou atenuando o teor das falas. O *posicionamento* defendido pela instituição jornalística, entretanto, compele o jornalista/veículo a mostrar-se objetivo: e ele consegue essa ilusão de objetividade pela conservação exata dos significantes (da materialidade) do discurso político.

Por se apresentar como gestor de diversas vozes, o jornalista/veículo deveria – conforme o *posicionamento* defendido em meio a sua classe – apresentar-se neutro e imparcial. Mas, a neutralidade é deixada de lado no momento em que promove escolhas de verbos *dicendi* que modalizam as falas do outro.

Portanto, as respostas, segundo a análise do discurso relatado em sua modalidade direta, podem ser as seguintes: a) o discurso relatado impõe ao leitor/internauta (coenunciador) uma postura de crença por meio do *contrato* estabelecido com o enunciador, que é o *fiador* da fala relatada. Ou seja, quando traz os significantes *ipsis litteris*, isto é, a fala original da fonte, o enunciador (jornalista/veículo) confere efeito de sentido de verdade sobre aquele relato; b) o discurso direto, em conjunto com a escrita em terceira pessoa, promove uma ficcionalidade de apagamento do ‘eu’ enunciativo jornalista/veículo – não é o jornalista/veículo que afirma, enaltece etc., mas a fonte.

Com base nesses apontamentos iniciais, podemos observar que os ideais de objetividade e de neutralidade são simulacros do real, efeitos de sentido. Não existe também imparcialidade de fato, a não ser como *efeito* de sentido, pois, por mais que o jornalista/veículo cite uma fala controversa em meio àquelas que coadunam com seu *ponto de vista*, não há uma equivalência simétrica entre as falas – nem quantitativamente, nem no modo de apresentação feita pelos verbos *dicendi* (em que a fala de X pode ser apresentada com um verbo mais próximo do neutro, ‘disse’, e uma fala de Y com um verbo mais distante, ‘enalteceu’) – de acordo com a estratégia linguístico-discursiva proposta pelo jornalista/veículo.

3.1.2 Discurso indireto: a modalização em discurso segundo e a tentativa de interpretar o outro

Se, no mecanismo do discurso direto, o enunciador faz o coenunciador crer que relata *ipsis litteris* a citação original da fonte consultada, no discurso indireto, o discurso citante (alienante) apropria-se inteiramente da voz alheia, incorporando-a, no procedimento dito de reformulação discursiva: “[...] o DI [discurso indireto], como uma operação de *reformulação*, isto é, de produção de um enunciado como tendo o mesmo sentido que a [mensagem] do ato relatado.” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 150).

Essa forma de relatar o discurso outro obriga o jornalista a tomar um maior cuidado para não incorrer em uma *interincompreensão*, porque não reproduz em seu texto a fala original da fonte, não podendo, assim, recorrer a mecanismos como aspas ou travessões, frequentes no discurso direto. Mesmo assim, o discurso indireto aponta para uma estratégia linguístico-discursiva de *heterogeneidade mostrada marcada*, porque o enunciador utiliza mecanismos que remetem ao outro, como a *modalização em discurso segundo* (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 135-136).

A próxima análise é sobre trechos (E3) da Notícia 3 (N3), *Após cidade ficar parada, vereadores pedem renascimento com Gilmar*, que faz parte do terceiro acontecimento discursivo do *corpus*: *c) a ascensão de Olarte a prefeito*. A publicação é do *Campo Grande News* e data de 13 de março de 2014 (primeiro dia de Olarte como prefeito após a cassação de Bernal) e foi veiculada sob a editoria de Política.

Vejamos o enunciado a ser analisado:

Excerto 3 (E3) - Notícia 3 (N3)

- 1 [...] **Segundo** o vereador Edil Albuquerque (PMDB), uma fábrica de tabletes aguarda, desde janeiro do ano passado, a assinatura do prefeito, para tirar do papel um projeto que prevê investimentos de R\$ 150 milhões a R\$ 180 milhões. [...]
- 5 [...] Nas Moreninhas, **segundo** o vereador Coringa (PSD), a má vontade de Bernal comprometeu a ativação de novas indústrias no pólo industrial da região. Ele disse que só o shopping na região, que também emperrou na gestão anterior, poderia gerar 700 empregos diretos.
- 10 Bernal também deixou a desejar na área de saúde, **segundo** o vereador Jamal Salem (PR). Ele disse que o gestor cassado abriu 138 sindicâncias contra os médicos e não tomou nenhuma medida para implementar as promessas de campanha, como melhorar o atendimento nas unidades básicas de saúde. No ano passado, a Secretaria Municipal de Saúde deixou de investir R\$ 42 milhões, *apesar de* contar com o dinheiro em caixa. *Apesar do* secretário municipal de Saúde, Ivandro Fonseca, *ter alegado* que estava guardando dinheiro enquanto **o sistema de emergência estava um caos**, o município **corre risco de perder recursos federais**.
- 15 [...] (CAMPO GRANDE NEWS, grifos nossos).

Baseando-nos no conceito de *ponto de vista* (RABATEL, 2013), podemos afirmar que, ao apresentar vozes diversas em seu próprio discurso, o enunciador deve administrar os pontos de vista, considerando que todo enunciado emana de um enunciador sócio-historicamente situado. Logo, nenhuma fala é neutra, mas orientada socialmente. Ao agir assim, entretanto, o jornalista não consegue fugir de aderir, ainda que implicitamente, a um desses pontos de vista.

No Excerto 3, o *ponto de vista* do jornalista/veículo é o seguinte: “o sistema de emergência estava um caos [durante a gestão anterior, de Bernal]”. Mas, como o *posicionamento* de seu campo ideológico e discursivo não lhe permite fazer tal afirmação, segundo as normas do gênero informativo, ele se vê obrigado a convocar vozes alheias, números, estatísticas ou documentos que abonem esse ponto de vista, conferindo a seu discurso um ar de imparcialidade e de neutralidade. Nesse enunciado, o jornalista/veículo apresenta números que indicam uma redução de recursos financeiros e falas de autoridades que avalizam o *ponto de vista* sobre o caos instalado no setor de saúde.

Os três vereadores citados são convocados para desqualificar o ex-secretário de Saúde do Município. Dessa forma, reforçam o *ponto de vista* do jornalista/veículo, que poderia ser assim enunciado: “a gestão de Bernal era caótica e, devido a irregularidades da gestão anterior, o governo federal pode não repassar verbas para o setor de saúde em Campo Grande”.

Outras vozes são necessárias para confirmar, no lugar do jornalista/veículo, que “apesar de” (L 15) contar com o dinheiro em caixa e “apesar do [de o]” (L 15) o secretário ter

alegado que estaria guardando o dinheiro, a cidade corre o risco de ficar sem verba para custear os gastos com a Saúde.

Para afirmar seu *ponto de vista* de forma categórica, o jornalista/veículo se vale de uma das estratégias mais bem-sucedidas para garantir o efeito de sentido de objetividade: os números (valores, estatísticas, datas, etc.). No enunciado analisado, a quantia de R\$ 42 milhões (L 14) chama a atenção do leitor/internauta (coenunciador) por ser alta. Como essa quantia está vinculada à noção de caos, o coenunciador é convocado a aderir ao *ponto de vista* do jornalista/veículo. É como se o jornalista/veículo afirmasse: “Você leitor/internauta, preste atenção, pois a gestão anterior tinha R\$ 42 milhões para custear os gastos com a Saúde e, mesmo assim, deixou o setor desprovido de recursos, transformando os atendimentos num caos”. No entanto, os números por si só não são suficientes para causar efeitos de sentido; estes advêm do tratamento que o enunciador lhes confere, ou seja, de sua interpretação.

A *modalização em discurso segundo* torna-se, então, uma estratégia linguístico-discursiva bastante eficaz nessa situação. Ela atribui ao ‘eu’ enunciador uma autoridade que ela não possui, seja pelo dever de aparentar-se neutro, seja pela necessidade de (com)provar aquilo que afirma. A esse respeito, Authier-Revuz diz que um *discurso segundo* é uma afirmação “[...] modalizada [...] por remeter a um outro discurso, ou seja, caracteriza ela mesma como ‘segunda’, dependente desse outro discurso. [...]” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 135). Sendo assim, para se manter/aparentar neutro e imparcial, o discurso jornalístico depende das fontes que consulta e cita, nesse caso, por meio do discurso indireto, sobretudo, em sua forma de *modalização em discurso segundo*.

A modalização – ou seja, a determinação linguística e discursiva de maior ou menor empatia do enunciador para com os *pontos de vista* presentes em seu discurso – em E3 se dá, então, por meio do *discurso segundo*, porque a própria afirmação do jornalista/veículo precisa mostrar-se secundária. Isso explica por que o jornalista/veículo não inicia o texto com ela, que só aparece entre a metade e o final da notícia. É como se a ordem fosse invertida: em primeiro lugar, pronunciam-se as autoridades, que mostram falhas na gestão anterior e os números que enfatizam essas falhas; em segundo, o ‘eu’, jornalista/veículo (enunciador), mostra ao ‘tu’, leitor/internauta (coenunciador) que havia um caos.

A análise seguinte diz respeito à cobertura jornalística do quarto acontecimento discursivo: *d) a inclusão do nome de Olarte em crimes que o levaram à perda de mandato e à prisão e o retorno, por ordem judicial, de Bernal à chefia do Poder Executivo Municipal*. O Excerto 4 (E4) é retirado da Notícia 4 (N4), publicada no *site Campo Grande News*, em 5 de

setembro de 2015, na editoria Capital, sob o título *Para ex-secretário, Bernal só equilibra contas com medidas impopulares*.

Vamos analisar o título e os dois primeiros parágrafos:

Excerto 4 (E4) – Notícia 4 (N4)

1 Para ex-secretário, Bernal só equilibra contas com medidas impopulares

O prefeito Alcides Bernal **terá** que adotar medidas **impopulares**, como o enxugamento da folha de pagamento e **aplicar** um aumento real do IPTU para 2016, bem acima da inflação que deve ficar em torno de 7%, para conseguir reequilibrar as 5 contas da Prefeitura que hoje tem um déficit financeiro mensal de R\$ 30 milhões: R\$ 110 milhões de receita líquida, enquanto as despesas fixas (incluindo gastos com pessoal, duodécimo da Câmara) somam R\$ 140,5 milhões. Só a folha de pagamento soma R\$ 96 milhões, sendo R\$ 6 milhões só a dos comissionados e dos efetivos com cargos de chefia.

10 **Se quiser pagar** o 13º em dia, o prefeito **terá** de reeditar a experiência deste ano, quando a cobrança do IPTU foi antecipada para janeiro, com desconto de 20%. **A avaliação é do ex-secretário** Municipal de Planejamento, Finanças e Controle, **André Luiz Scaff**, que diz que este déficit é estrutural, tendo surgido porque nos últimos três anos as receitas aumentaram 14%, enquanto as despesas cresceram 15 40%. (CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

O jornalista/veículo elabora todo o primeiro parágrafo e o início do segundo com índices e indicações financeiras que remontam a um *ponto de vista*: medidas “impopulares” (L 2) ‘terão’ de ser ‘adotadas’ pelo novamente prefeito Bernal. Sendo assim, o jornalista/veículo sentencia o novo governo: outra vez, Bernal terá uma gestão impopular.

Todavia, o jornalista/veículo não pode fazer tal afirmação de forma deliberada, portanto, precisa de informações repassadas por outros profissionais, especialistas, políticos etc., que sustentem esse *ponto de vista*, do contrário, infringirá o *posicionamento* de neutralidade e de imparcialidade, e deixará brechas para ser criticado por interpretar os índices que trouxe de maneira equivocada.

Para garantir o efeito de sentido de neutralidade, o jornalista/veículo convoca vozes alheias, nesse caso, a voz remetida ao ex-secretário da gestão de Olarte, ou seja, contrário a Bernal. A escolha por essa fonte partiu do jornalista/veículo que não traz a voz do contraditório (pró-Bernal),⁷³ o que fere o ideal de imparcialidade.

Embora o título indique – por meio da indicação “Para” (L 1) – que as informações são do ex-secretário, o início do texto não deixa isso claro. A veemência com que são mostrados valores em reais e porcentagens e os verbos *dicendi* usados para tentar interpretá-los indicam uma ‘receita’ que deve ser seguida por Bernal. Essa receita não pode ser modificada, pois existem afirmações contundentes que praticamente prescrevem o que deveria

⁷³ Nos “Anexos” consta o texto completo, no qual o leitor pode confirmar que não há fala de Bernal ou de representantes seus. Aqui, trouxemos esses trechos, pois são eles que nos interessam quanto ao discurso indireto, elemento linguístico-discursivo a ser analisado neste tópico.

ser feito pelo prefeito: “terá” (L 1) que “aplicar” (L 2); “Se quiser pagar o 13º [...] terá” (L 10) que. Até aqui, é o jornalista/veículo quem dá as diretrizes para a gestão de Bernal, mas, não sendo especialista em questões econômicas, precisa convocar uma fala autorizada. Então, somente depois de impactar o leitor/internauta (coenunciador), o jornalista/veículo menciona a fonte responsável: o ex-secretário Scaff. A partir de então, o texto passa a estar ligado ao título.

Dessa forma, é disfarçada uma defesa por um *ponto de vista*: o jornalista compactua com o *ponto de vista* defendido pelo ex-secretário, portanto, crê que Bernal deva ser impopular.

No entanto, não há como recriminar o jornalista/veículo, pois ele está amparado por manuais e livros de jornalismo que o protegem de quaisquer críticas, e também porque ele precisa criar um *lead* forte, que chame a atenção do leitor. É o que ocorre no enunciado analisado, porque os índices alarmam uma preocupação de que algo pode estar bastante frágil na economia do município. O primeiro parágrafo, sem fonte alguma citada, é uma *modalização em discurso segundo* que o jornalista fez ao interpretar o que o ex-secretário disse, ou seja, o *discurso primeiro* (do outro, do ex-secretário) é exacerbado pela *modalização em discurso segundo* (pois é secundário, é uma interpretação, do discurso anterior – do ex-secretário) que o jornalista/veículo utilizou.

O jornalista sabe⁷⁴ muito bem a função do início do texto: “[...] O **lide** deve ser forte [...] para sacudir o leitor ou ouvinte, seja pelo choque, pela lágrima, pelo riso ou pela indignação” (BAHIA, 2010, p. 228-229). Por meio dessa máxima jornalística, o jornalista/veículo exime-se da crítica de apoio ao *ponto de vista* do ex-secretário.

Por meio do discurso indireto, o jornalista/veículo possui uma margem maior para interpretar a voz alheia. Dessa forma, não deixa de alienar o discurso do outro porque o retira de sua instância inicial de enunciação.

Esse mecanismo linguístico-discursivo permite que o jornalista/veículo consiga articular melhor suas estratégias discursivas em prol ou em detrimento de determinado *ponto de vista*, como mostram as análises.

Todavia, em nenhum dos casos o jornalista/veículo pode ser criticado/acusado de ferir, mesmo inconscientemente, ou de maneira deliberada, os *posicionamentos* de sua profissão/instituição, porque ele emprega técnicas que o eximem de possíveis críticas – como

⁷⁴ Saber que é calcado no *posicionamento* de sua instituição (o jornalismo).

a *modalização em discurso segundo* –, os *pontos de vistas* estão devidamente indicados por fontes, e não pelo jornalista/veículo.

Os efeitos de sentido de neutralidade e de imparcialidade por intermédio do discurso indireto vêm defendidos por *modalizações em discurso segundo*, em que as próprias palavras do jornalista são secundárias, pois se mostram/aparentam exclusivamente repetições de opiniões alheias.

Ao agir assim, o jornalista/veículo, utilizando técnicas de escrita próprias da profissão, produz um texto que o afasta da responsabilidade enunciativa daquilo que escreve. Essa é a imagem que ele transmite ao leitor/internauta (coenunciador).

Não tendo mais a condição conferida pelo discurso direto de escrever *ipsis litteris* a fala do outro, o jornalista precisa apelar para que o leitor/internauta (coenunciador) aceite que suas palavras são secundárias, possuindo uma fonte primária, ou seja, são baseadas ‘segundo’ (*modalização em discurso segundo*) uma autoridade competente no assunto levantado, que se responsabilizaria, então, tanto pelo dizer do jornalista, quanto pelo *ponto de vista* apresentado no texto (materialização do discurso). Mas, as análises apontam que essa *responsabilidade enunciativa* pode – como é nossa hipótese – ser imputada ao jornalista/veículo, pois, ele tem condições de enfatizar ou abrandar determinada fala, e também porque o discurso indireto é uma interpretação:

De fato, o DI [discurso indireto] opera uma reformulação-tradução de m [mensagem] [...] em todo o sistema de nomeação do real, enquanto percorrido por divergências de análise, de apreciação, de avaliação e por variedades de língua – diacrônica, regional, social etc. –, o que é característico de um dado ato de enunciação [...] (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 155)

Sendo assim, nos enunciados que vimos neste tópico, foi, em última instância, o jornalista/veículo quem reformulou-traduziu, quem analisou, quem apreciou e quem avaliou o discurso outro.

3.1.3 A *ilhota textual*

O jornalista/veículo de comunicação possui outra ferramenta linguístico-discursiva para (re)produzir efeitos de sentido de neutralidade e de objetividade por meio do discurso relatado. Usando as aspas ou uma entonação diferenciada, no caso da oralidade, o profissional da área sinaliza em seu texto palavras e expressões que não pertencem a seu discurso, ou seja, uma fala não assumida. Mas diferentemente do modo como essa ferramenta é utilizada no

discurso direto, com essa estratégia, ele pode transcrever uma expressão ou uma palavra e entremeá-la com seu próprio discurso. Tratamos do que Authier-Revuz (2004) batiza de *ilhota textual*. A palavra/expressão do outro fica envolvida pelas palavras/expressões do um: por isso, conforme a analogia, o discurso do outro é uma *ilhota* em meio ao oceano de palavras do discurso do enunciador.

Essa indicação explícita do discurso do outro – portanto, uma *heterogeneidade mostrada marcada* – indica que o jornalista/veículo quer deixar claro que aquele trecho não lhe pertence ou não pertence ao discurso de sua instituição (o jornalismo).

De modo geral, colocar entre aspas uma palavra permite, mesmo que se faça uso da palavra em um discurso, mostrá-la, ao mesmo tempo, como um objeto que, tido à distância, é designado como impróprio de certa maneira ao discurso em que figura: familiar, estrangeiro, contestado etc.; as palavras entre aspas são marcadas como pertencentes a um discurso outro; por isso, o contorno que elas traçam no discurso é revelador daquilo que o discurso tem a demarcar como “outro” em relação àquilo em que ele se constitui. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 118)

Entretanto, como veremos a seguir, a estratégia de *ilhota textual* não exime o jornalista da responsabilidade enunciativa.

A próxima análise é sobre o título e parágrafos (E5) da Notícia 5 (N5), intitulada *Teimoso, Alcides Bernal demorou a ceder e usou pouco a “caneta”*,⁷⁵ publicada na editoria Política do *Campo Grande News*, em 25 de dezembro de 2013, portanto, durante a cobertura do primeiro dos nossos quatro acontecimentos discursivos: a) a *iminência da cassação do mandato de Bernal*.

Vejamos:

Excerto 5 (E5) – Notícia 5 (N5)

- 1 *Teimoso, Alcides Bernal demorou a ceder e usou pouco a “caneta”*
Alcides Bernal (PP) corre o risco de ser o primeiro prefeito cassado pela Câmara na história de Campo Grande. Em razão de sua teimosia, Bernal tentou governar sozinho, com minoria na Câmara e sem articulação política, por 10 meses. Só no dia
 - 5 5 de novembro, após muita insistência do PT, Bernal resolveu nomear um articulador político, Pedro Chaves (PSC), para a Secretaria Municipal de Governo, que iniciou a lenta montagem de um “**governo de coalizão**”.
- Sem experiência política anterior e enfrentando a resistência de Bernal, Pedro

⁷⁵ Sobre o adjetivo que abre o enunciado, trataremos a esse respeito na análise do *Ethos*. E sobre a palavra “caneta” no título, consideremos que, em alguns casos, o uso de aspas não é necessariamente uma *ilhota textual*. Nesse caso, por exemplo, a tentativa é de tornar o texto mais coloquial, assim, aproximando-se do leitor/internauta. Dessa forma, não se trata de um discurso indireto com uma *ilhota textual*, nos termos de Authier-Revuz (1998), pois não remete a uma enunciação da fonte ouvida pelo jornalista. Mas, a saber, usar pouco a “caneta” remete ao fato de que Bernal fez “poucas nomeações”. Ou seja, o jornalista/veículo usou uma palavra que, coloquialmente, no jargão político, refere-se a indicações de pessoal de confiança da gestão, mas não se trata de uma afirmação que fora dita pelos políticos no evento coberto pelo jornalista e que é narrado nessa notícia específica.

Chaves teve dificuldade de implementar *o projeto de reforma política*. Buscou inicialmente apoio de partidos para a formação de um “**Conselho Político**”, que seria composto por sete membros e teria poder deliberativo. (CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

O jornalista/veículo, mesmo seguindo as restrições do gênero informativo – aquele que, pelo *posicionamento* do jornalismo, deveria ser objetivo, isento de opiniões próprias e livre de parcialidades –, está longe de ser neutro, mas usa artifícios que causam esse efeito de sentido. As aspas, nesse caso, cumprem o papel de garantir a neutralidade, pois o jornalista cita palavras/expressões que não são suas, e indica isso de forma explícita. Trata-se, portanto, de uma manifestação de *heterogeneidade mostrada marcada*, que mantém forte vínculo com a interdiscursividade.

Sobre o *ponto de vista* com o qual o jornalista/veículo parece coadunar – Bernal é teimoso porque não cede espaço para aliança em seu governo –, podemos dizer que ele se sustenta pela expressão “governo de coalizão” (Linha 7), que, nota-se de passagem, não é mencionada por nenhuma fonte. Transformar essa expressão numa ilhota textual é talvez uma tentativa do jornalista/veículo de garantir que o leitor entenda tal acontecimento político: *o projeto de reforma política* (L 9) – essas sim, palavras do jornalista/veículo. Portanto, com receio de que o leitor/internauta não compreenda o que seja essa reforma, o jornalista/veículo opta por uma expressão – “governo de coalizão” – que seria mais próxima de seu vocabulário e que fora dita em momento anterior pelos políticos ouvidos.

Todavia, o jornalista/veículo corre outro risco: aquela expressão pode ser entendida somente pelo público que acompanha as notícias sobre política. Para ampliar a repercussão daquilo que pretende transmitir, o jornalista/veículo traz outra vez um termo sob aspas, “Conselho Político” (L 10), que também fora dito em momento anterior pelos políticos.

Há uma aparência de que o jornalista/veículo, finalmente, contenta-se com esse termo; ele parece ser o que atingirá o maior número de pessoas. Agindo assim, o jornalista/veículo segue preceitos do *posicionamento* jornalístico: “Procure apenas utilizar termos que se incluam no universo do leitor ou não lhe causem estranheza” (MARTINS, 1997, p. 270).

O termo refere-se à fala de Pedro Chaves ou outro político que tenha mencionado em momento diverso. Mas o que é inovador é que essa relação não é imediata, não é dada a ver, mas inferida pelo leitor. É mais uma forma de o jornalista/veículo defender-se por algo que não disse, ou seja, de não assumir a responsabilidade pelo *ponto de vista*.

A análise a seguir é a respeito do Excerto 6 (E6) extraído da Notícia 6 (N6) – *Em um mês, Gilmar passa “baton na Morena” e faz governo de coalizão* – veiculada na editoria de

Política do *Campo Grande News*, em 19 de abril de 2014, portanto, fazendo parte do terceiro acontecimento discursivo: *c) a ascensão de Olarte a prefeito*.

Excerto 6 (E6) – Notícia 6 (N6)

Em um mês, Gilmar passa “baton na Morena” e faz governo de coalizão [sic.]

Com um programa de limpeza de terrenos e ruas e pintura de meio-fio, Gilmar Olarte quis dar um primeiro impacto de mudança na administração, fazendo o que o vereador Chiquinho Telles (PSD) chamou de “**passar baton na morena**”. [sic.] (CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

Em E6, é possível identificar com maior precisão por que a *ilhota textual* é “uma ‘forma híbrida’ ou ‘mista’ de DR [discurso relatado] associando DI [discurso indireto] e DD [discurso direto]” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 194, grifos da autora).

O jornalista/veículo incorpora em seu discurso aquilo que era enunciado por uma fonte. A expressão “baton [sic] na Morena” é dita, literalmente, pela fonte mencionada pelo jornalista/veículo, ao contrário do que vimos na análise anterior.

Para que o leitor/internauta compreenda tal afirmação, necessita, entretanto, mobilizar uma *memória (inter)discursiva*,⁷⁶ que atualizaria que Morena refere-se à cidade de Campo Grande,⁷⁷ e que, no senso comum, uma mulher bonita é uma mulher bem maquiada.

Portanto, o jornalista/veículo de comunicação exime-se de trazer à tona uma analogia imprópria para o discurso jornalístico. Se não estivesse aspeado, esse comentário, para muitos, poderia soar chulo/engraçado/inoportuno/machista etc. Assim, o profissional obedece aos ditados de sua profissão: “Todo cuidado é pouco para que o jornal evite passar ao leitor, como suas, opiniões ou conceitos expressos por outras pessoas” (MARTINS, 1997, p. 105).

É uma manifestação de *heterogeneidade mostrada marcada*. O jornalista/veículo tenta negociar a alteridade em seu texto. Lembremos que o fator econômico faz parte das condições de produção que envolvem o discurso jornalístico. O profissional sabe que precisa que leiam seu texto porque o webjornal precisa de acessos. Sabendo disso, vê em um enunciado fora do padrão: passaram batom na Morena aparenta um título com potencialidade de ser um ótimo chamariz de leitores. Mas, o jornalista/veículo não pode assumi-lo, pois ele não pertence a seu discurso. Dessa forma, lança mão de uma estratégia linguístico-discursiva que legitime essa fala. O jornalista/veículo, então, circunda a voz alheia dita pelo discurso político, tornando-a

⁷⁶ Lembremos que um acontecimento discursivo é, na definição de Pêcheux (2008, p. 17), o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Essa *memória* remeteria aos *saberes* que cada *sujeito* possui de acordo com a sua *posição sócio-histórica*.

⁷⁷ O apelido – segundo a tradição mais aceita – é devido à coloração avermelhada de suas terras. O município está sobre região de terra roxa, tipo de solo avermelhado bastante fértil que, no Brasil, se estende do Rio Grande do Sul ao Mato Grosso do Sul.

uma “ilha” em meio ao discurso citante (alienante). Ao agir assim, mantém uma ilusão de fronteira entre os dois discursos, e se exime de assumir um enunciado inapropriado segundo o posicionamento do jornalismo.

Passadas essas novas análises, vimos que, ao utilizar o recurso linguístico das aspas para remeter uma palavra/expressão a um discurso alheio – advindo ou da fonte ouvida ou da memória coletiva –, o jornalista/veículo imputa a outro a responsabilidade por aquele termo ou sequência de termos. E, quando faz isso, apresenta, talvez, a maior demonstração daquilo que chamo de *discurso alienado*, pois, em determinados momentos, a incisão e intromissão no discurso do outro é tão grande que não há como remeter o efeito de sentido a uma enunciação original, mas a uma interpretação do enunciator (como na oitava análise, principalmente).

Mesmo com tamanha interferência, possíveis de serem identificadas pelo analista, o jornalista triunfa em suas estratégias de não assunção da *responsabilidade enunciativa*, porque usa as aspas para mostrar e marcar a heterogeneidade presente em seu discurso.

3.2 IMPLÍCITOS QUE (RE)PRODUZEM SENTIDO: PRESSUPOSTO E SUBENTENDIDO

Vimos que o discurso relatado – identificado no jornalismo por meio das citações (discurso direto), da *modalização em discurso segundo* (discurso indireto) e da *ilhota textual* – é uma estratégia fundamental para o árduo trabalho do profissional da área em manter-se/aparentar-se neutro, imparcial e objetivo. Analisamos, porém, que, embora ele tenha êxito em esquivar-se de uma responsabilidade enunciativa frente a possíveis críticas que venha a sofrer por parte do grande público e de suas fontes (no que diz respeito à manutenção daqueles ideais jornalísticos), em alguns momentos, jornalistas/veículos de comunicação dão margem a novas interpretações que não as evidentes – por meio de um verbo *dicendi* introdutório ou conclusivo; de uma alusão a determinada fonte com autoridade que se torne fiadora de seu dizer; ou da demarcação de uma palavra/expressão que não pertenceria a seu *discurso* ou ao *posicionamento* de sua instituição.

Todavia, há outros manejos da língua aos quais o jornalista/veículo de comunicação tem acesso para elaborar – como ordenam os *saberes* de sua instituição (transpostos, nesse caso, em técnicas profissionais) – estratégias de disfarçar sua opinião quando escreve num gênero informativo. Como a língua é também ambígua – permitindo variados efeitos de sentido –, o jornalista/veículo, não podendo afirmar seu *ponto de vista* com veemência, o faz com parcimônia e de maneira aparentemente vacilante: deixando uma opinião “solta no ar”.

Tratamos aqui do implícito: o não dito que se faz presente e que possibilita interpretações diferentes das afirmadas no texto.

O implícito é uma atitude extrema, pois, nessa instância, o jornalista/veículo corre um risco muito alto de quebrar as diretrizes do *posicionamento* que precisa defender, que preceitua: “Você [jornalista] pode ter familiaridade com determinados termos ou situações, mas o leitor, não. Por isso, seja **explícito** nas notícias e não deixe nada subentendido.” (MARTINS, 1997, p. 17, grifo do autor).

Ducrot (1987) discorre sobre dois tipos de implícitos: o pressuposto e o subentendido. Com base em seus estudos, Maingueneau (1997; 2013) fornece algumas definições e análises de textos da área da Comunicação de Massa, na qual o Jornalismo está inserido. É tomando como ponto de partida esses estudos de Maingueneau que trabalharemos os implícitos.

Maingueneau escreve sobre o *princípio de cooperação* entre os coenunciadores do discurso. Retomemos uma citação do autor:

[...] para construir uma interpretação, o destinatário deve supor que o produtor do enunciado respeita certas “regras do jogo”: por exemplo, que o enunciado é “sério”, que foi produzido com a intenção de comunicar algo que diz respeito àqueles a que é dirigido. (MAINGUENEAU, 2013, p. 34, grifos do autor)

Todavia, essa condição de seriedade não está de fato inserida no enunciado, mas depende, antes de qualquer coisa, da interpretação correta por parte do coenunciador (do leitor/ouvinte/espectador/internauta):

[...] o simples fato de entrar num processo de comunicação verbal implica que se respeitem as regras do jogo. Isso não se faz por intermédio de um contrato explícito, mas por um acordo tácito, inseparável da atividade verbal. Entra em ação um saber *mutuamente conhecido*: cada um postula que seu parceiro aceita as regras e espera que o outro as respeite. Essas regras são convenções tácitas. (MAINGUENEAU, 2013, p. 34, grifos do autor)

Dessa forma, o enunciador espera que o coenunciador possua certos saberes – alguns do/no texto (pressupostos), outros extratextuais (subentendidos) – para que a “verdadeira” informação/opinião – em última instância, seu *ponto de vista* – que quer transmitir seja interpretada por esse coenunciador.

Como o *pressuposto* é marcado linguisticamente, o que, de certa forma, garante sua apreensão, vamos centrar nossas análises naqueles pontos em que o jornalista/veículo (enunciador) espera do leitor/internauta (coenunciador) um esforço maior em tentar

compreender os efeitos de sentido que se atualizam de forma mascarada: por meio do *subentendido*.

Comparado ao *pressuposto*, o *subentendido* exige um exercício de interpretação mais fatigante:

O *trabalho interpretativo* consiste, pois, em combinar as informações extraídas do enunciado com certos dados contextuais, graças à intervenção das regras da lógica natural e das máximas conversacionais, para construir uma representação semântico-pragmática coerente e verossímil do enunciado. [...] (KERBRAT-ORECCHINI, 2014, p. 271, grifos da autora).

Portanto, tendo um ideal da percepção do leitor/ouvinte/espectador/internauta (coenunciador), o jornalista/veículo (enunciador) passa a ter em mãos essa possibilidade de disfarçar sua opinião, seu *ponto de vista* quando da construção de um texto para o gênero informativo.

A primeira análise a respeito dos implícitos é sobre o Excerto (E7) extraído da Notícia 7 (N7) – ‘*A classe política não me quer*’, *choramanga Bernal* – retirado do *Midiamax* e publicado originalmente em 13 de novembro de 2013, portanto, durante a cobertura jornalística do primeiro dos acontecimentos discursivos de referência (*a iminência da cassação do mandato de Bernal*).

O texto trata da visita do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva a Campo Grande para um evento do Partido dos Trabalhadores. Durante uma manhã, o ex-dirigente atendeu a alguns políticos, correligionários de partido, aliados e a imprensa no *hall* do hotel onde estava hospedado. O jornalista/veículo de comunicação tenta transmitir o que teria presenciado durante esse encontro.

Excerto 7 (E7) – Notícia 7 (N7)

- 1 Chateado por ficar **isolado** durante as atividades do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em Campo Grande, o prefeito Alcides Bernal **desabafou** aos jornalistas na tarde desta quarta-feira (13), reclamando da postura dos políticos.
“Eu estou enfrentando tiroteio por todos os lados. A classe política não me quer, mas eu tenho me esforçado muito. Eu fiz economia, gastei menos e fiz mais. Todas as obras estão em dia e tudo está funcionando”, garantiu **ao ser questionado** sobre o isolamento.
- 5 Pela manhã, Bernal foi ao encontro do ex-presidente para conseguir uma conversa e uma foto, como muitos políticos.
- 10 **Apesar de ser o anfitrião**, Bernal se manteve todo o tempo solitário. O prefeito esperou muito tempo até que algum parlamentar, como os do PT, **que dizem estarem [sic] na base aliada**, o apresentasse. Mas o fato não aconteceu.
Nem os da esfera federal, como o senador Delcídio do Amaral ou deputados federais Vander Loubet e Antônio Carlos Biffi, se dispuseram a mostrar a Lula quem era o atual prefeito de Campo Grande.
- 15 Então, sozinho, Bernal se dirigiu ao ex-presidente, o cumprimentou e disse quem era. Em seguida, como os outros que não perderam a rara oportunidade, pediu para alguém que o acompanhava tirar uma foto com Lula. (MIDIAMAX, grifos meus)

Pelos trabalhos de Maingueneau (1997; 2013) e de Kerbrat-Orecchini (2014, p. 271) de que os implícitos reclamam uma “intervenção das regras da lógica”, podemos ver que o jornalista/veículo utiliza um operador argumentativo, “apesar de”, para que o internauta seja direcionado a um determinado fim: que é, no fundo, o *ponto de vista* do texto. O *ponto de vista* adotado pelo jornalista/veículo é o de que Bernal tornou-se um político isolado e sem diálogo com sua classe.

O efeito do articulador “apesar” (Linha 10) é de afastamento. Bernal está ‘afastado’ de toda a cúpula política e, mais que isso, não tem base de sustentação. Temos, nesse caso, um implícito do tipo *pressuposto*, pois a orientação argumentativa é dada pela língua (“apesar de”), em que a conclusão é inferida a partir da língua, no enunciado.

Por ser a maior autoridade do Executivo Municipal, Bernal é quem deveria ciceronear o ex-presidente, é ele o “anfitrião” da cidade, como faz questão de deixar *posto* o jornalista/veículo. O texto traz informações a respeito de um local repleto de políticos, embora a quantidade não seja especificada. Logo, está *subentendido* que se trata de um evento de certo vulto. Mesmo em meio a muitos políticos – alguns inclusive “que dizem estarem na base aliada” – o então prefeito estava “solitário”.

O *ponto de vista* do jornalista/veículo é perceptível quando vinculamos ao *posto* – Bernal ficou “isolado” (L 1) durante o evento com Lula – ao comentário deixado pelo profissional: “apesar de ser o anfitrião” (L 10). A partícula “apesar” funciona como o conector que leva o leitor/internauta (coenunciador) a apreender um *subentendido*: o de que Bernal está sozinho (isolado) não só naquele ambiente específico, mas em toda a conjuntura política (que beirava ao *impeachment*) que o cercava na época.

Outros articuladores lógicos são utilizados pelo jornalista/veículo para causar o mesmo efeito de sentido: “Nem os da esfera federal” (L 13); “que dizem estarem [sic] na base aliada” (L 11), sendo que, nesse caso, a forma como o verbo está articulado é o que causa o efeito de sentido.

Em E7, além dos elementos textuais, o jornalista/veículo disponibilizou dados extratextuais, ou seja, aqueles que são ligados ao momento da enunciação e não ao enunciado, para que o leitor/internauta não apenas pudesse pressupor, mas também pudesse verificar um efeito de sentido *subentendido*, que deixa implícito um *ponto de vista*: Bernal está “isolado” não nessa situação única, mas está “isolado” politicamente. Sendo assim, o jornalista/veículo apelou para a percepção que o leitor/internauta possuiria quanto à conjuntura política, para que tivesse acesso ao *subentendido*, ou seja, a esse “[...] tipo de implícito que se evidencia pelo confronto do enunciado com o contexto da enunciação” (MAINGUENEAU, 2013, p. 36).

A análise a seguir parte do Excerto (E8), extraído da Notícia 8 (N8), pertencente ao terceiro dos acontecimentos de referência (*a ascensão de Olarte a prefeito*), publicada em 16 de março de 2014, na editoria Geral do webjornal *Midiamax*. Da matéria intitulada *Prefeito visita pontos críticos de Campo Grande e destaca urgência em obras paradas*, extraímos o trecho a seguir:

Excerto 8 (E8) – Notícia 8 (N8)

O prefeito Gilmar Olarte assumiu o cargo de líder do executivo municipal na última quinta-feira (13) e relata que Campo Grande *está parada*. A urgência em colocar as obras e realizar manutenções pela cidade fez com que ele e vereadores percorressem a cidade neste domingo (16).

O ponto de encontro foi a Avenida Guaicurus, cujo recapeamento **não sai do papel desde o ano passado**. [...] (MIDIAMAX, grifos meus)

Nesse enunciado, o jornalista/veículo elabora um cuidadoso jogo em que apela para a memória recente do leitor/internauta, à espera de ele lembrar-se da gestão anterior (de Bernal).

No primeiro parágrafo, o jornalista/veículo cita uma fala alheia para apoiar seu *ponto de vista*. Esse *ponto de vista* é apresentado no segundo parágrafo: com Bernal, a cidade estava parada. A inferência é possível quando articulamos “está parada” com “desde o ano passado”: é o jornalista quem afirma que ‘Campo Grande está parada desde o ano passado’.

No entanto, essa afirmação é disfarçada, pois vem entremeada de um dizer alheio e deve ser aceita pelo leitor/internauta por meio de um dado *subentendido*, já que ela não é direta nem explícita. Veja que o jornalista diz que o que está parado “desde o ano passado” (o único ano em que Bernal ficou no poder antes da cassação) é um recapeamento: esse é o *posto*. Cabe ao leitor/internauta inferir que o jornalista/veículo refere-se à gestão anterior como um todo: esse é o *subentendido*.

O próximo Excerto (E9) a ser analisado é retirado da Notícia 9 (N9), intitulada *Bernal veta socorro de R\$ 18 milhões à Santa Casa de Campo Grande*, e foi publicada na editoria de Cidades do *site Campo Grande News*, em 1º de novembro de 2013. Trata-se, portanto, do primeiro dos acontecimentos discursivos: *a iminência da queda*.

A notícia informa que há uma relação conflituosa entre a administração da Santa Casa de Campo Grande, maior hospital sul-mato-grossense, e a Prefeitura. Esse conflito, conforme a matéria, estaria sendo gerado por cortes em repasses financeiros para custear o estabelecimento de saúde.

Vejamos a seguir o enunciado:

Excerto 9 (E9) – Notícia 9 (N9)

- 1 *A relação* entre a Santa Casa e Bernal *não é boa desde a posse do atual prefeito*. Segundo o dirigente do hospital, só houve uma conversa em 10 meses e ainda de forma superficial. Nem o aval para o empréstimo de R\$ 80 milhões, que pode tirar o hospital de uma crise crônica, o município deu e o pedido de financiamento segue
- 5 parado na Caixa Econômica Federal.
O prefeito Alcides Bernal (PP) quer vetar o socorro de R\$ 18 milhões que o Ministério da Saúde anunciou, ontem (31), para a Santa Casa de Campo Grande. O recurso, que totaliza R\$ 1,7 bilhão em todo o País, foi anunciado pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha.
- 10 Segundo o presidente da Santa Casa, Wilson Teslenko, a instituição da Capital corre o risco de ficar sem do [sic] dinheiro *porque o prefeito quer usar o dinheiro em outra finalidade*. Com o repasse, o aumento no repasse do hospital passa de R\$ 14,2 milhões para R\$ 15,7 milhões por mês. (CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

Por meio do *pressuposto* e do *subentendido*, o jornalista/veículo de comunicação apela para o *princípio de cooperação* para que confie que o que ele relata é verdadeiro. Sendo assim, ao afirmar que ‘a relação não é boa desde a posse do atual prefeito’, fica pressuposto que anteriormente (quando o prefeito era outro) existia uma ‘relação boa’. É possível, então, interpretar tal afirmação como uma divisão entre um período quando a relação era boa, e outro, quando a relação não é boa, desta forma: anterior a Bernal = boa; simultâneo a Bernal = não boa. Em “não é boa” (L 1), há a possibilidade de uma inferência, pois, algo que não é bom pode ser encarado como *ruim*. Mas, veja que o jornalista/veículo modaliza essa afirmação. A relação entre Santa Casa e Prefeitura de Campo Grande, por inferência possível de ser efetuada pelo leitor/internauta, seria: anterior a Bernal = boa; simultânea a Bernal = ruim.

Dessa maneira, o *ponto de vista* defendido no texto é de que a gestão de Bernal é ruim para a cidade – ao menos quanto à área da Saúde, identificada por meio da relação conflituosa entre a Prefeitura e o maior hospital do Estado. Isso fica *subentendido*, porque, novamente, depende de uma interpretação a ser realizada pelo leitor/internauta por meio de índices extratextuais relativos ao clima político que cobria a governabilidade da gestão de Bernal.

Também por meio do *subentendido*, o jornalista/veículo deixa uma informação pairando solta no ar, mas que ainda pode ser obtida com auxílio do enunciado, quando unimos o primeiro com o terceiro parágrafos, e temos: “A relação [...] não é boa” (L 1) + “porque o prefeito” (L 11) = *A relação não é boa (é ruim) por causa do prefeito*.

Chegamos, portanto, ao ponto-chave da matéria: apresentar o *ponto de vista* de que Bernal e uma relação boa não coadunam. Mas, é preciso deixar claro que o jornalista/veículo mantém o efeito de sentido de neutralidade, pois argumenta com o respaldo do presidente da associação que gerencia o hospital, pois, se agisse de forma diferente, afetaria o *posicionamento* que o mantém em sua *posição sócio-histórica*.

A partir das análises sobre os *pressupostos* e os *subentendidos*, podemos observar que o jornalista/veículo possui também a estratégia de deixar um dado solto no ar: como uma forma de dizer especulando para que o coenunciador cumpra o papel de interpretar a informação camuflada.

Trabalhar com *pressupostos* e *subentendidos* é, portanto, repassar ao leitor/internauta a incumbência de inferir os efeitos de sentidos. A interpretação não é tarefa do jornalista/veículo, pois, ao fazer isso, estaria ferindo o efeito de sentido de neutralidade e de imparcialidade (orientados pelo *posicionamento* do jornalismo). Todavia, a *responsabilidade enunciativa* pelo dizer e pelo modo como diz pode ser remetida ao jornalista/veículo, quando for possível também se observar que é sua a escolha de determinado elemento linguístico, ou de certo contexto, para inserir a informação, que desencadeará a interpretação por parte do coenunciador, como nos casos em que empregou a conjunção “apenas” com esse valor linguístico-discursivo.

É porque são camuflados no dizer que os implícitos podem ser chamados “passageiros clandestinos”, como menciona Kerbrat-Orecchini (2014, p. 272).

3.3 REFERENCIAÇÃO: UM ATO DE NOMEAR PRODUZINDO EFEITOS DE SENTIDO

Precisamos da língua/linguagem para interpretar o mundo, porém, não podemos pensar na/sobre a língua/linguagem como um adesivo que rotula todas as coisas do mundo de forma imutável, afinal, só “percebemos no mundo o que nossa língua nomeia” (FIORIN, 2012a, p. 55). Por isso, é preciso um alerta: a língua/linguagem medeia nosso relacionamento com o meio, ela serve para “categorizar, organizar e interpretar o mundo” (FIORIN, 2012a, p. 55). Se tivermos essa noção em mente, perceberemos que as produções de linguagem, como uma notícia de/para webjornal, possuem outra estratégia intrínseca à (re)produção de efeitos de sentido sobre o coenunciador: a *referenciação*.

Mais do que uma mera indicação a um referente, há uma instabilidade inerente a esse exercício de categorizar os seres e as coisas palpáveis ou imateriais do mundo: assim, há uma *referenciação* e não uma *referência*. Isso é o mesmo que dizer que os entes e as coisas do mundo se transformam de acordo com as *condições de produção* em que os *sujeitos*, em suas mais variadas *posições sócio-históricas*, estão envolvidos e se modificam.

Pensar em *referenciação* e não em *referência* permite entender que existem não *referentes*, mas *objetos de discurso* (MONDADA; DUBOIS, 2003). Enquanto os *referentes* assinalam a realidade indicada pela noção clássica de *referência* – uma cadeira é uma cadeira,

um móvel de madeira ou outro material qualquer feito para que nele possamos nos sentar e descansar –, os *objetos de discurso*, além de designarem a coisa material ou não de que se fala, atribuem a essa coisa, por *referenciação*, um caráter discursivo, ou seja, vinculado indelevelmente às *condições de produção*, aos contextos amplo e restrito que permeiam todo dizer. Dependendo da situação de fala e das condições históricas dos dizeres, “cadeira” pode se referir a um móvel, a um posto (cargo público, por exemplo), a um lugar na fila, etc. Desse modo, o objeto de discurso é [...] uma entidade constitutivamente discursiva que se desdobra, ao mesmo tempo, no intradiscurso e no interdiscurso, e não como uma entidade psicológica ou cognitiva da lógica natural. [...]” (MOIRAND, 2014, p. 352, grifos da autora).

Como a AD defende o desembaçar das vidraças opacas da língua, analisar as atividades linguístico-discursivas de *referenciação* permite interpretar, segundo Mondada e Dubois (2003, p. 21), a estratégia “[...] responsável pela produção da ilusão de um mundo objetivo (da objetividade do mundo [e, por conseguinte, da objetividade do jornalista, inclusive]), ‘pronto’ para ser percebido cognitivamente pelos indivíduos racionais”.

Consequentemente, entender as relações de *referenciação* estabelecidas pelos enunciados aqui analisados propicia não só compreender como são nomeados os objetos (situações e pessoas) envolvidos nos quatro acontecimentos discursivos em torno do caso Bernal, mas, sobretudo, permite interpretar os valores por meio dos quais o discurso jornalístico qualifica esses objetos.

Analisamos, a seguir, o Excerto (E10) da Notícia 10 (N10), intitulada *Por que os vereadores querem cassar Alcides Bernal?* e publicada pelo *Campo Grande News* em 12 de março de 2014, quando da *efetividade da cassação de Bernal*.

O trecho selecionado traz dizeres sobre um embate envolvendo liminares: Bernal já seria alvo de processo de *impeachment* em 26 de dezembro de 2013, todavia, uma liminar a ele concedida cancelara a sessão que poderia derrubar seu mandato; tal sessão, entretanto, veio a realizar-se em 12 de março de 2014, após outra liminar, dessa vez a favor da Comissão Parlamentar de Inquérito formada na Câmara.

Excerto 10 (E10) – Notícia 10 (N10)

[...]

- 1 O começo da administração de Bernal também foi marco [‘marcado’] pelo rompimento de contratos com várias empresas, como a Total, que fazia limpeza dos postos de saúde, e a RDM, *motivado muitas vezes por desistências diante de sucessivos atrasos de pagamento, apesar dos cofres da Prefeitura de Campo Grande estarem cheios de dinheiro. Algumas empresas chegaram a ficar três meses sem receber pagamentos, apesar de estarem prestando serviços*, como foi o caso da Solurb, que faz a coleta de lixo.

Essa situação acabou agravando a *crise* de Bernal com a Câmara, fazendo surgir em

meados do ano passado a CPI do Calote, que concluiu ter havido “**emergência fabricada**” para romper contratos e trazer para auxiliar a administração empresas amigas, como a Salute, MegaServ e Jagás.

[...]

15 Numa “**guerra de liminares**”, geradora de grande insegurança jurídica, a Câmara começou e foi obrigada a suspender o julgamento do prefeito no dia 26 de dezembro. Graças a uma liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o **processo de cassação** foi retomado e hoje está acontecendo a sessão que pode encerrar, prematuramente, a carreira política de Alcides Bernal e trazer à cena política um personagem ainda não testado na função de governo da coisa pública, o vice-prefeito Gilmar Olarte (PP). (CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

O jornalista/veículo de comunicação usa as aspas sobre as *referenciações* “emergência fabricada” (Linha 9) e “guerra de liminares” (L 13) para indicar ao leitor/internauta que essas nominalizações não são corriqueiras no jargão jornalístico, mas apreendidas de outro discurso: provavelmente, o político. Entretanto, não explicita de onde retirou essas nomenclaturas, sendo assim, deixa brechas para que possamos afirmar que há um comprometimento da objetividade e da neutralidade jornalísticas, fazendo, dessa forma, o jornalista/veículo assumir (ainda que veladamente) um *ponto de vista*: ‘o embate entre a pessoa política de Bernal e os vereadores está num nível extremo; sendo assim, prefeito e grande parte da Câmara, definitivamente, estão em guerra’.

Uma ‘guerra’ pode também ser encarada como um conjunto de batalhas, e, para justificar essa *referenciação*, o jornalista/veículo precisa, então, apontar quais seriam essas batalhas, como faz nos dois primeiros parágrafos do enunciado. Assim, mais do que uma “guerra de liminares”, há uma guerra entre decisões de Bernal e não aceitação dessas decisões por parte da Câmara.

Observemos que “guerra de liminares” entretém uma relação anafórica com “processo de cassação”. Existindo essa relação referencial, pode-se afirmar que o jornalista/veículo emitiu uma opinião, preferiu/selecionou um *ponto de vista* e, dessa forma, feriu o *posicionamento* de imparcialidade e de neutralidade que lhe permite sustentar a *posição sócio-histórica* que ocupa. É por isso que indicar a situação como “processo de cassação” constitui uma *referência*, pois remete exatamente à condição real (juridicamente estabelecida), enquanto “guerra de liminares” corresponde ao mecanismo da *referenciação*, pois remete não a um *referente*, mas a um *objeto de discurso*, ou seja, a um ato (mesmo inconsciente) de um “[...] sujeito ‘envolvido’, social e culturalmente ancorado [...]”⁷⁸ (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 49).

⁷⁸ Relembremos que a acepção das autoras traz ainda uma conotação cognitiva. Nas análises aqui defendidas, essa conotação deve ser pormenorizada perante o fator histórico (vinculado ao *posicionamento* da instituição jornalística) – mas, não haveria detrimento com relação à utilização do conceito de *referenciação* quando o observamos remetendo a *objetos discursivos*. Sendo assim, a própria utilização de aspas em “sujeito” feita pelas

Pelo *modo*⁷⁹ como disse, o jornalista/veículo aparenta direcionar o texto à noção de “guerra” entre Executivo e Legislativo. Sendo assim, dá a entender ao leitor/internauta que qualquer político que se coloque no cargo de prefeito de Campo Grande depende da autorização dos vereadores para governar, para decidir, que é preciso um consentimento dos parlamentares que ultrapassaria, inclusive, aqueles momentos em que a Legislação assim ordena – e que essa dependência de um consentimento seria normal. É como se o prefeito dependesse da benção dos vereadores para todo plano executivo que pretendesse aplicar, mesmo em detrimento do princípio de autonomia entre os poderes por direito estabelecida.

Como vimos, a partir de Authier-Revuz (1998; 2004), Bakhtin (*dialogismo*) e Pêcheux (*interdiscurso* e *memória discursiva*), todo *discurso* dialoga com outro(s) discurso(s). Isso nos permite afirmar que o *discurso jornalístico* dialoga, nesse enunciado, com o discurso político e com a memória discursiva do leitor/internauta. O jornalista/veículo, na condição de *enunciador*, sabe que o leitor/internauta, na condição de *coenunciador*, já lera notícias relacionadas a esses embates. E, sabendo disso, enquanto enunciador, é como se o jornalista/veículo conversasse com o leitor: ‘há uma guerra, mas se lembre que quem a começou foi Bernal’. Nesse caso, há, mesmo velado, um *ponto de vista*.

O *modo* como o jornalista/veículo narra as batalhas impõe uma gradação que culmina na guerra (que, não é só de liminares, mas de decisões entre Bernal e Câmara): “Situação” → “crise” → “guerra”. O agravamento da “crise” para a “guerra” é a “emergência fabricada” por Bernal. Portanto, é Bernal quem gera a guerra. E “fabricada” tem na matéria um significado de ‘invenção’, de ‘não necessária’; ou seja, pelo *ponto de vista* defendido, Bernal tomou uma atitude (fabricar) que não condiz com a que deveria ser tomada por um gestor público.

A próxima análise recorre novamente a N3 – *Após cidade ficar parada, vereadores pedem renascimento com Gilmar*, que faz parte da cobertura jornalística do terceiro acontecimento discursivo: *a ascensão de Olarte a prefeito*, texto publicado pelo *Campo Grande News* em março de 2014. Observemos o título e dois parágrafos (E11) da matéria mencionada:

autoras na citação indica que esse *sujeito* é mais que um ser pensante dono de seus dizeres, o que corroboraria a utilização desses conceitos na AD.

⁷⁹ Para Marques (2010), o modo tem a ver com a *responsabilidade*2.

Excerto 11 (E11) – N3

*Após cidade ficar **parada**, vereadores pedem **renascimento** com Gilmar*

[...]

O principal **desafio** do prefeito Gilmar Olarte (PP) será **retomar os investimentos** nas áreas de saúde e assistência social e a política de desenvolvimento industrial de Campo Grande.

[...]

Nas Moreninhas, segundo o vereador Coringa (PSD), a **má vontade** de Bernal comprometeu a ativação de novas indústrias no pólo industrial da região. Ele disse que só o shopping na região, que também emperrou na gestão anterior, poderia gerar 700 empregos diretos. (CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

Temos, novamente, um ato de *referenciação*, porque as nominalizações não estão relacionadas a nenhum *referente*, mas a *objetos de discurso* – isto é, não há situações ou coisas estáveis, mas sentidos maleáveis.

Observemos que o título é uma afirmação sem aspas, mas que, por meio do discurso indireto, o jornalista/veículo imputa sua origem aos vereadores e conta com o princípio do *contrato de comunicação* entre ele e o leitor/internauta para que este tome tal afirmação por verdadeiramente mencionada (ainda que com outros significantes) pelos parlamentares. Essa já é uma forma de se eximir da *responsabilidade enunciativa* da notícia.

Pelo *modo* como disse, podemos inferir que, anaforicamente, o “renascimento” é um “desafio” que será vencido quando o novo prefeito (Olarte) conseguir “retomar os investimentos” que a cidade teria perdido devido à “má vontade” do ex-prefeito (Bernal).

Portanto, temos o seguinte parâmetro que guia a leitura da notícia:

Bernal = “má vontade”	Olarte = [vontade para enfrentar o] “desafio de retomar investimentos”
Bernal = “cidade parada”	Olarte = “renascimento”

Pelo *modo* como escreve, o jornalista/veículo assume um *ponto de vista* contrário à presença de Bernal no poder e favorável à mudança na Prefeitura. Por isso, ele precisa da modalização pelo uso do discurso indireto, imputando esse dizer aos vereadores para garantir os efeitos de sentido de neutralidade e de objetividade que o *posicionamento* do jornalismo prega. Entretanto, a análise das *referenciações* executadas pelo jornalista/veículo possibilita atribuir a ele a escolha de *ponto de vista*.

Se considerarmos que, para renascer, alguém precisa estar, antes, morto, a expressão ‘cidade parada’ remeteria a ‘cidade morta’, o que leva à interpretação de que ‘Bernal matou a cidade’. Eis, novamente, um sentido deixado implícito pelo *subentendido* (como vimos no tópico anterior).

A análise seguinte será formulada sobre as maneiras como Olarte, Bernal e outros políticos foram nomeados em alguns títulos. São trazidos a seguir sete enunciados (E12 a E18) retirados de textos que já vimos anteriormente, com exceção de E24, extraído da Notícia 11 (N11) – *Governador cita três coisas que faz por Campo Grande, apesar de Bernal* – publicado pelo *Campo Grande News* na editoria de Política em 28 de fevereiro de 2014, ou seja, quando da cobertura do primeiro acontecimento discursivo: *a iminência da cassação de Bernal*.

Excerto 12 (E12) – N9

Bernal veta socorro de R\$ 18 milhões à Santa Casa de Campo Grande
(CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

Excerto 13 (E13) – N5

Teimoso, Alcides Bernal demorou a ceder e usou pouco a “caneta”
(CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

Excerto 14 (E14) – N1

Bernal “nunca procurou” **governo do Estado** para construir casas populares
(CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

Excerto 15 (E15) – N10

Por que os **vereadores** querem cassar o **prefeito Alcides Bernal**?
(CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

Excerto 16 (E16) – N8

Prefeito [Olarte] visita pontos críticos de Campo Grande e destaca urgência em obras paradas
(MIDIAMAX, grifos meus)

Excerto 17 (E17) – N4

Para **ex-secretário**, **Bernal** só equilibra contas com medidas impopulares
(CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

Excerto 18 (E18) – Notícia 11 (N11)

Governador cita três coisas que faz por Campo Grande, apesar de **Bernal**
(CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

Com exceção de dois dos casos apresentados (E15 e E16), Bernal é referido somente ou por seu nome completo ou por seu sobrenome, e não pelo cargo que ocupa. Trata-se de uma estratégia linguístico-discursiva utilizada pelo jornalista/veículo de comunicação, que faz com que o leitor/internauta tome por passionais os argumentos apresentados, geralmente, em desfavor de Bernal.

Nesses enunciados, as maneiras como os atores políticos são nomeados são atos de *referenciação*, pois, mais do que apontar para suas referências físicas (as pessoas de carne e osso: Bernal, Olarte etc.), balizam valores sobre suas *posições sócio-históricas* (prefeito, ex-prefeito, governador etc.). Dependendo do modo como essa *referenciação* é formulada pelo

jornalista/veículo (enunciador), o leitor/internauta (coenunciador) fará um juízo de valor diferente, por exemplo, tomando a figura de Bernal por mais ou menos capaz, com ou sem autoridade em determinada situação frente a outro agente político.

Em E12, é “Bernal” e não o ‘prefeito’ quem veta (portanto, ‘nega’) socorro à Santa Casa e, portanto, nega-se a contribuir com o setor de Saúde da capital sul-mato-grossense.

Em E13, “Alcides Bernal” é qualificado como “teimoso”. É a pessoa física de Bernal e não o agente político que é “teimoso”: trata-se de uma característica, segundo o modo como o jornalista/veículo enunciou, inerente à própria personalidade de Bernal.

Há sempre uma tentativa de personificar em Bernal (pelo uso do nome completo ou do sobrenome) uma atitude tida como equivocada por parte dos atores políticos e pela sociedade em geral. Estratégia diferente é adotada quando há uma relação com o nome de Olarte: este é indicado pela *referenciação* de “prefeito”. E16 informa que é o “prefeito” (posição sócio-histórica, o político), autoridade instituída e não o indivíduo Olarte, quem visita os “pontos críticos” da cidade.

Notemos, entretanto, que, quando a estratégia do jornalista/veículo é arrogar a Bernal uma suposta falha por ter sido investigado por uma CPI, como em E15, o cargo vem unido ao sobrenome: “*Por que os vereadores querem cassar o prefeito Alcides Bernal?*”. Mas não se trata de uma postura de vínculo da autoridade de prefeito com a pessoa de Bernal, mas uma estratégia linguístico-discursiva de *referenciação*, que eximiria o jornalista/veículo de uma ‘perseguição’. É como se o jornalista/veículo dissesse: ‘não é Bernal quem está sendo cassado, mas um prefeito que não cumpriu seu papel como deveria’.

Como o jornalista não pode afirmar que Bernal será cassado, faz uso de um expediente bastante raro no jornalismo: um título-pergunta.

O Manual de Redação e Estilo d’*O Estado de S. Paulo* não recomenda esse procedimento:

Não use ponto de interrogação nos títulos. O leitor tem direito a respostas. Dessa forma, estão vetados títulos como: *O cacau, a caminho da privatização?* / *Como cortar 14 bilhões no déficit?* / *Novo congestionamento na Imigrantes?* / *Quem paga a conta dessas mordomias?* (MARTINS, 1997, p. 287, grifos do autor)

Contudo, o mesmo manual faz uma concessão: um ponto de interrogação só “pode ser usado nos títulos em casos muito especiais (ou em artigos, eventualmente)” (MARTINS, 1997, p. 225). O jornalista/veículo, então, entendeu ser aquele momento um ‘caso muito especial’, embora tal noção seja abstrata e de difícil discernimento.

Em outras ocasiões (E14, E17 e E18), Bernal é posto face a face com uma autoridade. Ao se referir a Bernal pelo sobrenome e os demais atores políticos pelo cargo ou pela entidade a que estão vinculados, o jornalista/veículo retira a autoridade do prefeito e o deslegitima perante os interlocutores do texto, autoridades políticas: “governo do Estado” em E14; “ex-secretário” em E17; e “governador” em E18. Não há como Bernal competir de igual para igual, ele está sozinho contra o “governo do Estado” (uma instituição inteira), em E14. E está contra um ex-secretário e contra um governador, em E17 e E18, respectivamente, ou seja, é Bernal destituído da *posição sócio-histórica* contra duas *posições sócio-históricas* ainda estabilizadas na sociedade. Seria ingenuidade defendermos que o jornalista/veículo não sabia que o leitor/internauta iria dar mais crédito a esses atores com *posições sócio-históricas* estabilizadas do que às falas de Bernal – um sujeito desvinculado de sua *posição sócio-histórica*.

Por meio dessas análises, é possível demonstrar que o ideal jornalístico é rasurado por meio da estratégia linguístico-discursiva de *referenciação*, sobre a qual podemos impor ao jornalista/veículo um *ponto de vista*. Todavia, por mais que exista um efeito de sentido de objetividade e de neutralidade, o processo de *referenciação* possibilita ao analista do discurso imputar ao enunciador (jornalista/veículo, em nosso caso) a *responsabilidade enunciativa*. Especificamente, nos enunciados que analisamos, quanto à *responsabilidade1* (MARQUES, 2010), que diz respeito ao modo como o enunciador estabelece seu *ponto de vista*, mesmo que de forma não manifesta.

3.4 EFEITOS DE SENTIDO SOBRE A IMAGEM DE SI MESMO E SOBRE A IMAGEM DO OUTRO

Para provocar efeitos de sentido de objetividade, imparcialidade e neutralidade daquilo que diz frente ao leitor/internauta (coenunciador), os jornalistas/veículos (enunciadores) cujos textos aqui estudamos precisam legitimar o que dizem. Essa legitimação é primordial, pois faz parte do *posicionamento* ao qual o profissional jornalista está submetido: a noção de “defensor da verdade” (item “2.2”). É preciso que o enunciador assinale em seu texto (materialização do *discurso*) um *tom* e um *caráter*, uma compleição psíquica capaz de lhe causar um efeito de sentido de fé naquilo que está sendo dito e no modo como é dito.

Por isso, Maingueneau, em escritos variados, traz de volta a noção de *ethos* aristotélica, mas reposicionada para os estudos em AD, porque todo discurso, além de materializar-se em um texto, imprime a este último imagens de seu ‘eu’ enunciador e das várias vozes que esse ‘eu’

invoca. A maneira como o jornalista enuncia, consciente ou inconscientemente, lhe confere (perante seu coenunciador) um *tom* (por exemplo, agressivo; mas é, geralmente, um *tom* de aparência de neutralidade) e um *caráter* (ele é, por exemplo, um enunciador neutro, imparcial, objetivo). Ao apresentar um *tom* e um *caráter* no texto, o jornalista encarna-se nesse texto: ele ganha uma *corporalidade* e, dela depende a confiança sobre esse ‘eu’ que enuncia, pois o *ethos* “designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário” (AMOSSY, 2014b, p. 220).

Veremos, então, neste subitem, como os jornalistas/veículos analisados trabalham diversas estratégias linguístico-discursivas para manter uma imagem de si próprios como objetivos, imparciais e neutros perante seus leitores/internautas, e de que modo a forma como trabalham as diversas vozes (fontes) termina por fornecer uma imagem dos atores políticos que citam nas matérias.

3.4.1 Ethos do jornalista nas publicações examinadas: as estratégias linguístico-discursivas de manutenção da imagem de si mesmo como imparcial, neutro e objetivo e as falhas desse engenho

Vimos (em “2.1” e “2.2”) que alguns aspectos morais/éticos são muito prezados no jornalismo, dentre eles: 1) a defesa da democracia; 2) a defesa da liberdade (em sentido abrangente e, mais restritivo, relacionado à liberdade de expressão), o que culmina na defesa pela busca de verdade.

As análises sobre os enunciados a seguir indicam, ao mesmo tempo, falhas e possibilidades de interpretação do *discurso jornalístico* que transmitem uma imagem de defensor da democracia e da verdade.

O próximo Excerto (E19) é retirado de N9 (*Bernal veta socorro de R\$ 18 milhões à Santa Casa de Campo Grande*), e foi veiculado pelo *Campo Grande News* em novembro de 2013, quando da *iminência da cassação de Bernal*, primeiro acontecimento discursivo de referência.

Excerto 19 (E19) – N9

- 1 *Bernal veta socorro de R\$ 18 milhões à Santa Casa de Campo Grande*
O prefeito Alcides Bernal (PP) **quer vetar** o socorro de R\$ 18 milhões que o Ministério da Saúde anunciou, ontem (31), para a Santa Casa de Campo Grande. O recurso, que totaliza R\$ 1,7 bilhão em todo o País, foi anunciado pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha.
- 5 *Segundo o presidente da Santa Casa*, Wilson Teslenko, a instituição da Capital corre o risco de ficar sem do dinheiro porque o prefeito quer usar o dinheiro em outra finalidade. Com o repasse, o aumento no repasse do hospital passa de R\$ 14,2 milhões para R\$ 15,7 milhões por mês.

10 [...]

“A Prefeitura deixa as portas fechadas para conversas com a Santa Casa”, afirmou o presidente do estabelecimento hospitalar. A instituição tem que quitar a primeira parcela do débito até o dia 20 deste mês e até fevereiro para se habilitar junto ao Ministério da Saúde para ser contemplada pelo socorro.

15 *A grave crise da Santa Casa **compromete** todo o sistema público de saúde do Estado, já que o hospital é o maior do Centro-Oeste e recebe a maior parte da demanda de traumas e casos de alta complexidade.* (CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

No título, o jornalista/veículo dá como fato consumado a negativa de Bernal quanto ao socorro à Santa Casa. O verbo ‘vetar’, no presente do indicativo, aponta para esse efeito de sentido de uma situação real e definitiva. No entanto, na primeira frase do primeiro parágrafo, ocorre uma modalização desse verbo, por meio da locução verbal “quer vetar” (Linha 2). Deixa-se à mostra, assim, que o veto ainda não havia se efetivado, apesar do título. A modalização é uma tentativa de o jornalista/veículo minimizar os riscos quanto à ruptura da noção de neutralidade, risco esse muito grande devido ao título selecionado.

Com relação à imagem de defensor da verdade, o último parágrafo do texto é uma mostra desse aspecto: o jornalista/veículo se apresenta para o leitor/internauta como alguém preocupado com “a grave crise da Santa Casa” que “compromete todo o sistema público da saúde” (L 15). Portanto, se ele (jornalista/veículo) está preocupado com essa situação, precisa exibir o motivo que levou Município e hospital a essa crise. O motivo apresentado é o ‘veto’ de Bernal ao socorro financeiro enviado pelo Ministério da Saúde ao maior hospital sul-mato-grossense. Levar adiante essa informação, que estaria “camuflada” pelo uso do *discurso segundo*, para que toda a sociedade fique sabendo, é uma forma de – do *ponto de vista* apresentado pelo jornalista – ser democrático, o que se concretiza, para o jornalista, na obrigação de informar toda a sociedade sobre os atos do Poder Público.

Os valores em reais e a fala em *discurso segundo* advinda de uma autoridade (o gestor do hospital) faz com que o jornalista/veículo mantenha a aparência de uma postura neutra. É como se seu *ponto de vista* de que ‘existe uma crise que afeta o hospital e essa crise é causada por Bernal’ estivesse somente ecoando a realidade (a verdade) que foi trazida à tona pela fonte ouvida. Desse modo, o jornalista/veículo mantém um *ethos*, uma imagem de si de neutralidade perante o coenunciador, mesmo deixando brechas para que encontremos seu *ponto de vista*. Assim, mantém-se ileso perante qualquer acusação de que tenha infringido essa premissa do *posicionamento* de sua classe. Tal efeito de sentido é alcançado graças ao uso de determinadas estratégias linguístico-discursivas (discurso relatado na forma direta,

modalização em discurso segundo, modalização por meio dos verbos *dicendi*), que auxiliam a manter essa ilusão de neutralidade.

O jornalista/veículo demonstra um *tom* firme, obtido pelo uso dos verbos no presente do indicativo “veta” (L 1), “quer vetar” (L 2) e “compromete” (L 15). Observe-se que não há modalização no caso de “compromete”: o jornalista afirma sem titubear. Esse *tom* corrobora seu *caráter* de seriedade e de certeza diante daquilo que diz, pois, o coenunciador sabe que, em geral, ninguém afirma sem ter certeza. Esse *caráter*, perante o leitor/internauta, corresponde à de um jornalista correto, que não quer deturpar nenhuma informação. Dessa forma, o leitor/internauta, o que é reforçado pelo *contrato de comunicação*, tende a entender que aquilo que o jornalista afirma é verdadeiro. O *tom* firme e o *caráter* de alguém correto apontam para a formação de uma imagem, ou seja, de um *ethos*, que marca uma presença no texto – portanto, há um fiador – de um jornalista/veículo comprometido com a verdade, com a democracia.

O jornalista/veículo precisa ser objetivo, por isso, precisa esconder-se enquanto “eu” que enuncia. Dessa forma, busca uma fala em terceira pessoa, ou, nos termos de Benveniste (1976), a *não pessoa*, aquela que não participa da comunicação de forma ativa.

Benveniste (1976) fala em dois planos de enunciação: *história e discurso*.⁸⁰ A primeira caracteriza uma narrativa de acontecimentos: “Trata-se da apresentação dos fatos sobrevindos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa” (BENVENISTE, 1976, p. 262). Já no plano do discurso, há uma apresentação das pessoas (‘eu’ e ‘tu’). Essa presença do ‘eu’ (essa *corporalidade*) não pode ser mostrada no jornalismo; o texto jornalístico precisa ser objetivo (portanto, precisa negar a *subjetividade* do enunciador). Fiorin (1996) argumenta que, conforme o uso que se faz das instâncias enunciativas, o enunciador pode causar determinados efeitos de sentido sobre o coenunciador. Esses efeitos podem ser de *aproximação* ou de *distanciamento*. Quando se trata do uso da categoria de pessoa, esses efeitos se traduziriam em *objetividade* ou *subjetividade*.⁸¹ Como o *posicionamento* do jornalismo ordena que, no gênero informativo, o profissional da área deve manter-se objetivo, a manifestação explícita do ‘eu’ é proibida.

Entretanto, quando podemos identificar, mesmo somente após uma análise mais aguçada, um *tom* e um *caráter*, podemos afirmar que existe um ‘eu’. E, por mais que tenha

⁸⁰ Novamente, precisamos relembrar o alerta da polissemia do termo *discurso*. Em Benveniste (1976), esse discurso pode ser encarado como a fala, como o momento da enunciação, em que se marcam as instâncias de pessoa, tempo e espaço.

⁸¹ Em *presentificação* e *absenteização*, quanto ao uso da categoria de espaço; e *conjunção* e *deslocação*, quanto ao uso da categoria de tempo (FIORIN, 1996).

sido engenhoso em suas estratégias de apagamento enunciativo, o jornalista/veículo deixou pistas de sua *subjetividade*. O uso dos verbos *dicendi* demonstram isso. Tomemos dois momentos como exemplo: se, no título, o jornalista usou “veta”, e, no parágrafo inicial do texto, usou “quer vetar”, já demonstrou uma tomada de posição, portanto, apresentou-se como um ‘eu’ perante seu coenunciador. Já há aí um *discurso* (também nos termos de Benveniste) que afeta o *discurso jornalístico* (nos termos da AD) de defensor da objetividade, da imparcialidade e da neutralidade.

A análise a seguir é sobre (E20), retirado de N1 (*Bernal “nunca procurou” governo do Estado para construir casas populares*), publicada pelo *Campo Grande News* em fevereiro de 2014. Vamos verificar como se manifesta a estratégia linguístico-discursiva de manutenção da aparência de imparcialidade do jornalista/veículo de comunicação.

Excerto 20 (E20) – N1

“Até o momento, Bernal não me procurou para fazer nenhuma parceria em relação a construção civil. Se a prefeitura cedesse o terreno, o governo do Estado poderia fazer mais casas para a população”, *ressaltou André*.

O *Campo Grande News* procurou a *assessoria de imprensa do prefeito Alcides Bernal* para saber se há projetos para a área habitacional, mas, até o fechamento desta reportagem, não obteve retorno.

Antes de começarmos a analisar, lembremos que o preceito de imparcialidade que faz parte do *posicionamento* a ser seguido pelo jornalista encontra-se no próprio Código de Ética da profissão.

Art. 12. O jornalista deve:

I - ressalvadas as especificidades da assessoria de imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística [...]. (FENAJ, 2007, p. 3)

Sendo assim, o jornalista/veículo não pode se dar ao luxo de não buscar o contraditório, ainda que tal postura venha a se contrapor ao seu *ponto de vista*.

No enunciado citado, temos uma fala direta do então governador André Puccinelli, que acusa abertamente o então prefeito Alcides Bernal. O jornalista/veículo tem, portanto, obrigação em procurar o ‘outro lado’ para que este possa expor sua opinião sobre o assunto, nesse caso, para se defender das falas que teriam sido ditas por Puccinelli.

Como o texto não traz uma citação sequer de Bernal, o jornalista – para manter a imagem (o *ethos*) de imparcial – precisa justificar essa ausência. Sua explicação é atribuir essa deficiência do texto à demora (ou recusa) em responder por parte da assessoria de imprensa de Bernal.

No entanto, existem lacunas que o analista do discurso pode preencher com possibilidades de interpretação que irrompam uma quebra nessa pseudoimparcialidade: o jornalista ouviu Puccinelli e não sua assessoria, mas, “procurou” a assessoria de Bernal e não a ele próprio. Um veículo de grande porte como o *Campo Grande News*, provavelmente, teria um contato direto com o político mencionado, mas, acontece que procurá-lo diretamente afetaria um princípio ético que também faz parte do *posicionamento* do jornalismo, uma espécie de “camaradagem” e de uma hierarquia entre colegas – procura-se primeiro a assessoria de imprensa que: “Presta um serviço de administração das **notícias**, cujo fluxo da **fonte** para os meios, e vice-versa, se faz por seu intermédio” (BAHIA, 2010, p. 33). Porém, não nos enganemos, essa postura não impossibilita que o jornalista/veículo entre em contato direto com a fonte, afinal, o norte do jornalista deve ser sempre a busca pela verdade, e, nesse caso, uma resposta de Bernal auxiliaria nessa busca.

Apontar no intradiscurso que “procurou” a assessoria de Bernal é construir uma estratégia linguístico-discursiva de conservação do *ethos* de um profissional imparcial. Todavia, é, ao mesmo tempo, perante o analista do discurso, deixar indícios de um *ponto de vista*.

Note-se que o jornalista/veículo nega sua *subjetividade*. Ele usa o mecanismo da embreagem,⁸² invocando-se como um “ele” – a não pessoa, afastada da situação de comunicação: não sou “eu”, jornalista/veículo de comunicação quem escreve, mas o “Campo Grande News”, um veículo de comunicação de renome frente a seus leitores/internautas, e que está distante do que informa. Desse modo, deixa subentendido que não estaria interferindo nessa informação. Mais uma vez, de acordo com Fiorin (1996), podemos impor a esse jogo com as categorias enunciativas um efeito de sentido de *objetividade*, pelo *distanciamento* invocado pelo jornalista/veículo ao se apagar enunciativamente.

Conforme a apresentação das estratégias linguístico-discursivas de apagamento enunciativo, analisamos que o jornalista/veículo reafirma o *posicionamento* da instituição na qual sua *posição sócio-histórica* se assenta: mostrar-se imparcial, neutro e objetivo.

Para Traquina (2012, p. 132), o *ethos* jornalístico se acomoda num conjunto de valores e técnicas que se resumem na verdade como meta e na objetividade como técnica (TRAQUINA, 2012, p. 133-138).

⁸² Benveniste (1976) atua com análises sobre os mecanismos dêiticos (marcadores de pessoa, tempo e espaço no enunciado). Fiorin (1996) explica que esses mecanismos podem ser chamados de embreadores porque, como numa embreagem de veículo automotor, é utilizado para promover o funcionamento da língua. A partir deles, teríamos movimentos de debreagem e embreagem. A *debreagem* é um mecanismo linguístico-discursivo de instalação das categorias enunciativas de pessoa, tempo e espaço no enunciado. A *embreagem* é o oposto: o processo de neutralização dessas categorias de pessoa, tempo e espaço.

Em E19, observamos que a estratégia do discurso relatado permitiu ao jornalista/veículo manter uma aparência de objetividade, e que a utilização de verbos no modo indicativo do presente lhe permitiu apresentar um *ethos* perante o leitor/internauta (coenunciador) com *tom* firme e *caráter* de um agente sério, comprometido com a verdade dos fatos.

Em E20, analisamos que a declaração no intradiscurso de que procurara o ‘outro lado’ conclama ao jornalista/veículo um *ethos* de imparcial. Mas, vimos também que essa estratégia pode ser desfigurada pelo analista do discurso, na medida em que identificamos que o enunciador poderia buscar o ‘outro lado’ de forma direta e não por intermédio de sua assessoria.

Vejamos, na sequência, como a forma de enunciar dos jornalista/veículos moldam a imagem dos atores políticos.

3.4.2 Representação dos atores políticos: a (re)construção da imagem do outro

Mostramos, anteriormente (em “2.1”), que, ao contrário dos jornalistas, os políticos possuem uma imagem bastante estereotipada perante a sociedade. Observamos naquele momento, por meio de uma piada e de uma charge, que eles são vistos pelo grande público com muita desconfiança, e veremos neste tópico que a forma como a imprensa os apresenta em seus textos produz efeitos de sentido que corroboram ou desmancham essa imagem prévia.

Os textos a seguir são enunciados retirados dos textos que indicamos até aqui, e dizem respeito à cobertura jornalística dos quatro momentos que consideramos como *acontecimentos discursivos*: a iminência da cassação de Bernal; a cassação; a subida de Olarte à posição de prefeito; e o retorno de Bernal após o nome de Olarte ser envolvido em investigações criminais.

Analisamos os títulos e alguns parágrafos desses textos para verificar como o jornalista/veículo produz efeitos de sentido que (re)constroem imagens dos atores políticos envolvidos nesses *acontecimentos*.

Desde já, podemos indicar que a gestão de Bernal é vista ou como uma ameaça à sociedade campo-grandense, ou como motivo de chacota, e que outros atores políticos são acionados para justificar tal *ponto de vista* que não pode ser assumido claramente pelos jornalistas/veículos de comunicação. Esses atores, algumas vezes, são vistos como salvadores, como heróis, frente ao malefício (conforme os *pontos de vista*) que a gestão de Bernal causa à capital sul-mato-grossense.

Bernal como o mal que precisava ser combatido e os adversários políticos como heróis

Veremos como uma imagem de uma gestão que se torna ou um empecilho para o crescimento do município, ou, mais do que isso, uma administração maléfica, é conferida ao governo de Bernal nos excertos a seguir.

Excerto 21 (E21) – N1

- 1 *Bernal “nunca procurou” governo do Estado para construir casas populares*
Apesar de estar no segundo ano de mandato, o prefeito de Campo Grande, Alcides Bernal (PP), **nunca procurou** o governo do Estado para firmar parcerias na construção de casas populares para atender a população de baixa renda da Capital. A
- 5 afirmação é do governador André Puccinelli (PMDB), que na manhã de hoje (21) vistoriou as obras do Residencial Nelson Trad que, **com investimentos do governo**, vão beneficiar 1.624 famílias com moradia. (CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

Excerto 22 (E22) – N11

- 1 *Governador cita três coisas que faz por Campo Grande, apesar de Bernal*
 O governador André Puccinelli (PMDB) disse, nesta sexta-feira (28), que **apesar do prefeito de Campo Grande**, Alcides Bernal (PP), tem contribuído muito com a Capital. Para exemplificar o fato cita repasse de recurso para Agetran (Agência
- 5 Municipal de Trânsito), Santa Casa e Hospital do Câncer Alfredo Abraão.
 “Apesar de ser obrigação da prefeitura de Campo Grande, o governo estadual sempre contribui em projetos e ações que deveriam ser da prefeitura”, pontua Puccinelli.
- De acordo com o chefe do Executivo, o projeto “Pedestre Eu Cuido” será **retomado**
- 10 **em Campo Grande após repasse** de R\$ 900 mil à Agetran. O projeto, executado pelo Detran/MS (Departamento Estadual de Trânsito), reduziu o ritmo após a agência alegar falta de recurso para realizar a sinalização e pintura das faixas de pedestres. Puccinelli também citou repasse de R\$ 1,8 milhão para a Santa Casa e R\$ 500 mil para um anexo do Hospital do Câncer Alfredo Abraão. (CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

Os empregos do advérbio “apesar”, negritados em E21 (na Linha 2) e em E22 (Linhas 1 e 2), são uma estratégia linguístico-discursiva do jornalista/veículo de comunicação para associar a imagem de Bernal a um entrave para a cidade de Campo Grande. Ao mesmo tempo, esses termos colocam Bernal como antagonista de uma gestão de sucesso, a do governo estadual, trazida pelas citações de Puccinelli. Sendo assim, existe um obstáculo/um mal (a gestão de Bernal) e uma solução/um herói que auxilia a cidade na transposição desse obstáculo ou no combate a esse mal: figurativamente, o governo de Puccinelli.

“Apesar”, ao ser utilizado, nos dois casos, como articulador de uma lógica simples, mas não evidente, conduz o leitor/internauta a um caminho inferencial que parece só poder chegar a um único destino: a indicação de que Bernal não cumpre com seu papel de prefeito e precisa que outros façam seu trabalho – como Puccinelli, nesses dois enunciados. Para garantir esse *ponto de vista*, o jornalista/veículo utiliza expressões como “com investimentos

do governo” (Linha 6 de E21) e “retomado em Campo Grande após repasse [do governo do Estado]” (L 9 de E22). Esses trechos deixam *posto* que estão sendo aplicados recursos estaduais onde deveriam ser aplicados investimentos municipais, logo, o Executivo Estadual está atuando no lugar do Executivo Municipal, que está ausente, e deixam ainda *subentendido* que Bernal não cumpre seu papel como prefeito, sobretudo no que diz respeito aos recursos financeiros. O jornalista/veículo formula um jogo de implícitos que afetam os efeitos de sentido que o leitor/internauta terá no decorrer do texto.

O jornalista/veículo (enunciador) delega ao leitor/internauta (coenunciador) essa inferência, o que proporciona a garantia do efeito de sentido de neutralidade e imparcialidade para sua imagem (seu *ethos*) de jornalista/veículo. Trata-se de uma esquivia da *responsabilidade enunciativa*, todavia, ela é desmascarada pelo modo como o jornalista/veículo gere os discursos contrários à administração de Bernal.

O advérbio “apesar”, nos dois enunciados, age como conectivo desfavorável a Bernal. Em E21 (L 2), dá a ele uma imagem de vagaroso. É como se o jornalista/veículo afirmasse: ‘Bernal, por estar no segundo ano de mandato, já deveria ter procurado o governador para que ele o auxiliasse com mais recursos para a Capital’. Em E22, o “apesar” (L 1 e L 2) confere a Bernal uma imagem de alguém que se comporta como um obstáculo para o crescimento do município. É como se o jornalista/veículo dissesse: ‘o governador contribui com a cidade mesmo o prefeito estando no meio do caminho, atrapalhando as ações’.

Em contrapartida, enquanto Bernal é visto como a imagem da morosidade na gestão e do empecilho para o crescimento da Capital, Puccinelli é visto como uma solução para esses problemas. Ele é um dos heróis que combate o mal personificado em Bernal pelo *ponto de vista* da matéria.

Se Puccinelli, de acordo com os enunciados, é quem está fornecendo o arcabouço financeiro para que Campo Grande continue com os setores Habitacional, de Trânsito Urbano e de Saúde (temas abordados nessas matérias), Bernal é uma barreira a ser transposta, uma moléstia que precisa ser tratada.

Subentende-se, então, que ‘Bernal é aquele que não faz o bem a Campo Grande’ e que ‘Puccinelli é aquele que faz o bem para Campo Grande’. A imagem de empecilho ou de um gestor maléfico conferida a Bernal repete-se em outras matérias, como as que contêm os trechos seguintes:

Excerto 23 (E23) – N6

Em um mês, Gilmar passa “baton na Morena” e faz governo de coalizão

O **prefeito Gilmar Olarte** (PP) completou nesta semana um mês à frente da Prefeitura de Campo Grande, dando **um ritmo de agilidade** à administração municipal. Logo nos **primeiros dias de seu governo**, iniciado em 13 de março, um dia depois da cassação de Alcides Bernal (PP), **a cidade já começava a sentir maior presença do poder público** municipal nas ruas. (CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

Excerto 24 (E24) – N3

Após cidade ficar parada, vereadores pedem renascimento com Gilmar

O **principal desafio** do prefeito Gilmar Olarte (PP) será retomar os investimentos nas áreas de saúde e assistência social e a política de desenvolvimento industrial de Campo Grande. **Desde a posse do prefeito cassado, Alcides Bernal (PP), a Capital vinha perdendo investimentos** de novas empresas e a oportunidade de criar novos empregos. (CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

Excerto 25 (E25) – N9

Bernal veta socorro de R\$ 18 milhões à Santa Casa de Campo Grande

[...] A relação entre a Santa Casa e Bernal **não é boa desde a posse do atual prefeito**. [...] (CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

Em E23, o jornalista/veículo impõe um contraponto entre Olarte e Bernal:

<i>Olarte (em um mês) =</i> Ritmo de agilidade	<i>Bernal (em um ano) =</i> Ritmo de lentidão
<i>Olarte (primeiros dias de governo) =</i> Maior presença do Poder Público	<i>Bernal (em um ano) =</i> Pouca presença/ausência do Poder Público

A apresentação das características positivas de Olarte e das negativas de Bernal, sob o *ponto de vista* da matéria impõe uma cena quase de novela de um antes e um depois. O jornalista/veículo inicia um jogo linguístico-discursivo com a categoria de tempo. Mais uma vez, ele não marca uma enunciação, porque usa uma embreagem de tempo: “Em um mês”, “primeiros dias”, “já começava”. Esse jeito de enunciar marca um *distanciamento* por parte do enunciador. Essa é uma estratégia de manutenção da aparência de *objetividade*.

Todavia, a formação esquemática do embate entre Olarte e Bernal (demonstrado na tabela anterior) derruba essa pseudo-objetividade, porque sua criação só pode ser creditada a um “eu” pressuposto: sendo assim, o jornalista/veículo ganha *corporalidade* perante o “tu” – o leitor/internauta (coenunciador).

Aparentemente, o quadro diz respeito às características dos governos e não dos sujeitos (ou dos atores políticos) Olarte e Bernal. Mas essa representação afeta diretamente a imagem de ambos. A Olarte é conferida a indicação de sua *posição sócio-histórica* de “prefeito”. Bernal é somente “Bernal”: o jornalista/veículo poderia nomeá-lo, por exemplo, como ex-prefeito ou prefeito antecessor. O *modo* como está enunciado tende a ratificar que Olarte é que possui esse lugar social historicamente estabelecido e que Bernal provavelmente jamais teve essa concessão, ou seja, mesmo estando no cargo, jamais teria demonstrado postura/segurança/condições para tal. Sendo assim, a Olarte é conferida uma *imagem* de agente público ágil e presente e a Bernal o de um agente lerdo e ausente.

E24e E25 atualizam uma *imagem* ainda mais extremo para com Bernal: o então prefeito teria sido omissos ao assistir à cidade ‘morrer’. Tal interpretação é possível quando o jornalista/veículo em E25 diz que Bernal ‘vetou socorro’ à área de Saúde da cidade e em E24 diz que a cidade poderia ‘renascer’ com Olarte.

Se em E22, analisado anteriormente, o jornalista/veículo retirou de Bernal a *posição sócio-histórica* de prefeito, em E24 fez questão de indicá-la, mas acompanhando da indicação de que fora “cassado”. Essa seleção linguístico-discursiva ressoa a indicação de que Bernal era responsável pelo que fazia enquanto ocupava o cargo; portanto, não se trata de lhe conferir uma imagem de chefe do Executivo, mas de um agente público que não cumpriu com seu dever.

Mais uma vez, o uso do embate entre as duas gestões: Bernal = cidade parada; Olarte = renascimento. Se a cidade precisa ‘renascer’, é porque estava morta.

Entretanto, não é somente como empecilho ou malefício que Bernal é visto. A imprensa também lhe imputou uma imagem de alguém que não mereceria confiança, que era impopular e que agia com infantilidade perante as adversidades políticas que enfrentava.

Bernal como uma figura impopular, mal quista e birrenta

Os enunciados a seguir revigoram novas características depreciativas que ajudam a (re)construir uma imagem deteriorada de Bernal para o grande público.

Excerto 26 (E26) – N10

1 *Por que os vereadores querem cassar Alcides Bernal?*

O prefeito Alcides Bernal (PP) pode estar sendo cassado hoje pelos vereadores, principalmente, em razão da **falta de habilidade política e da pretensão de governar sozinho** a cidade de Campo Grande. [...]

5 **Teimoso**, o progressista demorou um ano para atender à pressão dos próprios aliados, como o PT, para que fizesse um “governo de coalizão”, com a atração de

vereadores da oposição para a base governista. Só em novembro do ano passado, Bernal aceitou nomear um articulador político, o professor Pedro Chaves, que, contudo, tem enfrentado dificuldade em fazer as nomeações.

10 Além dos **pecados** político-administrativos, o prefeito Alcides Bernal também **deixou de concretizar as promessas de campanha eleitoral**, desgastando-se junto à população. Eleito em outubro de 2012, com 62% dos votos válidos, Bernal **certamente não seria eleito** caso a eleição fosse hoje. No último dia 2 de março, pesquisa do Ipems revelou que apenas 23,56% dos campo-grandenses apoiam o seu

15 governo. A rejeição ao prefeito é maior, chegando a 30,5%. Outros 45,94% entrevistados consideram que a atual gestão é apenas regular. **A paciência da população com Bernal acabou**, ao ver que depois do primeiro ano de governo a sua maior promessa de campanha continuava intocada: o fim das filas nas unidades de saúde. [...] (CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

Em E26, Bernal tem para si conferido a imagem de um *sujeito*:

- politicamente inábil – “falta de habilidade política” (L 3);
- não sociável – “da pretensão de governar sozinho” (L 3);
- turrão, inflexível – “teimoso” (L 5);
- incapaz de cumprir o que promete – “deixou de concretizar as promessas de campanha eleitoral” (L 11);
- rejeitado pela população – “certamente não seria eleito” (L 13); “a paciência da população com Bernal acabou” (L 16).

Essas afirmações minam a imagem de Bernal e enfraquecem argumentos de sustentação de sua permanência na *posição sócio-histórica* de prefeito.

No enunciado que analisamos a seguir, o jornalista/veículo zomba de Bernal, ao creditar-lhe ações que provocam risos nas fontes (esses risos são representados na matéria), mas, como não pode assumir esse *ponto de vista*, atribui a cidadãos campo-grandenses as ironias.

Enunciado Excerto 27 (E27) – N2

População ironiza tentativa de Bernal de recuperar popularidade reduzindo passe
 “Não dá pra comprar uma bala! Isto é uma piada” reagiu com **misto de indignação e humor** a dona de casa Maria Valdete, de 52 anos, quando tomou conhecimento da redução de R\$ 0,05 (cinco centavos). **O anúncio foi feito pelo prefeito de Campo Grande, Alcides Bernal**, que enfrenta a maior crise política desde que assumiu e tenta reagir com o anúncio. (MIDIAMAX, grifos meus)

Em E27, a imagem que se faz é de um agente político digno de chacota, pois suas ações – “O anúncio foi feito pelo prefeito de Campo Grande, Alcides Bernal” – na governança são merecedoras de escárnio, por serem respondidas pela população com “misto de indignação e humor”.

Outras matérias atribuem a Bernal uma culpabilidade por uma gestão impopular, como no seguinte trecho:

Excerto 28 (E28) – N4

Para ex-secretário, Bernal só equilibra contas com medidas impopulares

[...]

Scaff contesta informações difundidas pela atual gestão de que Bernal quando foi cassado em março do ano passado, deixou mais de R\$ 1 bilhão em caixa. “Encontramos aproximadamente R\$ 650 milhões. Deste total, quase R\$ 400 milhões eram recursos vinculados, com destinação específica, alocados por convênios. Tínhamos em tornos de R\$ 250 milhões de livre movimentação, mas mais de R\$ 400 milhões em dívidas com fornecedores. Este calote gerou uma CPI que resultou na cassação dele”, **lembra** o ex-secretário. (CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

E28, aparentemente, é o que menos danifica a imagem de Bernal. Todavia, trata-se somente de uma aparência, pois, quando o jornalista/veículo usa o verbo *dicendi* “lembra”, para finalizar a citação em discurso direto do ex-secretário de Fazenda de Olarte (aqui, o enunciado já faz parte da cobertura do retorno de Bernal à Prefeitura), dá ideia de algo concreto e verdadeiro (afinal, no imaginário comum – no qual o jornalista/veículo crê que o leitor/internauta compreende⁸³ – não é possível se lembrar de algo que não existiu). O verbo “lembrar” no presente do indicativo ratifica o verbo “contestar” (no mesmo modo de conjugação) usado na introdução do parágrafo, porque, se ao ‘lembrar’ o ex-secretário traz algo ‘concreto’ e ‘verdadeiro’, sua ‘contestação’ é, por correlação, ‘concreta’ e ‘verdadeira’. Sendo assim, o *ponto de vista* apresentado no título (‘Bernal deverá ser impopular’) é justificado pela citação em discurso direto e, por meio dessa estratégia linguístico-discursiva, o jornalista/veículo não se compromete pelo dizer, causando efeito de neutralidade, mesmo afetando diretamente a imagem de Bernal. Pode-se ainda inferir o *subentendido* de que Bernal mentiu, porque o jornalista/veículo informa que há contestação (“Scaff contesta”, na L 3) sobre os valores que Bernal afirmava ter deixado em caixa.

Como trabalha com a *memória* de seu público-alvo, o jornalista/veículo tende a perpetuar conceitos e nominalizações, como o enunciado a seguir, que reforça a imagem negativa conferida a Bernal em E29:

Excerto 29 (E29) – N5

1 *Teimoso, Alcides Bernal demorou a ceder e usou pouco a “caneta”*

Alcides Bernal (PP) corre o risco de ser o primeiro prefeito cassado pela Câmara na história de Campo Grande. **Em razão de sua teimosia, Bernal tentou governar sozinho**, com minoria na Câmara e sem articulação política, por 10 meses. Só no dia

5 5 de novembro, após muita insistência do PT, Bernal resolveu nomear um

⁸³ Visto que, pela Teoria do Dialogismo, o enunciador dialoga com um ideal de coenunciador.

articulador político, Pedro Chaves (PSC), para a Secretaria Municipal de Governo, que iniciou a lenta montagem de um “governo de coalizão”.

Sem experiência política anterior e enfrentando a resistência de Bernal, **Pedro Chaves** teve dificuldade de implementar o projeto de reforma política. [...] 10 (CAMPO GRANDE NEWS, grifos meus)

Em E29, Bernal adquire a imagem de um *sujeito*:

- turrão, inflexível – “teimoso” (L 1), “em razão de sua teimosia” (L 3), “demorou a ceder” (L 1) – como em E26 (já analisado);
- não sociável – “tentou governar sozinho” (L 3) – também como em E26.

A postura adotada pelo jornalista/veículo fere o *posicionamento* da instituição jornalismo, pois inclui o termo “teimoso”, que pode ser considerado “muito enfático” (MARTINS, 1997, p. 16).

Difícilmente os textos noticiosos justificam a inclusão de palavras ou expressões de valor absoluto ou muito enfático, como certos adjetivos (magnífico, maravilhoso, sensacional, espetacular, admirável, esplêndido, genial), os superlativos (engraçadíssimo, deliciosíssimo, *competentíssimo*, *celebérrimo*) e verbos fortes como *infernizar*, *enfurecer*, *maravilhar*, *assombrar*, *deslumbrar*, etc. (MARTINS, 1997, p. 16-17, grifos do autor)

Diferentemente do que ocorre em E26, a imagem em desagravo a Bernal é transmitida em conjunto com seus aliados. Chaves, seu secretário de Governo, também adquire uma imagem negativa: inexperiente, como em “sem experiência política anterior” (L 8). Afirmar que ele é ‘inexperiente’ transmite ao leitor/internauta uma imagem de alguém incapaz de minimizar a falta de diálogo entre Bernal e os vereadores. Por extensão, transmite a Bernal uma incapacidade de selecionar pessoas capazes de agir em sua defesa.

Outra imagem que a imprensa (re)construiu de Bernal durante a cobertura dos acontecimentos discursivos analisados foi de infantilidade, ou seja, de alguém que não tem competência para responsabilizar-se por seus próprios atos e que, quando é contrariado, faz “birra”. O enunciado a seguir é um desses exemplos:

Excerto 30 (E30) – N7

1 *‘A classe política não me quer’, choraminga Bernal*

Chateado por ficar **isolado** durante as atividades do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em Campo Grande, o prefeito Alcides Bernal **desabafou** aos jornalistas na tarde desta quarta-feira (13), **reclamando** da postura dos políticos.

5 “Eu estou enfrentando tiroteio por todos os lados. A classe política não me quer, mas eu tenho me esforçado muito. Eu fiz economia, gastei menos e fiz mais. Todas as obras estão em dia e tudo está funcionando”, garantiu ao ser questionado sobre o isolamento. (MIDIAMAX, grifos meus)

E30 infantiliza Bernal, tirando, dessa forma, sua maturidade para operar como prefeito: queixar-se de forma lamuriosa não condiz com um *sujeito* ocupante da *posição sócio-histórica* de prefeito.

Bernal tem sua imagem afetada pelos seguintes efeitos de sentido:

- infantil – “choraminga” (L 1);
- insatisfeito, contrariado – “chateado” (L 2);
- politicamente solitário – “isolado” (L 2);
- politicamente sufocado – “desabafou” (L 3);
- queixoso – “reclamando” (L 4). Nesse caso, o sentido pode ser também de incapaz de resolver suas pendências políticas, pois, quem ‘reclama’, geralmente, é porque não consegue aquilo que quer.

O jornalista/veículo fere um dos preceitos do jornalismo, pois não usa com parcimônia termos mais coloquiais:

Termos coloquiais ou de **gíria** deverão ser usados com extrema parcimônia e apenas em casos muito especiais (nos diálogos, por exemplo), para não darem ao leitor a ideia de vulgaridade e principalmente para que não se tornem novos lugares-comuns. Como, por exemplo: *a mil, barato, galera, detonar, deitar e rolar, flagrar, com a corda* (ou *a bola*) *toda, legal, grana, bacana*, etc. (MARTINS, 1997, p. 18, grifos do autor)

Esse modo de enunciar confere ao jornalista/veículo um *ponto de vista* de discordância com relação a Bernal. Mas, como possui técnicas que podem camuflar essa tomada de posição, o jornalista/veículo tem a seu favor outra estratégia linguístico-discursiva apontada pelo *posicionamento* da profissão:

Registre no texto as **atitudes** ou **reações** das pessoas, desde que significativas: mostre se elas estão nervosas, agitadas, fumando um cigarro atrás do outro ou calmas em excesso, não se deixando abalar por nada. Em matéria de ambiente, essas indicações permitem que o leitor saiba como os personagens se comportavam no momento da entrevista ou do acontecimento. (MARTINS, 1997, p. 19, grifos do autor)

Então, o jornalista/veículo pode eximir-se da responsabilidade enunciativa porque fez uso de *saberes* defendidos pela instituição da qual faz parte.

Bernal culpabilizado

Para a AD, existe uma diferença clara entre texto e discurso. O *texto* é como o *discurso* se apresenta de forma concreta para agir sobre o *sujeito*. O discurso é uma constituição histórica e ideológica, ao passo que o texto constitui sua materialidade.

Essa materialização, portanto, pode ultrapassar sua extensão verbal. Bakhtin (2002, p. 86) afirma que o texto é “objeto de enunciação”, sendo assim, qualquer modo de enunciação que se faça um “sentido amplo de conjunto coerente de signos” (BAKHTIN, 1997a, p. 330) é um texto.

Portanto, não é somente por meio de textos verbais e escritos (como os que analisamos até este instante) que a imagem de um agente político é (re)construída pela imprensa. Têm função primordial no jornalismo as fotografias, que ajudam a emoldurar as notícias e a transmitir efeitos de sentido ao leitor/internauta.

Veremos, a seguir, a análise de três fotografias publicadas na matéria *Cassado teve ascensão meteórica e relação desastrosa com a Câmara* (N12), e como, acompanhadas de suas legendas e mescladas ao título, essas imagens atribuem a Bernal uma imagem de culpado por crimes políticos.

Figura 3 – Bernal com a bandeira de Campo Grande no ato de sua posse, com Olarte ao fundo⁸⁴



Legenda original da fotografia na matéria:

Em primeiro de janeiro de 2013, Bernal comemora posse como prefeito de Campo Grande.

⁸⁴ Fonte: Luciano Muta/Arquivo. Campo Grande News. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/politica/cassado-teve-ascensao-meteorica-e-relacao-desastrosa-com-a-camara>>. Acesso em: 29 maio 2016.

Figura 4 – Bernal momentos antes de deixar a Câmara de Vereadores de Campo Grande ainda durante a sessão que cassou seu mandato, em março de 2014⁸⁵



Legenda original da fotografia na matéria:
Antes da votação ser concluída, Bernal deixa sede do Legislativo.

Quando dispõe as duas imagens na mesma matéria, pode-se dizer que o jornalista/veículo assume uma subjetividade, um “eu”, pois a seleção das imagens não é aleatória. A primeira imagem (F3) abre a matéria, e a segunda (F4) está entremeada pelo texto escrito. Dessa forma, é como se o jornalista/veículo afirmasse: Bernal vivia um caso de amor – ele segurava a bandeira como se segurasse cada um dos cidadãos campo-grandenses, como se abraçasse a cidade – e, depois, passa a um desquite com essa mesma cidade.

A bandeira era apresentada por Bernal como alusiva ao município. É como se o jornalista/veículo quisesse mostrar que Bernal enfatizara naquele momento – a cerimônia de sua posse como prefeito da Capital – ‘Campo Grande pode contar comigo’. Era um gesto de acolhimento.

F3 é usada, pelo jornalista/veículo para lembrar ao povo um “antes”. Já F4 mostraria o “agora” – que remete ao instante em que Bernal foi cassado, março de 2014, quando a notícia era veiculada. Esse lidar com um “antes” e “agora” é um jogo de embreagem feito pelo

⁸⁵ Fonte: Marcelo Victor. Campo Grande News. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/politica/cassado-teve-ascensao-meteorica-e-relacao-desastrosa-com-a-camara>>. Acesso em: 29 maio 2016.

jornalista, que mostra duas faces de um agente político, sendo a última em seu desfavor. F4 apresenta Bernal com o rosto em foco, o queixo levemente erguido e a os dentes à mostra. Parece que o prefeito se dirige a alguém – adversários políticos, ou cidadãos que o desaprovam, provavelmente.

Ao contrapormos F3 e F4, temos uma mudança radical de conduta de Bernal. Ele está acolhedor em F3, e irado em F4. Ambas as imagens são selecionadas pelo jornalista/veículo, pois havia outras fotografias para serem apresentadas aos seus leitores/internautas.

Enquanto F3 tem como legenda “Em primeiro de janeiro de 2013, Bernal comemora posse como prefeito de Campo Grande”, F4 traz “Antes da votação ser concluída, Bernal deixa sede do Legislativo”. As legendas têm um papel importante no jornalismo:

[...] De um ponto de vista estritamente jornalístico, destina-se a indicar, complementar ou ampliar o significado da **ilustração**. Daí o motivo pelo qual não deve ser discursiva, óbvia ou redundante, cabendo-lhe, apenas, ser útil, necessária à circunstância, isto é, à sua condição de **complemento** da informação principal contida na foto, gravura ou qualquer que seja a **ilustração**. (BAHIA, 2010, p. 224, grifos do autor)

Nas fotografias citadas, ocorre, novamente, o jogo de um “antes” e um “depois”. Bernal estava contente e queria desfrutar de cada momento daquela cerimônia (F3). Dessa vez (F4), entretanto, não pode sequer aguardar o fim da sessão, como se, já sabendo que seria cassado, não conseguisse aguardar o resultado final. Como o resultado lhe é avesso, muda seu semblante.

Ambas as fotografias, todavia, lhe conferem a imagem de alguém que não controla as emoções/ou de que não faz questão de escondê-las, tanto no contentamento quanto na adversidade; ao contrário do então vice Olarte que, mesmo sendo parte da gestão, aparece sem êxtase e discreto em F3 – parecendo capaz de se controlar melhor. Ao mesmo tempo, há uma ideia de que Bernal sempre preferiu agir sozinho, pois não convidou seu vice (do mesmo partido, o PP) para fazer parte da ‘comemoração’ (como traz a legenda “Bernal comemora posse”), isto é, naquele que seria o momento mais feliz de sua carreira política até então, Bernal não quis dividir o sucesso, preferiu ficar à frente (especialmente, inclusive, como procura demonstrar a fotografia) de seus aliados.

Sendo assim, mesmo em um jogo de ‘antes comemorando’ a posse e ‘depois sofrendo’ o *impeachment*, Bernal sempre é tido como alguém solitário por escolha própria, pois, em F3, é ele quem escolhe ir à frente do palco, e, em F4, é ele quem ‘encara e mostra os dentes’ para os adversários. Claro que, o leitor/internauta pode perceber que Bernal poderia estar falando e

não apenas mostrando os dentes a alguém, mas, a opção por congelar em fotografia este momento e apresentar ao leitor/internauta é do jornalista/veículo: essa imagem dos dentes cerrados à mostra – que talvez fosse um momento que antecedia o abrir a boca para uma fala mais ríspida, de Bernal em resposta a um adversário ou a alguém que o provocava – traz à mente uma representação de ira, de prontidão para atacar. Pela imagem, é como se o jornalista/veículo quisesse mostrar que Bernal está pronto para atacar: aqueles que o arguíram, os repórteres, os adversários, todos que não pôde cooptar.

Dessa maneira, o *modo* de enunciar escolhido pelo jornalista/veículo causa efeitos de sentido sobre o leitor/internauta. Essa ação sobre o leitor/internauta também ocorre por meio de outra fotografia veiculada na mesma matéria.

Figura 5 – Bernal já do lado de fora da Câmara de Vereadores de Campo Grande durante sessão de votação que cassou seu mandato de prefeito, em março de 2014⁸⁶



Legenda original da fotografia na matéria:
Bernal ergue a mão fechada e repete gesto dos petistas condenados pelo mensalão.

⁸⁶ Fonte: Marcelo Victor. Campo Grande News. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/politica/cassado-teve-ascensao-meteorica-e-relacao-desastrosa-com-a-camara>>. Acesso em: 29 maio 2016.

Figura 6 – Petistas José Dirceu e José Genoíno quando se apresentaram à Superintendência da Polícia Federal na época em que eram acusados de participação em atos de corrupção que ficaram conhecidos como Mensalão, em 2006⁸⁷



Quando escreve na legenda “Bernal ergue a mão fechada e repete gesto dos petistas condenados pelo mensalão”, o jornalista/veículo apela para a lembrança – por meio da *memória discursiva* – do leitor/internauta para remeter às imagens que cita de José Dirceu e José Genoíno quando foram acusados de corrupção alguns anos antes.

Por meio do *dialogismo* a que todo discurso está submetido, o jornalista/veículo (enunciador) sabe que seu leitor/internauta (coenunciador) recorda que tanto Dirceu quanto Genoíno (“petistas”) foram incriminados pela Justiça. Dessa forma, o jornalista/veículo incrimina Bernal, mesmo sem aquele ser o fim da sessão que o cassara.

Todas as fotografias apresentadas pelo jornalista/veículo são argumentos, ou ainda, *pontos de vista*, que colaboram com o título da matéria: *Cassado teve ascensão meteórica e relação desastrosa com a Câmara*. Nesse momento, Bernal não é ‘ex-prefeito’, não é ‘político’, não é ‘pepista’ (alusão a seu partido, o PP): não é sequer somente um nome próprio ‘Bernal’. Bernal é “cassado”. Um adjetivo toma forma de um nome próprio e ganha vida. Não é Bernal quem sai com o punho cerrado, é o Cassado – com “C” maiúsculo, e não só por estar no começo da frase que serve de título.

⁸⁷ Fonte: Eduardo Knapp/Daniel Guimarães/Folhapress. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/02/1407016-perto-de-barbosa-vice-da-camara-faz-gesto-que-marcou-prisao-de-petistas.shtml>>. Acesso em: 29 maio. 2016. 18:10.

A legenda de F3, indicando que se passara somente um ano dos quatro em que deveria permanecer no governo, compõe o efeito de sentido ampliado por “ascensão meteórica”. O semblante de ira ainda dentro da sede da Câmara mostra em imagem fotográfica a “relação desastrosa” que Bernal tivera com os vereadores.

Vê-se, portanto, que a escolha das fotografias a serem lançadas ao ar estão longe de ser aleatórias. Elas influenciam diretamente a (re)construção de uma imagem de Bernal culpado. Se assim é, as fotografias não são objetivas, mas indícios de uma *subjetividade* (de um “eu” enunciando) que indefere qualquer defesa de um *distanciamento* por parte do jornalista/veículo de comunicação.

Vimos, portanto, que o modo como o jornalista/a imprensa caracteriza a imagem do outro (do político, em nosso caso) causa efeitos de sentido perante o leitor/internauta, seu coenunciador. Os tópicos anteriores mostraram que há interferência do jornalista/da imprensa sobre a enunciação, isto é, existem estratégias linguístico-discursivas selecionadas pelo jornalismo que, se não o tornam de todo consciente daquilo que (re)produz, o tornam passível de uma responsabilidade enunciativa pelo modo como geriu as diversas vozes convocadas em seu texto.

As análises que fizemos sobre as diversas formas de discurso relatado – que tem como característica principal ter sido alienado de sua enunciação primeira –, sobre os pressupostos e subentendidos que contribuem implicitamente para causar efeitos de sentido, sobre a referenciação como ato de nomear afetando os sentidos, e sobre o *ethos* do jornalista e como o modo de enunciar do jornalista/veículo afeta a imagem do agente político, nos oportunizam tecer algumas considerações a respeito das técnicas do discurso jornalístico para se firmar/aparentar objetivo, neutro e imparcial, bem como a respeito das falhas desses recursos linguístico-discursivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos nossa jornada delimitando uma problemática, ou seja, assumindo hipóteses com vistas a encontrar respostas para perguntas suscitadas a partir de um fenômeno linguageiro, o próprio objeto de análise.

Observamos que, ao longo da história, o jornalismo definiu um *posicionamento* que exige uma postura ética e técnica dos profissionais e veículos da área, refletido em seu discurso: os textos de gênero informativo, em particular o gênero discursivo notícia. Os manuais de redação, códigos deontológicos, entre outros, estabelecem, assim, que o jornalista deve se manter neutro, imparcial e objetivo.

Todavia, fomos motivados por uma inquietação, e lançamos a hipótese de que há uma falsa transparência desses ideais jornalísticos. Fomos provocados a responder a duas indagações: a) como os textos jornalísticos ditos informativos – portanto, que deveriam ser não opinativos – causam efeitos de sentido de neutralidade e de imparcialidade?; b) como o jornalista/a imprensa, utilizando técnicas de escrita próprias da profissão, produz um texto em que se esquivava da responsabilidade por aquilo que escreve?

Para tentar responder a essas questões, no primeiro capítulo, debatemos o arcabouço teórico da pesquisa. Entendemos que nosso objeto demandava um quadro conceitual que desse conta de contemplar tanto o contexto amplo (histórico), quanto o contexto imediato (enunciativo). Isso se explica por ser o discurso midiático, onde se insere o discurso jornalístico, uma das maiores fontes de *corpora* da AD de corrente enunciativa, que constituiu o referencial da pesquisa – também chamada de segunda geração da AD ou novas tendências da AD, ou, ainda, AD contemporânea. Sendo assim, buscamos apoio teórico e analítico em autores como Maingueneau, Authier-Revuz, Rabatel e seus inspiradores, como Foucault, Bakhtin e Benveniste.

Como o fazer jornalístico apresenta algumas peculiaridades, precisamos mencioná-las ao menos brevemente, como fizemos no segundo capítulo. Essas particularidades foram importantes para estabelecermos as *condições de produção* do discurso jornalístico e o *ethos* do jornalista/veículo no momento em que enuncia.

No terceiro capítulo, transpusemos esse quadro conceitual para a análise de um *corpus* formado por enunciados de notícias publicadas nos dois webjornais mais acessados de Campo Grande, o *Campo Grande News* e o *Midiamax*. Esses enunciados foram produzidos durante a cobertura de quatro *acontecimentos midiático-discursivos* que ocorreram na capital sul-mato-

grossense entre 2014 e 2015: a) a iminência da cassação do mandato de Bernal do cargo de prefeito, com exaltadas denúncias entre ele e vereadores; b) a efetividade da cassação; c) a ascensão de Olarte, então vice, a prefeito; d) a inclusão do nome de Olarte em crimes que o levaram à perda de mandato e à prisão, e, enfim, o retorno, por ordem judicial, de Bernal à chefia do Poder Executivo Municipal. Pudemos mostrar que o jornalista/veículo de comunicação emprega diversas estratégias que são, ao mesmo tempo, linguísticas – pois lidam com a língua enquanto materialidade sígnica – e discursivas – as funções de comunicação e a (re)produção de efeitos de sentido que são defendidos por uma classe, por um *posicionamento*, formada pelos *sujeitos* ocupantes da *posição sócio-histórica* de jornalista.

Vimos que as variadas modalidades do discurso relatado se configuram em um discurso alienado, ou seja, retirado de sua situação de enunciação primeira. Dessa maneira, apresentá-lo constitui um risco para o jornalista/veículo, que pode deturpar a fala do outro. Se agir assim, deixará de ser objetivo, imparcial e neutro, passando a ferir o *posicionamento* de sua instituição. Mas, como o uso de citações diretas ou indiretas é o principal instrumento formador do fio do discurso jornalístico, o profissional da área precisa aplicar estratégias linguístico-discursivas que o eximam de quaisquer críticas de ter ferido esse *posicionamento*. Para tal, o jornalista/veículo aplica técnicas, como a gestão de vozes alheias em discurso direto, as aspas, a modalização em discurso segundo. Desse modo, mantém uma aparência de distanciamento do acontecimento noticiado e de fidedignidade em relação às fontes.

Não há como negar que os simulacros de neutralidade e de objetividade perante o leitor/internauta (coenunciador) surtem seu(s) efeito(s), pois as técnicas empregadas eximem o jornalista/veículo (enunciador) mediante a pressão sofrida diante de um entrevistado, por exemplo. Esse fato responde, concomitantemente, às duas perguntas colocadas anteriormente, na medida em que mostra como os textos jornalísticos informativos causam efeitos de sentido de neutralidade e de imparcialidade (pergunta *a*) e como o jornalista/veículo, utilizando técnicas específicas, se exime de uma responsabilidade enunciativa (pergunta *b*).

Entretanto, as análises mostraram que: *os modalizadores interferem no (efeito de) sentido de objetividade* pretendido pelo mecanismo do discurso direto; a tentativa de interpretar o outro se torna um *simulacro* do outro no discurso indireto; a indicação de uma “ilhota textual” posiciona a fala do outro num mar de interpretações, o que a torna, portanto, pouco objetiva. Vimos, ainda, que, por não poder assumir um *ponto de vista* declaradamente, o discurso jornalístico, manifestado em textos (notícia), é repleto de *implícitos* que afetam o sentido perante o leitor/internauta (coenunciador), e que o ato de nomear os atores políticos e

os acontecimentos discursivos que comunica ao grande público, chamado de *referenciação*, também incide sobre os efeitos de sentido. Essas considerações contemplam o objetivo geral desta dissertação, pois, a partir das análises da cobertura jornalística da cassação do mandato de Alcides Bernal, pudemos explicar que objetividade, imparcialidade e neutralidade constituem tão somente efeitos de sentido (re)produzidos pelo jornalista/veículo. O objetivo específico também foi atingido, na medida em que se demonstrou que alguns *webjornais* trazem textos que apresentam indicações explícitas e implícitas que não condizem com a ideia do *ethos* de defensor da verdade que paira sobre a imagem do jornalismo.

Importante desde o surgimento da AD, o fator inconsciente continua tendo relevância em sua vertente mais contemporânea, a AD de segunda geração, como nos trabalhos de Authier-Revuz, inspirados em Lacan. No entanto, há uma margem de manobra do *sujeito* que lhe permite selecionar estratégias linguístico-discursivas em meio a um rol de possibilidades, ainda que estas sejam finitas e mediadas pelo *posicionamento* que a instituição jornalismo impõe à *posição sócio-histórica* jornalista. Se o fator inconsciente influencia as escolhas do jornalista/veículo, mas este possui certo controle sobre o *modo* como enuncia – bem como sobre as vozes que opta por levar a público –, então é possível afirmar que, nos enunciados analisados, os jornalistas/veículos foram pouco objetivos, neutros e imparciais. Nessa perspectiva, podem ser responsabilizados enunciativamente, na maneira como geriram os diversos dizeres dos entrevistados (fontes).

Em nossas análises, vimos que a gestão dos mecanismos linguísticos-discursivos de discurso relatado manifesta-se no momento da enunciação. Com essa observação, e com o auxílio do conceito de *subjetividade* de Benveniste (1976), pudemos responder mais adequadamente às perguntas que nos nortearam. Os textos jornalísticos ditos informativos causam efeitos de sentido de neutralidade e de imparcialidade na medida em que se apresentam ao coenunciador carregados de elementos que, reconhecidamente, têm esse fim, sendo o uso de aspas um dos exemplos.

Quando analisamos esses procedimentos de transposição da voz alheia por meio daquilo que se propôs chamarmos de discurso alienado – já que é uma voz alheia forçosamente arrebatada de sua enunciação primeira e carregada de efeitos de sentido –, vemos que o jornalista/a imprensa, caracterizados em nossa pesquisa pelos enunciados extraídos dos *webjornais* analisados, utiliza técnicas de escrita próprias da profissão, produzindo um texto em que se esquia da responsabilidade por aquilo que escreve, a partir do momento em que causa um efeito de sentido de apagamento da subjetividade, empregando, por exemplo, a terceira pessoa (a não pessoa). Sendo assim, esse procedimento deixa de ser

apenas gramatical, e passa a causar efeitos de sentido de objetividade, de neutralidade e de imparcialidade que corroboram a noção de transparência – na realidade, uma pseudotransparência – do discurso jornalístico.

As categorias de análise expostas no decorrer do terceiro capítulo possibilitaram afirmar que a linguagem do jornalista não é vazia de um conteúdo ideológico. Por exemplo, quando o jornalista marca o discurso do outro por meio de aspas numa clara *heterogeneidade mostrada marcada*, aparentemente, remete o leitor/internauta (coenunciador) a pensar que aquele enunciado é transmitido *ipsis litteris* na forma como foi dito pelo entrevistado, mas, os verbos *dicendi* que o jornalista/veículo utilizou para apresentar esse enunciado apontam que havia uma ênfase ou uma atenuação de determinados trechos. Esses efeitos eram obtidos pelos verbos selecionados pelo jornalista/veículo, e não pelo entrevistado, assim sendo, o jornalista/veículo mantinha uma aparência de distância perante o entrevistado, ao mesmo tempo em que corroborava um determinado *ponto de vista*, em geral, em nosso *corpus*, contrário ao prefeito Alcides Bernal. Mas, como utilizam estratégias linguístico-discursivas como a *heterogeneidade mostrada marcada*, os webjornais não podem ser refutados perante o leitor/internauta (coenunciador), a não ser por meio de uma análise discursiva.

Por último, observamos que todas essas estratégias linguístico-discursivas utilizadas pelos jornalistas/veículos de comunicação produzem um efeito sobre a forma como são vistos perante a sociedade. Sendo assim, elas garantem a manutenção da imagem de si mesmos como imparciais, neutros e objetivos e (re)constróem a imagem do outro (a fonte ouvida/citada).

Portanto, ainda que sendo submisso a um *posicionamento* estabelecido historicamente a despeito dele, o jornalista/veículo apresenta-se capaz de se valer de estratégias linguístico-discursivas que são escolhas de um “eu” enunciador.

Dessa forma, concluímos que o jornalista/veículo pode ser apontado como *sujeito* simultaneamente suscetível a condutas ideológicas que o fazem selecionar alguns dizeres/palavras/frases/ilustrações como aqueles em que está liberado a enunciar e recusar outros que não lhe competem dizer (devido a sua posição *sócio-histórica*); e, ainda, passível de ser responsabilizado enunciativamente pelo que diz e pelo modo como diz.

Condições essas que nos permitiram concordar com Marques (2013) e afirmar que o jornalista/veículo busca uma *não assunção da responsabilidade enunciativa*, porém, deixa rastros para que o analista do discurso lhe impute essa responsabilidade.

As análises aqui apresentadas foram formuladas no intuito maior de contribuir, ainda que de forma modesta, para as reflexões a respeito do discurso jornalístico e apontaram que,

muitas vezes, os veículos de comunicação não cumprem aquilo que seu *posicionamento* defende e deixam de tentar ser neutros e imparciais – ainda que isso não venha a ser por má-fé, mas por interesses diversos, como o econômico (a notícia, no mundo capitalista, é também mercadoria), o político-partidário, a correria do dia a dia de uma redação (principalmente no webjornalismo), etc.

Ainda que objetividade, neutralidade e imparcialidade sejam realmente inatingíveis em sua totalidade, devem ser perseguidas pelos profissionais da área, como pregam seus manuais de redação e estilo, por exemplo. Os jornalistas/veículos de comunicação não deveriam mascarar suas opiniões e sua parcialidade com técnicas apuradas, como aquelas vistas nas análises, quando produzirem textos de gênero informativo – em que os juízos de valores a respeito dos acontecimentos e das fontes consultadas caberiam ao coenunciador, o leitor/ouvinte/telespectador/internauta –, pois existem dentro do próprio jornalismo outros gêneros que possibilitam essa abertura, como crônicas, o editorial, artigos: que se faça às claras e não de forma camuflada.

As discussões que abarcamos aqui são relevantes ainda para a AD, pois demonstram sua efetividade para tratar de *corpora* heterogêneos em sua essência, como o discurso jornalístico, que pode comportar em si vários outros, a exemplo do discurso político. Sendo assim, esta dissertação modestamente contribui para uma leitura mais apurada/crítica do texto jornalístico, tido socialmente como a transcrição verdadeira dos fatos, mas que não é transparente, como vimos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPINO. Charge de 25 de maio de 2015, A charge do Alpino, Veja *on-line*. São Paulo: Abril, 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/tag/alpino/page/4/>>. Acesso em: 8 fev. 2016. 16:02.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3. ed. Lisboa, Portugal: Presença, 1974.

AMOSSY, Ruth. *Ethos*. Tradução de Sandoval Nonato Gomes-Santos. In: MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick (Orgs.). **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014a, p. 220-221.

AMOSSY, Ruth. *Estereótipo*. Tradução de Pedro Luis Navarro Barbosa. In: MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick (Orgs.). **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014b, p. 214-216.

ANIMATUNES. Piada animada: político no médico – ANIMATUNES. In: **AnimaTunes**: Canal oficial do grupo AnimaTunes no YouTube. 1'53''. set. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Jla2BJU-e3U>>. Acesso em: 8 fev. 2016. 15:53.

ARISTÓTELES. Definição da Retórica e sua estrutura lógica. In: _____. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 3. ed. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2006.

AULETE, Caldas. Estória. In: _____. **Dicionário Aulete Digital**. Rio de Janeiro: Lexicon Digital, 2014.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Tradução de Cláudia R. Castellanos Pfeifser, Gileade Pereira de Godoi, Luiz Francisco Dias, Maria Onice Payer, Mônica Zoppi-Fontana, Pedro de Souza, Rosângela Morello, Suzy Lagazzi-Rodrigues. Revisão de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Revisão e tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAHIA, Benedito Juarez. **Dicionário de Jornalismo**: século XX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997a, p. 277-326.

BAKHTIN, Mikhail. O problema do texto. In: _____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997b, p. 327-358.

BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. In: _____. **Questões de Literatura e Estética: a teoria do romance**. 5. ed. São Paulo, Hucitec, 2002. p. 71-164. Disponível em: <http://issuu.com/fernandalima4/docs/bakhtin__m._-_quest__es_de_literatu>. Acesso em: 10 nov. 2015.

BAKHTIN, Mikhail/VOLOCHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. (Série Letras e Linguísticas. v. 8.).

BONNAFOUS, Simone. Ideologia. Tradução de Sírio Possenti. In: MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick (Orgs.). **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014, p. 267-269.

BORGES, Juliano da Silva. **Webjornalismo: política e jornalismo em tempo real**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

BRANCA-ROSOFF, Sonia. Condições de produção. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz Junior. In: MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick (Orgs.). **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014, p. 114.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2. ed. rev., 2. reimp. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

BRAIT, Beth. Perspectiva dialógica. In: _____.; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (Orgs.). **Texto ou discurso?**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 9-30.

CAMPO GRANDE NEWS. Com a palavra, gente que passou por aqui e hoje vive novos desafios. **Campo Grande News**, Comportamento, Campo Grande: 2012b. Disponível em:

<<http://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento/com-a-palavra-gente-que-passou-por-aqui-e-hoje-vive-novos-desafios>>. Acesso em: 28 fev. 2015. 14:00.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo**: da pirâmide invertida à pirâmide deitada. Porto, Portugal; Corvilhã, Portugal: Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação (Livros LabCom Books)/Universidade Fernando Pessoa; Universidade da Beira Interior, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. La argumentación persuasiva. El ejemplo del discurso político. In: SHIRO, M. et. al. **Haciendo discurso**: Homenaje a Adriana Bolívar, Facultad de Humanidades y Educación, Universidad Central de Venezuela. Caracas: Universidade Central da Venezuela, 2009. p. 277-295. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/La-argumentacion-persuasiva-El.html>>. Acesso em: 8 fev. 2016. 15:29.

CHARAUDEAU, Patrick. Dize-me qual é teu *corpus*, eu te direi qual é a tua problemática. **Revista Diadorim**/Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. v. 10, dez. 2011, p. 1-23.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 2. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. *Efeito de sentido*. Tradução de Sandoval Nonato Gomes-Santos. In: MAINGUENEAU, Dominique; _____ (Orgs.). **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014, p. 179-180.

CHAVES, Aline Saddi. Contribuições do Círculo Russo para a Análise do Discurso, **Revista Philologus**, Suplemento/**Anais da 7ª Jornada Nacional se Linguística e Filologia da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, 2012. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 2012, p. 785-797.

CHAVES, Aline Saddi. **Gêneros do discurso e memória**: o dialogismo intergenérico no discurso publicitário. 2010. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Francesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-05082010-135657/pt-br.php>>. Acesso em: jan. 2016.

CORTEZ, Suzana Leite; KOCH, Ingedore Villaça. A construção do ponto de vista por meio de formas referenciais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Maria Calixto de (Orgs.). **Referenciação**: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2013. cap. 1, p. 9-29.

DALMONTE, Edson Fernando. **Pensar o discurso no webjornalismo**: temporalidade, paratexto e comunidades de experiência. Salvador: EDUFBA, 2009.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ESH, Carlos Eduardo. Do microfone ao plenário: o comunicador radiofônico e seu sucesso eleitoral. In: BIANCO, Nélia del; MOREIRA, Sônia Virgínia (Orgs.). **Rádio no Brasil**: tendências e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora da UERJ; Editora da UNB, 1999, p. 231.

FEDERAÇÃO Nacional dos Jornalistas (FENAJ). **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Brasília: 2007.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.

FIORIN, José Luiz. Categorias da enunciação e efeitos de sentido. In: _____. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996, p. 107-129.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 7. ed. 4. reimpr. São Paulo: Ática, 2001. (Série Princípios).

FIORIN, José Luiz. Teoria dos signos. In: _____. (Org.). **Introdução à Linguística**. v. 1. São Paulo: Contexto, 2012a. (Objetos Teóricos).

FIORIN, José Luiz. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (Orgs.). **Texto ou discurso?**. São Paulo: Contexto, 2012b, p. 145-165.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. 15. ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2009. cap. 12.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. 3. reimp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GADET, Françoise; LÉON, Jacqueline, MALDIDIER, Denise; PLON, Michel. Apresentação da conjuntura em Linguística, em Psicanálise e em Informática Aplicada ao Estudo dos Textos na França, em 1969. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. 3. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997. cap. 1, p. 39-60. (Coleção Repertórios).

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades, **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo. v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007. São Paulo: ESPM, 2007.

GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997. (Série Princípios).

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). Tradução de Bethania Mariani. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. 3. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997. cap. 1, p. 13-38. (Coleção Repertórios).

KERBRAT-ORECCHINI, Catherine. Implícito. Tradução de Sírio Possenti. In: MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick (Orgs.). **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014, p. 271-273.

LACAN, Jaques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: _____. **Escritos**. Versão brasileira de Vera Ribeiro. Revisão técnica de Antonio Quinet e Angelina Harari. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a, p. 238-324.

LACAN, Jaques. Posição do inconsciente. In: _____. **Escritos**. Versão brasileira de Vera Ribeiro. Revisão técnica de Antonio Quinet e Angelina Harari. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b, p. 843-865.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 5. ed. 5. reimp. São Paulo: Ática, 2004. (Série Princípios).

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Tradução de Freda Indursky. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gêneses do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Parábola, 2012a.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Tradução e organização de textos de Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Parábola, 2012b.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva. 6. ed. ampli. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. *Posicionamento*. Tradução de Fábio César Montanheiro. In: _____; CHARAUDEAU, Patrick (Orgs.). **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014a p. 392-393.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise do Discurso*. Tradução de Maria do Rosário Gregolin. In: _____; CHARAUDEAU, Patrick (Orgs.). **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014b, p. 43-46.

MAINGUENEAU, Dominique. **Frases sem texto**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2014c.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso*. Tradução de Sírio Possenti. In: _____; CHARAUDEAU, Patrick (Orgs.). **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014d, p. 168-172.

MAINGUENEAU, Dominique. *Enunciação*. Tradução de Sandoval Nonato Gomes-Santos. In: _____; CHARAUDEAU, Patrick (Orgs.). **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014e, p. 193-195.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso** – (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MARQUES, Maria Aldina. Construir a responsabilidade enunciativa no discurso jornalístico, **Revista de Estudos do Discurso (Redis)**, Porto, n. 2. Porto, Portugal: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013, p. 139-166.

MARTINS, Eduardo. **Manual de redação e estilo**. 3. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luís Claudio de Castro e Costa. Introdução de Jacob Gorender. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MELO, José Marques de. Panorama diacrônico dos gêneros jornalísticos. In: _____; LAURINDO, Roseméri; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos: teoria e práxis**. Blumenau, SC: EDIFURB, 2012, p. 21-26.

MIDIAMAX. Jornalismo do Midiamax completa 10 anos, **Midiamax**, Capa/Geral, Campo Grande, 2012. Disponível em: <<https://midiamax.com/noticias/797703-jornalismo-do-midiamax-completa-10-anos.html>>. Acesso em: 28 fev. 2015. 14:00.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernardete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Clássicos da Linguística). cap. 1. p. 17-52.

MOIRAND, Sophie. Objeto de discurso. Tradução de Roselene de Fatima Coito. In: MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick (Orgs.). **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014, p. 351-352.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Introdução. In: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas: as não coincidências do dizer**. Tradução de Claudia R. Castellanos Pfeifer, Gileade Pereira de Godoi, Luiz Francisco Dias, Maria Onice Payer, Mónica Zoppi-Fontana, Pedro de Souza, Rosângela Morello, Suzy Lagazzi-Rodrigues. Revisão de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani, Eni Puccinelli Orlandi. Jonas de A. Romualdo, Lourenço Chacon J. Filho, Manoel Gonçalves, Maria Augusta B. de Matos, Péricles Cunha, Silvana M. Serrani e Suzy Lagassi. Campinas: Editora da Unicamp, 1997^a, p. 61-163. (Coleção Repertórios).

PÊCHEUX, Michel. A Análise do Discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de**

Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. 3. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997b, p. 311-319. (Coleção Repertórios).

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours, **Revista Persée**, Paris/França, v. 9. n. 1. p. 7-17, 1984. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/mots_0243-6450_1984_num_9_1_1160>. Acesso em: 17 jan. 2015.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. 3. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997. cap. 1, p. 13-38. (Coleção Repertórios).

PETIT, Gérard. Anáfora. Tradução de Maria do Rosário Gregolin. In: MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick (Orgs.). **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014, p. 36-39.

PLATÃO. **Diálogos**: Teeteto; Crátilo. Tradução direta do grego por Carlos Alberto Nunes. Coordenação de Benedito Nunes. 3. ed. rev. Belém: Editora da UFPA, 2001.

POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso**. 1. reimp. São Paulo: Parábola, 2011.

POSSENTI, Sírio. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos. v. 3. 5. ed. 1. reimp. São Paulo: Cortez, 2013, p. 353-391.

RABATEL, Alain. O papel do enunciador na construção interacional dos pontos de vista. In: EMEDIATO, Wander (Org.). **A construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013, p. 9-66.

SANTAELLA, Lucia. Os espaços líquidos da cibermídia. **E-Compós – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, abr. 2005, p. 1-13.

SAUSSURE, F.; BALLY, C.; SECHEHAYE, A. (Orgs.). **Curso de Linguística Geral**. 34. ed. São Paulo: Cultrix: 2012.

SEIXAS, Lia. Gêneros jornalísticos: partindo do discurso para chegar à finalidade. In: MELO, José Marques de; LAURINDO, Roseméri; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos: teoria e práxis**. Blumenau, SC: EDIFURB, 2012, p. 27-45.

SILVA, Eronildo Barbosa da; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Do MDB ao PMDB: 40 anos de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Oeste, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. v. 1 (Porque as notícias são como são). 3. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2012.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. Tradução de Nelson Traquina. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa, Portugal: Vega, 1993, p. 74-90.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5. ed. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa, Portugal: Presença, 1999.

ANEXOS

NOTÍCIA 1

Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/politica/bernal-nunca-procurou-governo-do-estado-para-construir-casas-populares>>.

CAMPO GRANDE NEWS

Política

21/02/2014 08:25

Bernal “nunca procurou” governo do Estado para construir casas populares

Apesar de estar no segundo ano de mandato, o prefeito de Campo Grande, Alcides Bernal (PP), nunca procurou o governo do Estado para firmar parcerias na construção de casas populares para atender a população de baixa renda da Capital. A afirmação é do governador André Puccinelli (PMDB), que na manhã de hoje (21) vistoriou as obras do Residencial Nelson Trad que, com investimentos do governo, vão beneficiar 1.624 famílias com moradia.

“Até o momento, Bernal não me procurou para fazer nenhuma parceria em relação a construção civil. Se a prefeitura cedesse o terreno, o governo do Estado poderia fazer mais casas para a população”, ressaltou André.

O governador afirmou, ainda, que cooperação entre municípios e Estado foi prática comum durante seu mandato, por isso, não entende o desinteresse de Bernal. “Não sei se Bernal não tem dinheiro, pessoas responsáveis pela Habitação, ou se não tem interesse em firmar parcerias com o governo estadual. Já fiz muitas com outras prefeituras do Estado, inclusive com Campo Grande, na gestão anterior”, acrescentou.

O resultado, aponta Puccinelli, recai diretamente sobre a população. “Quem sai prejudicado é quem mora em Campo Grande”, finaliza.

O Campo Grande News procurou a assessoria de imprensa do prefeito Alcides Bernal para saber se há projetos para a área habitacional, mas, até o fechamento desta reportagem, não obteve retorno.

NOTÍCIA 2

Disponível em: <http://www.midiamax.com.br/noticias/878556-populacao+ironiza+tentativa+bernal+recuperar+popularidade+reduzindo+passo.html#.U2VUX_k7uSo>.

MIDIAMAX

Geral

26/10/2013 17:04

População ironiza tentativa de Bernal de recuperar popularidade reduzindo passe

“Não dá pra comprar uma bala! Isto é uma piada” reagiu com misto de indignação e humor a dona de casa Maria Valdete, de 52 anos, quando tomou conhecimento da redução de R\$ 0,05 (cinco centavos). O anúncio foi feito pelo prefeito de Campo Grande, Alcides Bernal, que enfrenta a maior crise política desde que assumiu e tenta reagir com o anúncio.

Moradora no Jardim Tarumã, Maria Valdete afirmou que tem que utilizar do transporte coletivo por vários dias no mês e que a redução não vai significar nada em suas despesas.

Neiva Gotz, 52 anos, farmacêutica, disse que o prefeito quer fazer média com a população. “Não sei se ele é culpado ou inocente nisso tudo que estão dizendo por aí, mas ele quer é fazer uma média com essa redução, que não significa nada. Ele deveria focar em outra coisa que realmente tivesse algum significado”, desabafou.

Suzana Vilhalba, 24 anos, moradora no Serradinho soltou uma sonora gargalhada quando tomou conhecimento da redução anunciada pelo prefeito. “Não acredito nisso. É uma grande piada esse desconto. Que diferença isto vai fazer?” indagou, sem conter o riso.

Já o vendedor Renan William Garcia, 23 anos, acredita que o prefeito quer fazer política com este anúncio. “É muito fraco este desconto. Não dá prá nada. Ele está fazendo um joguinho político”, desabafou.

A proposta do prefeito deverá ser analisada na Câmara Municipal na próxima terça-feira. O presidente Mário César (PMDB) já sinalizou pela aprovação, sem maiores problemas.

Para deixar o preço do passe de ônibus em R\$ 2,70, contribuintes é que vão pagar a conta. O prefeito Alcides Bernal (PP) não bateu de frente com o Consórcio Guaicurus, e abriu mão do ISS (Imposto Sobre Serviço) cobrado das empresas que lucram com o transporte coletivo na capital sul-mato-grossense.

Na prática, a redução de R\$ 0,05 vai livrar os donos das empresas de uma carga tributária que, segundo Bernal, representou R\$ 8 milhões somente entre outubro de 2012 e setembro de 2013. Mesmo assim, o prefeito garantiu na frente das câmeras e repórteres que solicitou ‘sacrifício dos empresários para a mudança’.

A redução, que custará 3% do ISSQN do município, segundo o prefeito declarou, será ‘compensada’ com arrocho fiscal. “Temos outras maneiras de garantir esses oito milhões, como a Dívida Ativa e multas a grandes credores”, admitiu Bernal.

NOTÍCIA 3

Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/politica/apos-cidade-ficar-parada-vereadores-pedem-renascimento-com-gilmar>>.

CAMPO GRANDE NEWS

Política

13/03/2014 16:27

Após cidade ficar parada, vereadores pedem renascimento com Gilmar

O principal desafio do prefeito Gilmar Olarte (PP) será retomar os investimentos nas áreas de saúde e assistência social e a política de desenvolvimento industrial de Campo Grande. Desde a posse do prefeito cassado, Alcides Bernal (PP), a Capital vinha perdendo investimentos de novas empresas e a oportunidade de criar novos empregos.

Segundo o vereador Edil Albuquerque (PMDB), uma fábrica de tabletes aguarda, desde janeiro do ano passado, a assinatura do prefeito, para tirar do papel um projeto que prevê investimentos de R\$ 150 milhões a R\$ 180 milhões. “O novo prefeito deve receber os novos empresários”, pediu.

O peemedebista disse que vários investimentos deixaram de ser feitos porque Bernal não recebia os empresários. A Fecomércio (Federação do Comércio de Mato Grosso do Sul), por exemplo, manteve por quase um ano o projeto para investir R\$ 45 milhões na Capital no ano passado.

Nas Moreninhas, segundo o vereador Coringa (PSD), a má vontade de Bernal comprometeu a ativação de novas indústrias no pólo industrial da região. Ele disse que só o shopping na região, que também emperrou na gestão anterior, poderia gerar 700 empregos diretos.

Bernal também deixou a desejar na área de saúde, segundo o vereador Jamal Salem (PR). Ele disse que o gestor cassado abriu 138 sindicâncias contra os médicos e não tomou nenhuma medida para implementar as promessas de campanha, como melhorar o atendimento nas unidades básicas de saúde.

No ano passado, a Secretaria Municipal de Saúde deixou de investir R\$ 42 milhões, apesar de contar com o dinheiro em caixa. Apesar do secretário municipal de Saúde, Ivandro Fonseca, ter alegado que estava guardando dinheiro enquanto o sistema de emergência estava um caos, o município corre risco de perder recursos federais.

Presidente da CPI do Calote, que levou a cassação do mandato de Bernal, Paulo Siufi (PMDB) pediu que todos os contratos com fornecedores sejam divulgados para evitar os problemas de prestação de contas. “Não vamos deixar de fiscalizar essa parte”, avisou o peemedebista.

Coringa ainda citou que os bairros estão abandonados, com ruas tomadas por buracos e áreas públicas pelo matagal. “O Nova Lima parece que passou por uma guerra, de tão abandonado”, lamentou o vereador Carlos Augusto Borges, o Carlão (PSB). “O Bernal não cumpriu as promessas”, criticou.

A mesma opinião tem o vereador Chocolate (PP). “O Bernal deu pouco atenção para os mais pobres”, afirmou o ex-aliado, rechaçando um dos principais slogans de Bernal: “as pessoas em primeiro lugar”.

Olarte ouviu os vereadores e prometeu uma gestão compartilhada, junto com a Câmara Municipal, Ministério Público e Tribunal de Contas.

NOTÍCIA 4

Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-ex-secretario-bernal-so-equilibra-contas-com-medidas-impopulares>>.

CAMPO GRANDE NEWS

Capital

05/09/2015 18:02

Para ex-secretário, Bernal só equilibra contas com medidas impopulares

O prefeito Alcides Bernal terá que adotar medidas impopulares, como o enxugamento da folha de pagamento e aplicar um aumento real do IPTU para 2016, bem acima da inflação que deve ficar em torno de 7%, para conseguir reequilibrar as contas da Prefeitura que hoje tem um déficit financeiro mensal de R\$ 30 milhões: R\$ 110 milhões de receita líquida, enquanto as despesas fixas (incluindo gastos com pessoal, duodécimo da Câmara) somam R\$ 140,5 milhões. Só a folha de pagamento soma R\$ 96 milhões, sendo R\$ 6 milhões só a dos comissionados e dos efetivos com cargos de chefia.

Se quiser pagar o 13º em dia, o prefeito terá de reeditar a experiência deste ano, quando a cobrança do IPTU foi antecipada para janeiro, com desconto de 20%. A avaliação é do ex-secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Controle, André Luiz Scaff, que diz que este déficit é estrutural, tendo surgido porque nos últimos três anos as receitas aumentaram 14%, enquanto as despesas cresceram 40%.

“Em 2013 o IPTU não teve reajuste; em 2014, o Bernal aplicou a inflação (pouco acima de 6%) e neste projetamos uma correção de 23% e a Câmara só aprovou 12%, gerando só aí uma perda de receita de R\$ 100 milhões”, lembra o secretário. O índice de ICMS da Capital despencou de 25% em 2012 para 21% neste ano. Neste mesmo período os gastos com salários só aumentaram. “No seu primeiro ano de gestão Bernal concedeu 13% de reajuste ao funcionalismo e aprovou o reajuste de 26% para os professores que nós tivemos de pagar ano passado”, relembra Scaff.

O aumento foi honrado pelo ex-prefeito mesmo com o alerta da equipe econômica sobre as dificuldades financeiras da Prefeitura. “Acharam que nos estávamos blefando, escondendo dinheiro embaixo do colchaõ”, ironiza.

Só a partir de outubro, com o agravamento da crise é que foram adotadas medidas de ajuste.

“No caso dos gastos com salário, com demissão de mais de 200 comissionados, corte de gratificações, conseguimos reduzir a folha que era de R\$ 112 milhões em R\$ 16 milhões. Estas medidas foram insuficientes para ajustar os gastos aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (51,3% da receita líquida). Esta situação foi mostrada repetidas vezes ao ex-prefeito Gilmar Olarte, questões políticas, não conseguiu aprofundar os cortes”, admite o ex-secretário.

Scaff diz que é preciso reduzir em mais R\$ 17 milhões a folha de pagamento, baixando de R\$ 97 milhões para R\$ 80 milhões, um patamar suportável para a atual realidade financeira da Prefeitura. “Apenas demitir comissionados não é a solução. A folha de pagamento deles representa R\$ 6 milhões. É necessário reduzir os terceirizados contratados por meio da Seleta/OMEF, cujos salários custam mais R\$ 6 milhões”.

Esta folha foi impactada com a contratação de mais 270 funcionários para os cinco centros de educação infantil inauguradas em 2014, além de aproximadamente 150 que estão atuando na Casa da Mulher Brasileira.

Scaff contesta informações difundidas pela atual gestão de que Bernal quando foi cassado em março do ano passado, deixou mais de R\$ 1 bilhão em caixa. “Encontramos aproximadamente R\$ 650 milhões. Deste total, quase R\$ 400 milhões eram recursos vinculados, com destinação específica, alocados por convênios. Tínhamos em tornos de R\$ 250 milhões de livre movimentação, mas mais de R\$ 400 milhões em dívidas com fornecedores. Este calote gerou uma CPI que resultou na cassação dele”, lembra o ex-secretário.

NOTÍCIA 5

Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/politica/teimoso-alcides-bernal-demorou-a-ceder-e-usou-pouco-a-caneta>>.

CAMPO GRANDE NEWS

Política
25/12/2013 08:45

Teimoso, Alcides Bernal demorou a ceder e usou pouco a “caneta”

Alcides Bernal (PP) corre o risco de ser o primeiro prefeito cassado pela Câmara na história de Campo Grande. Em razão de sua teimosia, Bernal tentou governar sozinho, com minoria na Câmara e sem articulação política, por 10 meses. Só no dia 5 de novembro, após

muita insistência do PT, Bernal resolveu nomear um articulador político, Pedro Chaves (PSC), para a Secretaria Municipal de Governo, que iniciou a lenta montagem de um “governo de coalizão”.

Sem experiência política anterior e enfrentando a resistência de Bernal, Pedro Chaves teve dificuldade de implementar o projeto de reforma política. Buscou inicialmente apoio de partidos para a formação de um “Conselho Político”, que seria composto por sete membros e teria poder deliberativo.

Chaves chegou a anunciar a adesão do PSDB ao Conselho Político, o que foi negado prontamente pelo seu principal líder, o deputado federal Reinaldo Azambuja. Aliás, foram os tucanos que “aconselharam” Chaves a buscar, antes do conselho, apoio diretamente com os vereadores.

Internamente, na Prefeitura de Campo Grande, Chaves enfrentou a resistência de Bernal às mudanças. O prefeito até aceitava atribuir secretarias e agências municipais ainda sem titulares ou sob acumulação a indicados pelos novos vereadores aliados, mas resistia a promover mudanças no secretariado, mantendo intocáveis nomes como o de Wanderlei Ben Hur, secretário de Planejamento, Finanças e Controle, e José Chadid, titular da pasta de Educação.

Antes um pouco, já tinha sido difícil para Chaves e o PT convencer Bernal a demitir Gustavo Freire, o supersecretário, que depois de deixar a Secretaria de Governo, que acumulava, ainda conduzia a Secretaria Municipal de Receita. Freire responde na Justiça pela acusação de receber propina quando era fiscal da Receita Federal em Corumbá. Chegou a ser demitido pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, mas conseguiu reverter a decisão em razão de falha na formação da comissão disciplinar. Exonerado a pedido da Prefeitura de Campo Grande, já havia articulações para que ele voltasse para a assessoria direta de Bernal.

Uso da caneta – Alcides Bernal fez poucas nomeações depois da escolha de Chaves para a Secretaria de Governo, o que gerou insatisfação do articulador político e de um de seus principais auxiliares, o líder do prefeito na Câmara, Marcos Alex (PT). Este, aliás, nunca escondeu a insatisfação com as sucessivas derrotas na Câmara e a lentidão de Bernal em promover as mudanças e nomeações necessárias à ampliação do apoio de forças políticas à administração municipal.

Só neste último mês do ano, Bernal começou a agir efetivamente em busca de apoio de novos vereadores na Câmara. A primeira nomeação de Bernal visando a construção do governo de “coalizão” aconteceu no dia 11 de novembro, com a escolha da médica Lillian Maksoud para comandar o Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande (IMPCG). Com isso, pode ter conquistado o apoio do vereador Jamal Salém (PR), que assumiu que fez a indicação.

No mesmo dia foi feita uma articulação desastrada visando atrair o ex-presidente da CPI do Calote, vereador Paulo Siufi (PMDB). Bernal autorizou a cedência de seis funcionários para o gabinete de Siufi, só que seus articuladores políticos se esqueceram de consultá-lo sobre os nomes, solicitados no início do ano, e um dos cedidos já estava aposentado e outro de licença médica. Siufi não se sentiu contemplado e enviou ofício a Bernal devolvendo as cedências.

A segunda e última nomeação, visando atração de apoio político, aconteceu só na semana seguinte, na segunda-feira (23), com a publicação do nome do arquiteto Dirceu Peters para a presidência da Agência Municipal de Habitação (Emha). Com essa nomeação, Bernal conquistou o apoio do vereador Paulo Pedra (PDT).

Estava prevista para esse mesmo dia a nomeação do engenheiro Jean Saliba para a presidência da Agência Municipal de Trânsito (Agetran), mas houve problema na articulação política e a publicação não aconteceu. Saliba contemplaria o vereador Edson Schimabukuru (PTB).

NOTÍCIA 6

Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/politica/em-um-mes-gilmar-passa-baton-na-morena-e-faz-governo-de-coalizao>>.

CAMPO GRANDE NEWS

Política

19/04/2014 10:04

Em um mês, Gilmar passa “baton na Morena” e faz governo de coalizão

O prefeito Gilmar Olarte (PP) completou nesta semana um mês à frente da Prefeitura de Campo Grande, dando um ritmo de agilidade à administração municipal. Logo nos primeiros dias de seu governo, iniciado em 13 de março, um dia depois da cassação de Alcides Bernal (PP), a cidade já começava a sentir maior presença do poder público municipal nas ruas.

Com um programa de limpeza de terrenos e ruas e pintura de meio-fio, Gilmar Olarte quis dar um primeiro impacto de mudança na administração, fazendo o que o vereador Chiquinho Telles (PSD) chamou de “passar baton na morena”.

Alguns pontos da cidade, as mudanças ficaram mais aparentes, como na Avenida Júlio de Castilho, com a ativação de sinalização semaforica, reduzindo a confusão do tráfego de veículos naquela via problemática. Também ficou muito evidente essa ação na Avenida Ernesto Geisel com a limpeza do matagal que estava tomando conta, especialmente na região que vai do Aero Rancho até a Avenida Manoel da Costa Lima.

Com a retomada da campanha “Pedestre eu cuido”, que ficou paralisada na gestão de Bernal, a pintura de sinalização horizontal nas ruas, especialmente na região central de Campo Grande vem sendo renovada e implantada. Essa providência, que dá mais segurança aos motoristas e é paga pelo Dentran (Departamento Estadual de Trânsito) e executada pela Agetran (Agência Municipal de Trânsito), já pode ser sentida em bairros como Santo Amaro e São Francisco.

Ao avaliar o primeiro mês de administração, Gilmar Olarte considera que deu um novo ânimo para a cidade. Ao ser questionado sobre as mudanças neste período, ele respondeu: “Meu estilo é muito mais ágil de governar, muito mais produtivo”. A esperança dos campograndenses teria se renovado. “A cidade está com outra áurea por conta da mudança de governo que estou imprimindo na prefeitura”, acrescentou.

Ampla coalizão - Do ponto de vista político, houve a maior reviravolta, com a maioria antes opositora, que cassou Bernal por 23 votos a seis, migrando integralmente para a base de apoio do prefeito Gilmar Olarte e ajudando a criar um governo de ampla coalizão. Foi a implantação de um “parlamentarismo moreno” na Capital.

Um apoio lastreado em participação na administração municipal, diretamente, como os vereadores Jamal Salém e Edil Albuquerque, que assumiram respectivamente a condução das secretarias de Saúde (Sesau) e Desenvolvimento Econômico (Sedesc), ou indiretamente, como ocorreu com a maioria dos integrantes da Câmara, fazendo indicações para as demais secretarias.

A formação da equipe de governo teve a marca da agilidade. Enquanto Bernal fez nomeações a “conta gotas” ao longo de vários meses, inclusive deixando uma pasta sem titular (Secretaria Municipal da Juventude) até o dia em que foi cassado, Gilmar Olarte levou apenas cinco dias para nomear 21 dos 24 secretários e presidentes de agências municipais.

Há um perfil predominantemente técnico na equipe de Olarte, mas com o forte componente de indicações políticas e compromissos com vereadores e partidos políticos.

Trata-se de um governo de coalizão, com a presença mais forte na do PMDB, que conseguiu emplacar no governo, direta ou indiretamente, um terço (7) dos secretários já nomeados. Embora alguns deles possam estar filiados a outros partidos, foram indicados por vereadores peemedebistas.

Promessas estilo Bernal – Embora tenha a seu favor o impacto de ações rápidas na cidade, o prefeito Gilmar Olarte também adotou o perigoso estilo de fazer promessas com apontamento de prazos para serem cumpridas. Esse estilo não deu certo para seu antecessor, Alcides Bernal, que se comprometeu, sem sucesso, a acabar com o congestionamento no cruzamento da Via Park com a Av. Mato Grosso em 10 dias e construir o novo prédio da Câmara de Campo Grande em seis meses.

Quanto ao cruzamento da Via Park com a Mato Grosso do Sul, no dia 7 de abril, prometeu por fim ao congestionamento no prazo de três meses. A intervenção prevê a retirada da rotatória entre as avenidas, sendo instalados semáforos de três tempos e duas alças de acesso com a Mato Grosso, ao custo de cerca de R\$ 600 mil. Essa promessa ainda está no prazo de ser cumprida.

Há uma previsão de Olarte, porém, que já não foi confirmada pelos fatos da vida. Apesar da ampla governabilidade na Capital, Gilmar Olarte ainda não conseguiu tomar de Bernal o comando do Partido Progressista (PP) em Mato Grosso do Sul. No dia 4 de abril, o prefeito afirmou que em 10 dias seu fiel escudeiro Cezar Afonso assumiria a presidência regional do PP. Já se passaram 15 dias e nada aconteceu.

Político e pastor – Outra marca deste começo da gestão de Gilmar Olarte é a mistura do político com o religioso. Nos eventos públicos, Gilmar faz pronunciamentos no estilo pastoral, algumas vezes inclusive exortando os participantes a rezarem o “Pai nosso”.

Antes de ser eleito vice-prefeito de Campo Grande, Olarte chegou a fundar a igreja Assembleia de Deus Nova Aliança, da qual ainda é o presidente de honra. Quando sucedeu Bernal na condução da prefeitura, considerou que sua ascensão foi obra divina.

Durante a posse de dirigentes da Coordenadoria de Assuntos Comunitários da prefeitura, no último dia 4, Gilmar enfatizou que a paz voltou a Campo Grande e quem a trouxe foi o “rei dos reis” em sua providência divina. “Sou apenas o instrumento”, proclamou o chefe do Executivo.

Investigado pelo Gaeco - Um fato político importante neste começo de gestão do prefeito-pastor Gilmar Olarte é a investigação desencadeada pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado) no dia 11 de abril, quando o progressista completou 30 dias de governo. A apuração tem sido sigilosa, mas tem a ver com a relação de Olarte com Ronan Feitosa, que foi assessor da vice-prefeitura no ano passado.

Agentes do Gaeco estiveram na residência do prefeito e apreenderam CDs e um pen drive, além de prender dois guardas municipais, que faziam a segurança do chefe do Executivo, por porte ilegal de arma de fogo.

Ronan está espondendo a processo criminal por estelionato. O processo tramita na 4ª Vara Criminal de Campo Grande desde 24 de maio de 2011, portanto antes dele ser nomeado (em 28 de janeiro de 2013) para o cargo comissionado na prefeitura e de Gilmar Olarte expulsá-lo de sua igreja (em dezembro de 2013).

NOTÍCIA 7

Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/noticias/881553-classe+politica+nao+me+quer+choraminga+bernal.html#.U2VwyPk7uSo>>.

MIDIAMAX

Política
13/11/2013 16:29

‘A classe política não me quer’, choraminga Bernal

Chateado por ficar isolado durante as atividades do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em Campo Grande, o prefeito Alcides Bernal desabafou aos jornalistas na tarde desta quarta-feira (13), reclamando da postura dos políticos.

“Eu estou enfrentando tiroteio por todos os lados. A classe política não me quer, mas eu tenho me esforçado muito. Eu fiz economia, gastei menos e fiz mais. Todas as obras estão em dia e tudo está funcionando”, garantiu ao ser questionado sobre o isolamento.

Pela manhã, Bernal foi ao encontro do ex-presidente para conseguir uma conversa e uma foto, como muitos políticos.

Apesar de ser o anfitrião, Bernal se manteve todo o tempo solitário. O prefeito esperou muito tempo até que algum parlamentar, como os do PT, que dizem estarem na base aliada, o apresentasse. Mas o fato não aconteceu.

Nem os da esfera federal, como o senador Delcídio do Amaral ou deputados federais Vander Loubet e Antônio Carlos Biffi, se dispuseram a mostrar a Lula quem era o atual prefeito de Campo Grande.

Então, sozinho, Bernal se dirigiu ao ex-presidente, o cumprimentou e disse quem era. Em seguida, como os outros que não perderam a rara oportunidade, pediu para alguém que o acompanhava tirar uma foto com Lula.

NOTÍCIA 8

Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/Geral/noticias/900882-prefeito+visita+pontos+criticos+campo+grande+destaca+urgencia+obras+paradas.html#.U1IPVvk7uSo>>.

MIDIAMAX

Geral
16/03/2014 09:44

Prefeito visita pontos críticos de Campo Grande e destaca urgência em obras paradas

O prefeito Gilmar Olarte assumiu o cargo de líder do executivo municipal na última quinta-feira (13) e relata que Campo Grande está parada. A urgência em colocar as obras e realizar manutenções pela cidade fez com que ele e vereadores percorressem a cidade neste domingo (16).

O ponto de encontro foi a Avenida Guaicurus, cujo recapeamento não sai do papel desde o ano passado. Para o prefeito, se não houver nenhuma incorreção no cadastramento das empresas vencedoras da licitação, o contrato será analisado e homologado em uma semana.

“Vou verificar o contrato. Não posso falar que há suspeita de irregularidade se nem olhei ainda, Se estiver tudo certo, vamos homologar e as obras começam em 14 dias. Se não, outra licitação será feita”, afirmou Olarte.

Na avenida, obras de drenagem e recapeamento serão feitas, com recursos próprios da prefeitura, R\$ 12 milhões. São oito quilômetros de vias a serem recuperadas.

Para ao secretário de Infraestrutura Semy Ferraz, a via também precisará de mais iluminação. “Vamos ter que melhorar a iluminação pública, fazer a ciclovia e cumprir prazos”, finalizou.

Ao longo da manhã, o visitará obras do Complexo Bálsamo, obra do Centro de Educação Infantil (CEINF) Betaville, obra do Ceinf Oiti e a Praça Noroeste.

NOTÍCIA 9

Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/bernal-veta-socorro-de-rs-18-milhoes-a-santa-casa-de-campo-grande>>.

CAMPO GRANDE NEWS

Cidades

01/11/2013 16:07

Bernal veta socorro de R\$ 18 milhões à Santa Casa de Campo Grande

O prefeito Alcides Bernal (PP) quer vetar o socorro de R\$ 18 milhões que o Ministério da Saúde anunciou, ontem (31), para a Santa Casa de Campo Grande. O recurso, que totaliza R\$ 1,7 bilhão em todo o País, foi anunciado pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Segundo o presidente da Santa Casa, Wilson Teslenko, a instituição da Capital corre o risco de ficar sem do dinheiro porque o prefeito quer usar o dinheiro em outra finalidade. Com o repasse, o aumento no repasse do hospital passa de R\$ 14,2 milhões para R\$ 15,7 milhões por mês.

A relação entre a Santa Casa e Bernal não é boa desde a posse do atual prefeito. Segundo o dirigente do hospital, só houve uma conversa em 10 meses e ainda de forma superficial. Nem o aval para o empréstimo de R\$ 80 milhões, que pode tirar o hospital de uma crise crônica, o município deu e o pedido de financiamento segue parado na Caixa Econômica Federal.

Nesta sexta-feira, Teslenko convocou coletiva para denunciar o suposto plano do secretário municipal de Saúde, Ivandro Fonseca, e do prefeito. Se não quitar as dívidas em tributos federais, que somam R\$ 45 milhões e não são pagas há um ano, a Santa Casa perde a ajuda do Governo federal para diminuir o endividamento.

“A Prefeitura deixa as portas fechadas para conversas com a Santa Casa”, afirmou o presidente do estabelecimento hospitalar. A instituição tem que quitar a primeira parcela do débito até o dia 20 deste mês e até fevereiro para se habilitar junto ao Ministério da Saúde para ser contemplada pelo socorro.

A grave crise da Santa Casa compromete todo o sistema público de saúde do Estado, já que o hospital é o maior do Centro-Oeste e recebe a maior parte da demanda de traumas e casos de alta complexidade.

O hospital chegou a ficar sob intervenção da prefeitura por oito anos, entre janeiro de 2005 e maio deste ano.

NOTÍCIA 10

Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/politica/por-que-os-vereadores-querem-cassar-o-prefeito-alcides-bernal>>.

CAMPO GRANDE NEWS

Política

12/03/2014 14:50

Por que os vereadores querem cassar Alcides Bernal?

O prefeito Alcides Bernal (PP) pode estar sendo cassado hoje pelos vereadores, principalmente, em razão da falta de habilidade política e da pretensão de governar sozinho a cidade de Campo Grande. Bernal pode ter tido a desvantagem política de ser eleito com minoria no Poder Legislativo e ter a possibilidade de movimentar verbas orçamentárias por decreto reduzida de 30% para apenas 5%, mas acabou perdendo aliados e aumentando a oposição do seu governo.

Teimoso, o progressista demorou um ano para atender à pressão dos próprios aliados, como o PT, para que fizesse um “governo de coalizão”, com a atração de vereadores da oposição para a base governista. Só em novembro do ano passado, Bernal aceitou nomear um articulador político, o professor Pedro Chaves, que, contudo, tem enfrentado dificuldade em fazer as nomeações.

Além dos pecados político-administrativos, o prefeito Alcides Bernal também deixou de concretizar as promessas de campanha eleitoral, desgastando-se junto à população. Eleito em outubro de 2012, com 62% dos votos válidos, Bernal certamente não seria eleito caso a eleição fosse hoje. No último dia 2 de março, pesquisa do Ipems revelou que apenas 23,56% dos campo-grandenses apoiam o seu governo. A rejeição ao prefeito é maior, chegando a 30,5%. Outros 45,94% entrevistados consideram que a atual gestão é apenas regular.

A paciência da população com Bernal acabou, ao ver que depois do primeiro anos de governo a sua maior promessa de campanha continuava intocada: o fim das filas nas unidades de saúde. Quando candidato, Bernal prometeu implantar um sistema de marcação de consultas pela internet, inclusive com utilização da rede de farmácias. Também afirmou que iria resolver o problema de falta de médicos e medicamentos, mas acabou mesmo havendo mais crise no setor da saúde.

Mesmo depois da posse jogou mais "palavras ao vento", criando ainda mais motivos para críticas. Como exemplos as promessas de acabar com o congestionamento da Av. Mato Grosso com a Via Park, e de resolver o problemas do prédio para a Câmara em seis meses, com a construção do Centro Político Administrativo.

Emergência fabricada – O fato de ter minoria na Câmara foi potencializado pelos erros da equipe de Bernal e por visível preferência na contratação de certas empresas fornecedoras e prestadoras de serviços, algumas delas recém-criadas, como a Salute Distribuidora de Alimentos, que inicialmente foi premiada com um contrato de R\$ 4,5 milhões para entregar merenda aos Centros de Educação Infantil (Ceinfs).

O começo da administração de Bernal também foi marco pelo rompimento de contratos com várias empresas, como a Total, que fazia limpeza dos postos de saúde, e a RDM,

motivado muitas vezes por desistências diante de sucessivos atrasos de pagamento, apesar dos cofres da Prefeitura de Campo Grande estarem cheios de dinheiro. Algumas empresas chegaram a ficar três meses sem receber pagamentos, apesar de estarem prestando serviços, como foi o caso da Solurb, que faz a coleta de lixo.

Essa situação acabou agravando a crise de Bernal com a Câmara, fazendo surgir em meados do ano passado a CPI do Calote, que concluiu ter havido “emergência fabricada” para romper contratos e trazer para auxiliar a administração empresas amigas, como a Saúde, MegaServ e Jagás.

Também causou muito desgaste ao prefeito Alcides Bernal os remanejamentos de verbas orçamentárias, chamadas por ele de suplementação. A desconfiança dos vereadores de que as realocações de verbas deveria passar antes por aprovação legislativa, acabou gerando ampliação da crise com envolvimento do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Ministério Público Estadual (MPE). Ambos órgãos fiscalizadores confirmaram em suas investigações que as irregularidades denunciadas pelos vereadores realmente ocorreram.

Judicialização da crise – No final do ano passado, a crise foi judicializada, a começar com o MPE tendo ingressado com duas ações de improbidade administrativa, uma com base no relatório da CPI do Calote e outra referindo-se aos remanejamentos de verbas orçamentárias. Em dezembro de 2013, a disputa judicial foi ampliada, com o término dos trabalhos da Comissão Processante, que opinou pela cassação do prefeito Alcides Bernal.

Numa “guerra de liminares”, geradora de grande insegurança jurídica, a Câmara começou e foi obrigada a suspender o julgamento do prefeito no dia 26 de dezembro. Graças a uma liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o processo de cassação foi retomado e hoje está acontecendo a sessão que pode encerrar, prematuramente, a carreira política de Alcides Bernal e trazer à cena política um personagem ainda não testado na função de governo da coisa pública, o vice-prefeito Gilmar Olarte (PP).

NOTÍCIA 11

Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/politica/governador-cita-tres-coisas-que-faz-por-campo-grande-apesar-de-bernal>>.

CAMPO GRANDE NEWS

Política

28/02/2014 13:18

Governador cita três coisas que faz por Campo Grande, apesar de Bernal

O governador André Puccinelli (PMDB) disse, nesta sexta-feira (28), que apesar do prefeito de Campo Grande, Alcides Bernal (PP), tem contribuído muito com a Capital. Para exemplificar o fato cita repasse de recurso para Agetran (Agência Municipal de Trânsito), Santa Casa e Hospital do Câncer Alfredo Abraão.

“Apesar de ser obrigação da prefeitura de Campo Grande, o governo estadual sempre contribui em projetos e ações que deveriam ser da prefeitura”, pontua Puccinelli.

De acordo com o chefe do Executivo, o projeto “Pedestre Eu Cuido” será retomado em Campo Grande após repasse de R\$ 900 mil à Agetran. O projeto, executado pelo Detran/MS (Departamento Estadual de Trânsito), reduziu o ritmo após a agência alegar falta de recurso para realizar a sinalização e pintura das faixas de pedestres.

Puccinelli também citou repasse de R\$ 1,8 milhão para a Santa Casa e R\$ 500 mil para um anexo do Hospital do Câncer Alfredo Abraão.

NOTÍCIA 12

Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/politica/cassado-teve-ascensao-meteorica-e-relacao-desastrosa-com-a-camara>>.

CAMPO GRANDE NEWS

Política

13/03/2014 00:14

Cassado teve ascensão meteórica e relação desastrosa com a Câmara

Chegou ao fim, às 22h36 de hoje (12 de março de 2013), a conturbada, polêmica e desastrosa relação entre Alcides Bernal (PP) e a Câmara Municipal de Campo Grande. A confusão entre os Poderes Executivo e Legislativo já teve prenúncio no fim de 2012, antes mesmo da posse do prefeito, realizada em primeiro de janeiro de 2013.

Radialista por profissão, Bernal - que já havia sido vereador na Capital e deputado estadual - venceu nas urnas, mas sempre patinou na articulação política em meio à maioria de parlamentares oriunda da chapa de oposição.

Na disputa com partidos tradicionais, como o PMDB, que comandou a Prefeitura de Campo Grande por duas décadas, e o PSDB, Bernal foi dúvida até a última hora do dia das convenções. Sem aliados, lançou chapa pura, contra outros seis adversários.

A corrida eleitoral foi marcada por polêmica, mas a sua candidatura resistiu a ataques, em forma de impressos ou vídeos, que o acusaram, entre outros fatos, de receber dinheiro por debaixo da mesa numa negociata. Com apoio popular, chegou ao segundo turno e, no dia 28 de outubro de 2012, obteve 270.927 votos, derrotando o candidato Edson Giroto (PMDB).

A promessa de campanha - com mote “40 anos em 4” e slogan de “As pessoas em primeiro lugar” - era priorizar a Saúde, com médicos 24 horas nos postos de saúde e a criação da central de consultas online, para evitar o sofrimento em filas.

Em 1º de janeiro de 2013, foi empossado o 17º prefeito de Campo Grande eleito pelo voto direto. Mas a crise com a Câmara já estava instalada. Os vereadores, ainda em 2012, congelaram o valor do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), reajustaram o salário de prefeito para R\$ 20 mil, mesmo contra a vontade de Bernal, e diminuíram o poder do chefe do Executivo.

Uma emenda reduziu de 30% para 5% a abertura de créditos adicionais a serem utilizados pela administração municipal, sem que a transação precise passar pela aprovação da Câmara Municipal.

Também antes da posse, o estilo centralizador do prefeito chamou a atenção. O secretariado, por exemplo, só foi anunciado em 31 de dezembro de 2012.

As derrotas - Os planos era construir diálogo com os vereadores, mas o primeiro teste de popularidade de Bernal entre os parlamentares se revelou profético. “Ungida” pelo prefeito, a vereadora Rose Modesto (PSDB) perdeu a disputa pela presidência da Câmara. Com placar de 20 votos a 9, a vitória ficou com Mário César. Era primeiro de janeiro e Bernal amargou a primeira derrota de 2013.

No decorrer do ano passado, o prefeito conseguiu perder até mesmo aliados, como dois vereadores do PSDB e Waldecy Nunes, o Chocolate. Logo, se afastou e isolou o vice Gilmar

Olarte (PP). Na ofensiva, a Câmara abriu a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Calote. Por fim, a investigação apontou que o prefeito “fabricou” situação de emergência. Ou seja, priorizou contratos com dispensa de licitação.

O parecer abriu caminho para a Comissão Processante. Com manifesto a favor da cassação, Bernal foi julgado e perdeu o mandato. Neste meio-tempo, foram várias as tentativas de atrair vereadores para a base aliada. Usando a força da caneta, distribuiu cargos e trouxe Pedro Chaves (PSC) para comandar a secretaria de Governo, responsável por estreitar os laços com os vereadores.

Na berlinda, prometeu, em outubro, tirar da gaveta um conselho político, antiga aspiração dos então partidos aliados. No entanto, o governo de coalizão não teve êxito e Bernal foi protagonista de um dia histórico, em 114 anos da cidade, foi o primeiro prefeito cassado de Campo Grande.